

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

128

128

SALVADOR • JANEIRO DE 2005



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

PAULO GANEM SOUTO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

ARMANDO AVENA

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA - SEI

CESAR VAZ DE CARVALHO JUNIOR

CONSELHO EDITORIAL

Cesar Vaz de Carvalho Junior

José Ribeiro Soares Guimarães

COORDENAÇÃO GERAL

Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Roberta Lourenço de Souza (Bolsista FAPES)

EQUIPE TÉCNICA

Elissandra Alves de Britto

Alynson dos Santos Rocha (Bolsista FAPES)

Carla Janira Souza do Nascimento (Bolsista FAPES)

Fabiana Karine Pacheco dos Santos (Bolsista FAPES)

Joseanie Aquino Mendonça (Bolsista FAPES)

João Paulo Caetano Santos (Estagiário)

Nícia Moreira da Silva Santos (Estagiária)

NORMALIZAÇÃO

Gerência de Documentação e Biblioteca - GEBI

REVISÃO

Dina Beck

PRODUÇÃO GRÁFICA

Dóris Serrano

DESIGNER GRÁFICO

Humberto Farias

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

HBTO Comunicação e Arte

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte.

Esta publicação está indexada no Ulrich's International Periodicals Directory e no Qualis.

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO, v.1 - (1994-)
Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2004.

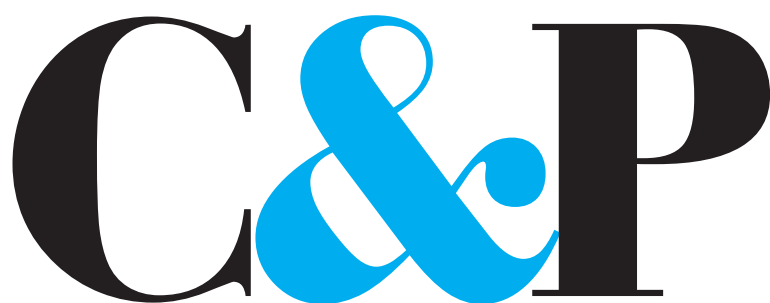
Mensal

ISSN 1413-1536

CDU - 338(814.2)



Av. Luiz Viana Filho, 435 - 4ª Avenida - 2º and. - CAB
Cep: 41.750-300 - Salvador - Bahia
Tel.: (71) 3115 4823/4822 Fax: (71) 371 1853
www.sei.ba.gov.br/sei@sei.ba.gov.br



CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

Sumário

Economia em Destaque

Conjunturas brasileira e baiana em retrospectiva Núcleo de conjuntura da SEI	4
---	---

Conjuntura Econômica Baiana	6
-----------------------------------	---

Artigos

Finanças municipais na Bahia: transferências constitucionais José Moura Pinheiro	16
--	----

Contribuição do setor transporte ao desenvolvimento agroindustrial do Estado do Ceará Marta Maria de Mendonça Bastos	23
---	----

Cluster de entretenimento: a metanóia baiana Polyana Almeida Simões	31
---	----

Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar cerca de 62 mil novos postos	38
--	----

Notícias	42
----------------	----

Legislação	44
------------------	----

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos	48
Indicadores Sociais	54
Finanças Públicas	64

Carta do Editor

Os resultados obtidos pelos principais setores da economia baiana apontam para um crescimento do PIB, em 2004, da ordem de 8,5%. Os grandes setores da economia baiana (agricultura, indústria, comércio e serviços) acompanharam, praticamente durante todo o ano, o desempenho nacional, apresentando performances bem semelhantes.

A produção de grãos da Bahia, na safra 2003/2004, deve ser maior do que a safra anterior em pelo menos 48%, com destaque para o algodão, que cresceu cerca de 150%, propiciada pela expansão da produção mecanizada no cerrado, segundo dados do LSPA-IBGE.

A tendência de recuperação da atividade industrial baiana, verificada no início do ano de 2004, apresentou-se mais acentuada ao fim do terceiro trimestre e, a partir de outubro, registrou uma leve acomodação nos resultados. A variação acumulada da produção física da indústria de transformação, em doze meses, até outubro, foi de 4,8%, se comparada com igual período do ano anterior.

A recuperação do emprego, da renda e do crédito, embora em níveis ainda modestos, contribuiu para o bom desempenho do comércio após dois anos de queda. As taxas registradas ao longo do ano, todas positivas, traduzem essa recuperação, com destaque para o segmento de Móveis e eletrodomésticos, que deve crescer acima de 30,0%

Um resultado favorável vem sendo constatado também no comércio externo. Entre janeiro e novembro deste ano, a corrente de comércio apresentou incremento de 31,6%, com as exportações crescendo 20,9% e, as importações, 49,6%.

A recuperação da economia refletiu positivamente no mercado de trabalho e na taxa de desemprego, que passou de 28,3%, em 2003, para 25,7%, em 2004. Esse resultado é ainda mais auspicioso quando se observa que essa queda se deu pelo expressivo crescimento do nível de emprego, ou seja, a oferta de vagas de trabalho que vem absorvendo parte do estoque de desempregados. Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego, foram criados 29.000 novos postos de trabalho na RMS, entre janeiro e novembro, e, de acordo com o Ministério do Trabalho, a Bahia teve um saldo positivo de 57.911 novos postos de trabalho no emprego formal, no mesmo período.

Apesar do quadro positivo registrado no ano de 2004, as expectativas para 2005, ainda que otimistas, podem não se tornar reais, na medida em que os impactos da alta do preço do petróleo venham a se refletir nos índices de inflação, bem como da alta dos juros americanos, que têm grande influência na determinação das taxas de juros no Brasil. Caso esses dois fatores citados não recrudescam, as perspectivas para 2005 são de continuidade de crescimento da economia brasileira, mas, agora, centrado no investimento e na recuperação da infra-estrutura. E a economia baiana acompanhará essa tendência, mas com taxa de crescimento maior, em função da consolidação de investimentos de significativos efeitos multiplicadores em 2005.

Conjunturas brasileira e baiana em retrospectiva

Alynson Rocha*

Carla do Nascimento*

Elissandra Britto**

Fabiana Pacheco*

Joseanie Mendonça*

Roberta Lourenço*

Em 2004, a atividade econômica brasileira apresentou sinais de recuperação e dinamismo, em função do crescimento da demanda interna, do consumo das famílias, dos indicadores mensais relativos ao nível de atividade e pela manutenção do dinamismo das exportações, os quais refletiram em melhorias do mercado de trabalho.

De acordo com o Cálculo de Contas Nacionais Trimestrais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto, no acumulado do ano de 2004 até setembro, apresentou crescimento de 5,3% em relação a igual período de 2003. Na mesma base de comparação, os setores da Agropecuária e da Indústria cresceram 6,3% e 5,6%, respectivamente, e o setor de Serviços, 3,8%. Neste último, o setor de Comércio registrou incremento de 8,1%.

No acumulado do ano de 2004, no período de janeiro a outubro, o setor industrial brasileiro apresentou um incremento de 8,3%, para a indústria geral, e de 8,5%,

para a indústria de transformação, em comparação com o mesmo período de 2003, de acordo com os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. O que se observa é uma situação de equilíbrio, tendo em vista que a recuperação do setor está atrelada ao bom desempenho das áreas voltadas para exportação e crédito: o incremento na produção de bens de capital (21,8%) é sinal de expressivo aumento dos investimentos na economia e na produção de bens de consumo duráveis, que apresentou incremento de 22,7%, movido pelas compras a crédito no varejo. Destaca-se, nessas categorias, a fabricação de veículos (30,2%), máquinas e equipamentos (17,8%), material eletrônico e de comunicações (18,7%) e máquinas para escritórios e equipamentos para informática (40,0%). Já a categoria de bens intermediários registrou uma taxa de 7,3%, ritmo próximo ao do total da indústria, como indicado na Pesquisa Industrial Mensal (PIM); o subsetor de insumos industriais elaborados registrou o maior crescimento da categoria, com acréscimo de 5,7%, destacando-se a produção de celulose.

Para o mesmo período, o acumulado do ano até outubro, a expedição de papelão ondulado registrou um incremento de 13,5%, segundo dados da Associação Brasileira de Papelão Ondulado (ABPO).

* Economistas e bolsistas FAPES.

** Economista e subgerente da GEAC/SEI.

No período de janeiro a outubro, o setor industrial brasileiro apresentou um incremento de 8,3%, para a indústria geral, e de 8,5%, para a indústria de transformação.

Para o mesmo período, o acumulado do ano até outubro, a expedição de papelão ondulado registrou um incremento de 13,5%.

Para a produção de cimento, o acréscimo chegou a 0,9%. As importações de bens de capital apresentaram um crescimento de 18,1% no acumulado do ano, até setembro.

O aumento registrado na utilização média da capacidade instalada da indústria continua em ritmo acelerado, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrando aumento de 82,2% no terceiro trimestre de 2004. O segmento de bens intermediários continuou a apresentar o mais alto nível de utilização, chegando a 86,9%. Para bens de capital, o incremento foi de 81,9%, seguido pelos bens de consumo, com 80,4%, e de material de construção, o qual alcançou o nível de 80,8%, para o período. Para os próximos meses, a tendência é de queda do nível de utilização da capacidade instalada, o que levará a uma menor pressão sobre a inflação.

Para o comércio varejista do país, a expansão registrada foi de 9,4%, no acumulado do ano de 2004, até outubro, de acordo com a série divulgada pela Pesquisa Mensal de Comércio. O segmento de móveis e eletrodomésticos ainda continua com taxas ascendentes, alcançando um crescimento de 27,6%, comparando ao mesmo período de 2003, o que se deve ampliação do crédito que permanece como o principal fator que vem proporcionando, ao segmento, a obtenção de taxas de crescimento acima da média geral do varejo.

No desempenho do comércio exterior, para o acumulado do ano, período de janeiro a outubro de 2004, ob-

serva-se uma seqüência de resultados positivos, com a balança comercial brasileira registrando um superávit de US\$ 28,1 bilhões: as exportações com um valor de US\$ 79,119 bilhões, um crescimento de 31,1%; e, as importações, com US\$ 50,997 bilhões, representando um incremento de 27,4%. Em 2004 espera-se alcançar um superávit comercial de US\$ 34 bilhões, com as exportações totalizando US\$ 94 bilhões e as importações chegando a US\$ 60 bilhões, as quais deverão registrar um crescimento mais acelerado do que as exportações.

Para a agropecuária, espera-se atingir, em 2004, segundo a Confederação da Agricultura e da Pecuária do Brasil (CNA), um crescimento do PIB em torno de 4,2% em relação ao ano passado. Para as lavouras, a participação, em termos absolutos, ficou em R\$ 97,78 bilhões e, para a pecuária, R\$ 67,14 bilhões. Na agricultura, a estimativa é de uma produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas de 119,337 milhões de toneladas, um recuo de 3,5% na safra de 2004, em relação à safra de 2003 (123,632 milhões de toneladas).

Espera-se uma expansão da economia em um ritmo mais fraco até o final de 2004, em função do crescimento da renda mais lento do que o esperado. Em relação à inflação, a estimativa é de um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em torno de 7,2%, no acumulado do ano até novembro, segundo dados do IBGE.

Para 2005, as expectativas são de crescimento do PIB em torno de 3,5%, segundo o Banco Central. Neste ano, a atividade econômica deve desacelerar, por conta de alguns acontecimentos, como a alta do petróleo, a supersafra de soja nos EUA, que levará a uma queda no preço da soja, além da desaceleração da economia chinesa, ocasionando uma redução das suas importações. As perspectivas quanto à inflação também foram revisadas para baixo, sendo previsto, em média, um IPCA (Índice de Preços ao Consumidor) de 5,89% em 2005 (PERSPECTIVAS ..., 2004). ■



Conjuntura Econômica Baiana

No mês de outubro de 2004, a economia baiana apresentou crescimento, tanto na produção industrial quanto no volume de vendas do comércio varejista, com relação aos dados de setembro. Destacou-se, também, o crescimento do fluxo de comércio exterior baiano: exportações e importações. Esses dados refletem o aumento da atividade econômica, sobretudo no município de Salvador, confirmado pelo crescimento do IMEC.

A produção da indústria baiana de transformação, segundo a PIM-IBGE, registrou, no acumulado do ano até outubro, variação positiva de 8,5% em relação ao mesmo período de 2003. O desempenho das indústrias de refino de petróleo e produção de álcool (15,1%), de produtos químicos (5,1%) e de metalurgia básica (10,8%), continuam determinando o desempenho industrial do estado. Todos os demais itens registraram crescimento no período.

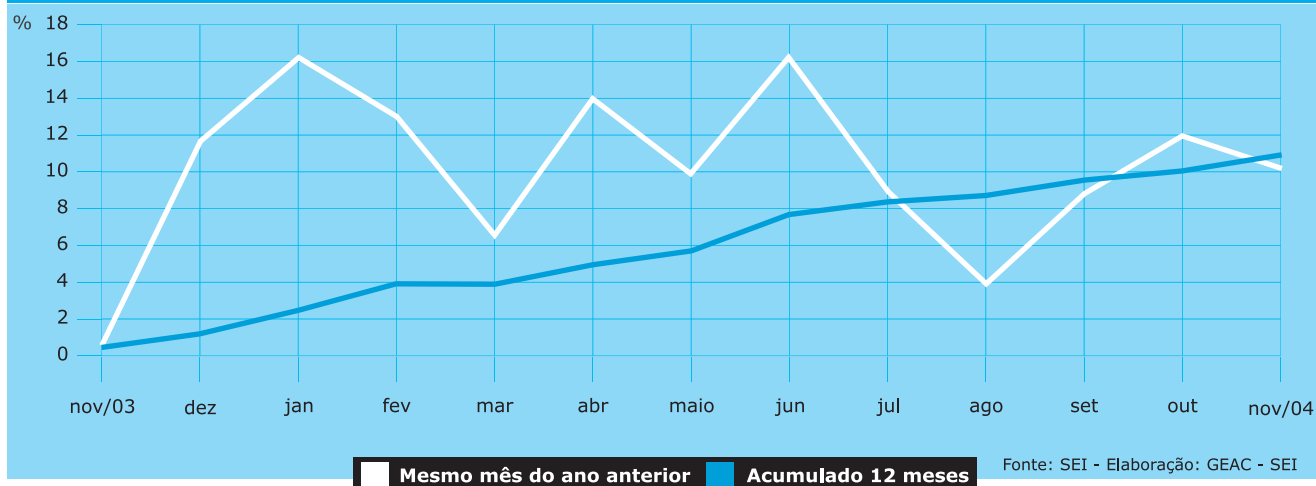
No comércio exterior, o ano de 2004 continuou apresentando resultados superiores aos do mesmo período do ano anterior. Segundo dados do SECEX-MDIC, de janeiro a novembro, as exportações acumularam crescimento de 20,9%, enquanto que as importações aumentaram 49,6%. Com esse resultado, a balança comercial, no acumulado do ano, registra um saldo superavitário de US\$ 967,89 milhões.

No comércio varejista, de acordo com a PMC-IBGE, a variação no volume das vendas, no acumulado do ano de 2004 até outubro, apresentou taxa positiva de 7,4%. Contribuíram para esse crescimento os segmentos de móveis e eletrodomésticos (38,4%) e hipermercados e supermercados (8,6%). Já as vendas de veículos, motos e peças acumularam acréscimo de 23,2% no ano.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-SEI), para Salvador, que registrou inflação de 0,85% em novembro, teve aumento em dezembro, apresentando taxa de 0,63%. Durante o ano de 2004, o IPC-SEI teve variação de 7,53%. Nesse mesmo período, em 2003, o IPC-SEI apresentava taxa de 10,6%.

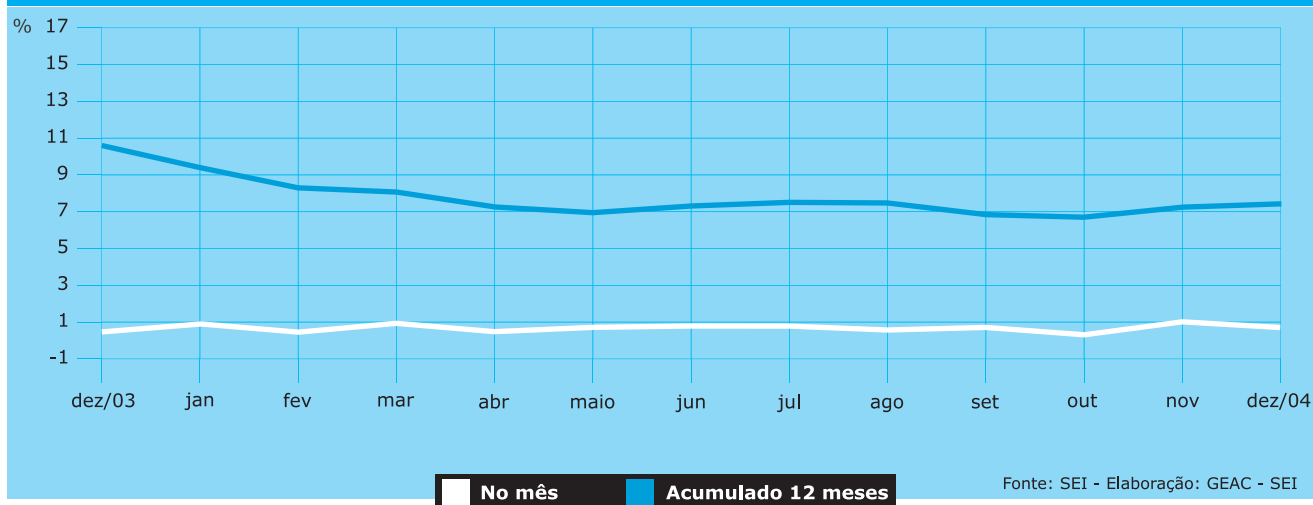
Com relação ao mercado de trabalho, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/DIEESE/SEADE), a taxa de desemprego total na RMS ficou em 25,2%, em novembro de 2004, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao mês anterior, apresentando-se, no ano, com uma taxa média de 25,7%. No que se refere à taxa de desemprego aberto, verifica-se uma estabilidade de 10,5% em comparação com o mês anterior. O mesmo se deu com a taxa de participação, que registrou uma queda de 0,2 p.p. no mesmo período. O número de ocupados recuou de 1.279 pessoas para 1.275. Com relação ao rendimento médio real trimestral, verificou-se crescimento de 2,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Índice de Movimentação Econômica - IMEC - Salvador



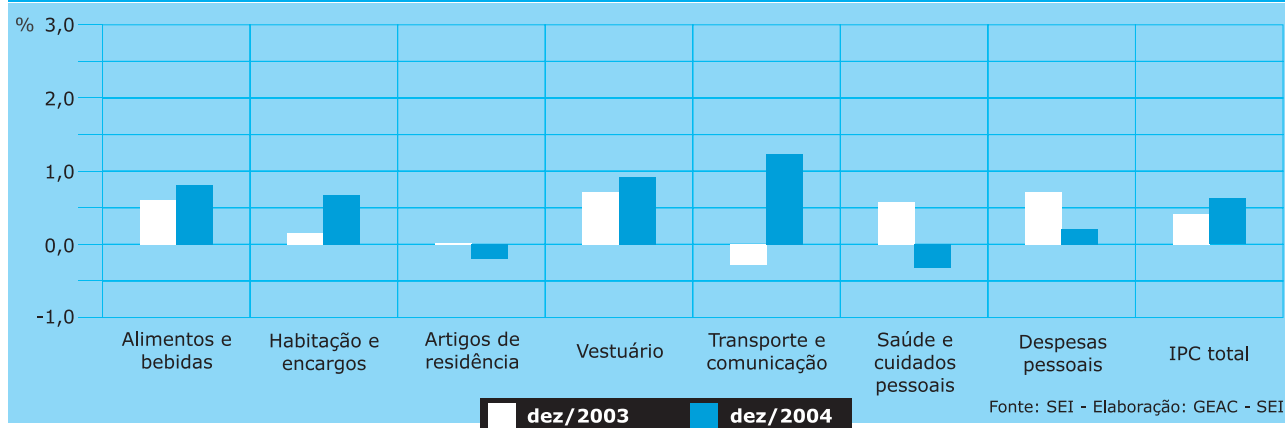
O Índice de Movimentação Econômica de Salvador – IMEC, apresentou, no mês de novembro, crescimento de 10,2%, em comparação com o mesmo mês do ano anterior. Esse resultado acompanha o desempenho do indicador durante o ano de 2004, com crescimento de 10,8% no acumulado do ano. Também nos 12 meses o índice confirmou a tendência de crescimento da atividade econômica através da curva ascendente, registrando, no mês de novembro, um acumulado de 10,8%.

Taxa de variação do IPC - SEI - Salvador



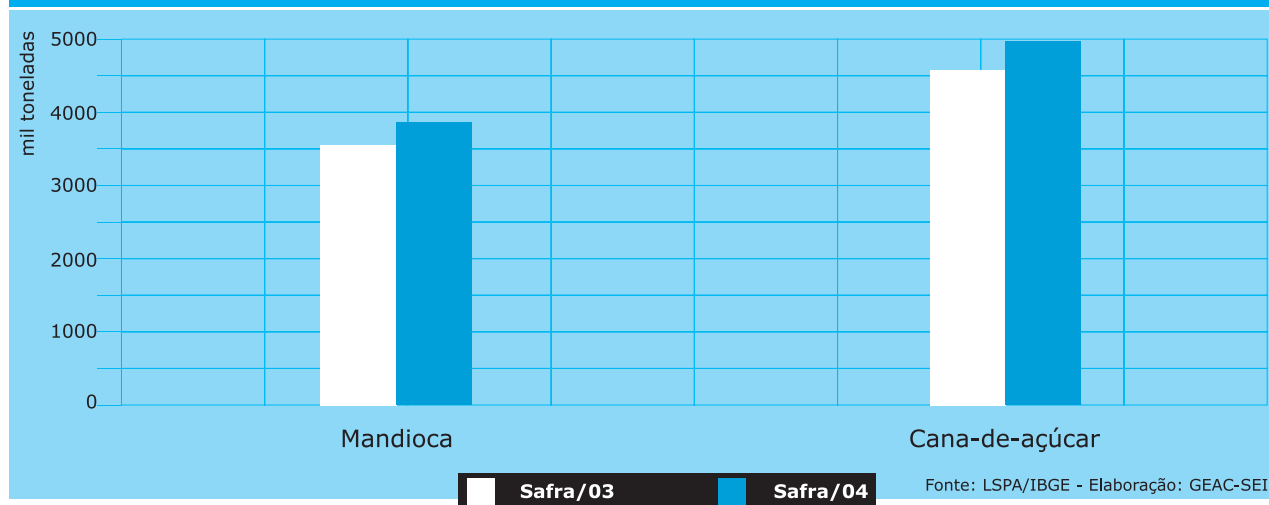
O Índice de Preços ao Consumidor – IPC, divulgado pela SEI, registrou, no mês de dezembro, taxa de 0,63%, inferior à do mês de novembro (0,85%). Com esse resultado, o índice fechou o ano com uma taxa acumulada de 7,46%. Nesta comparação, os grupos transporte e comunicação (13,98%) e alimentos e bebidas (4,1%) foram os que mais pressionaram o índice; já o grupo artigos de residência (4,0%) foi o que menos pressionou, no mesmo período.

Taxa de variação do IPC-SEI: grupos selecionados - Salvador

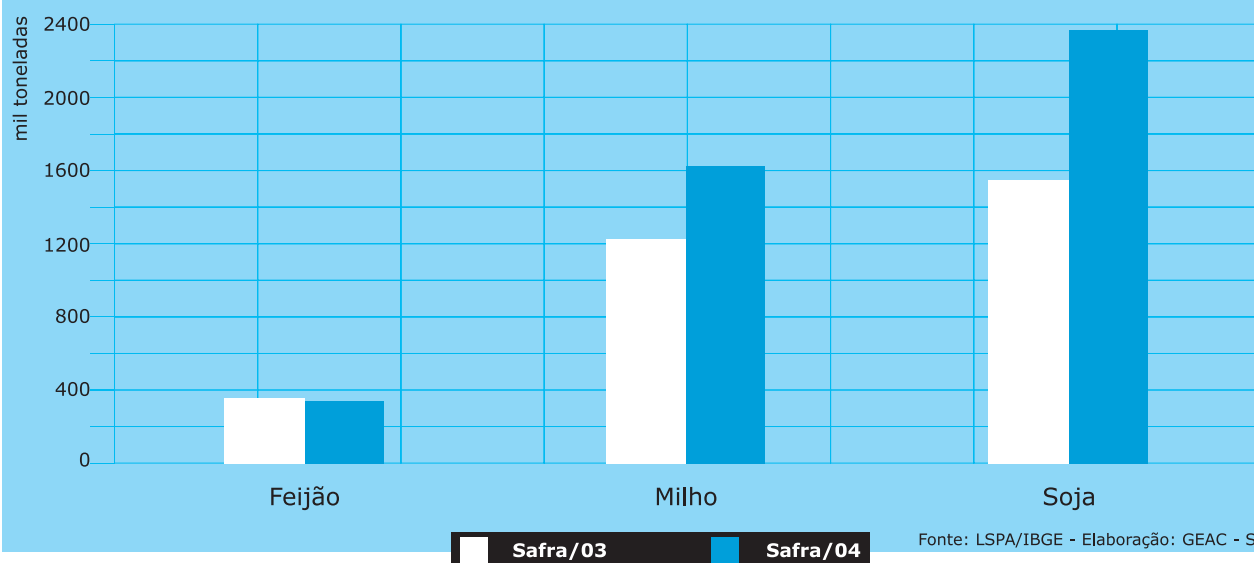


No mês de dezembro, transporte e comunicação (1,2%), vestuário (0,9%) e alimentos e bebidas (0,8%) obtiveram os maiores aumentos de preços. Dentro desses grupos, os subitens combustíveis (4,5%), roupas infantis (1,9%) e aves e ovos (4,7%) apresentaram as maiores altas. Os grupos artigos de residência e saúde e cuidados pessoais tiveram deflação de 0,2% e 0,3% respectivamente. A maior queda, neste último grupo, ficou por conta do subitem aparelhos elétricos (-1,7%).

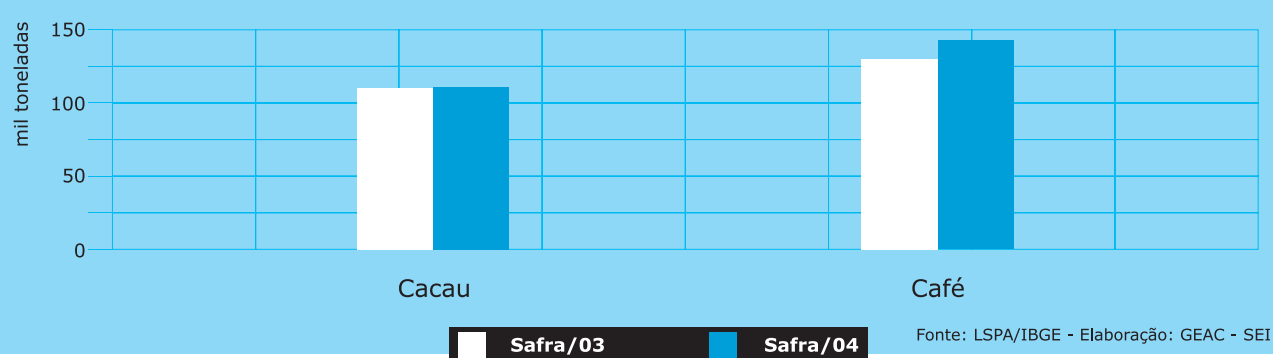
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar - Bahia



As estimativas da safra 2004, do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – LSPA, do IBGE, realizadas em dezembro, apontam elevação de 8,5% na produção baiana de mandioca. A melhoria das expectativas em relação ao levantamento anterior é reflexo da conjuntura de preços da raiz e da farinha, verificada ainda em 2003. Para a cana-de-açúcar, estima-se aumento de 9,5% da produção em 2004. Esse resultado combina as elevações nos indicadores de área plantada, colhida e, conseqüentemente, do rendimento da lavoura (4,0%, 3,8% e 5,5%, respectivamente).

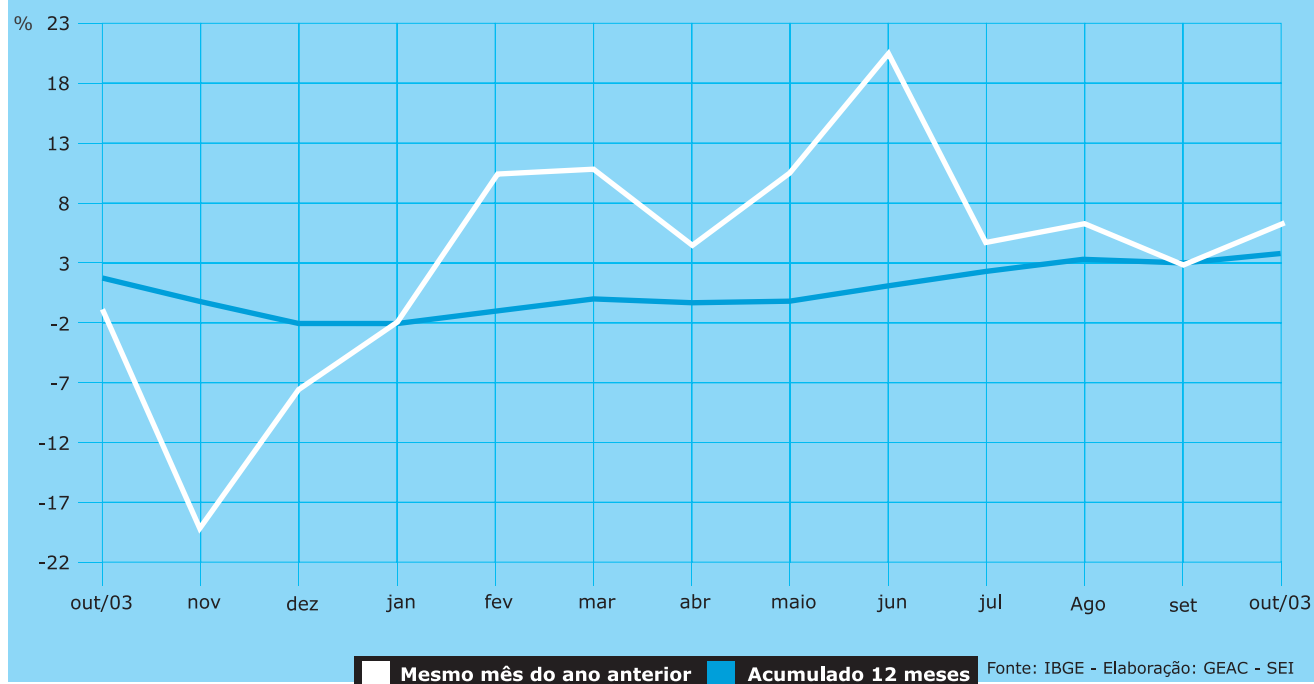
Estimativa de produção agrícola: feijão, milho e soja - Bahia

O LSPA/IBGE aponta queda de 2,8% para a safra de feijão em 2004. A reversão das expectativas deve-se, sobretudo, ao impacto de chuvas irregulares em diversas áreas produtoras. Para o milho, a previsão é de expansão de 32,9% da produção. Geralmente em rotação com a soja, a lavoura de milho beneficia-se da intensa tecnificação das áreas de cultivo. Para a soja, tem-se aumento de 52% da produção. A manutenção desses resultados, em 2005, segue ameaçada pela queda dos preços da commodity em 2004, interrompendo a trajetória ascendente dos últimos três anos.

Estimativa da produção agrícola: cacau e café - Bahia

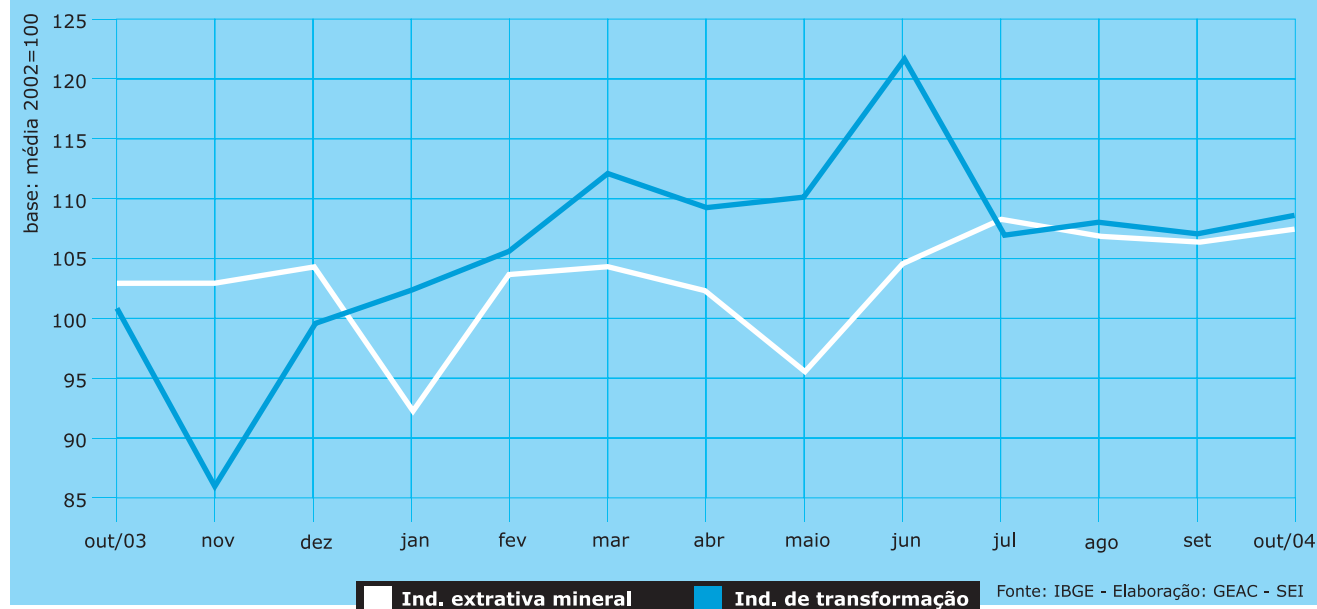
Segundo o LSPA/IBGE de dezembro, a produção de cacau teve elevação de 0,9% em 2004. Os resultados esperados para a lavoura mostraram-se bastante discretos durante todo o ano, resultante de fatores como endividamento de produtores, pragas, oscilações de preços etc. Para o café, mantém-se a elevação de 10% da produção em 2004. As expectativas dos cafeicultores concentram-se no comportamento dos preços nos mercados brasileiro e internacional, diante do aumento da oferta do grão.

Taxa de variação da produção física da indústria de transformação - Bahia



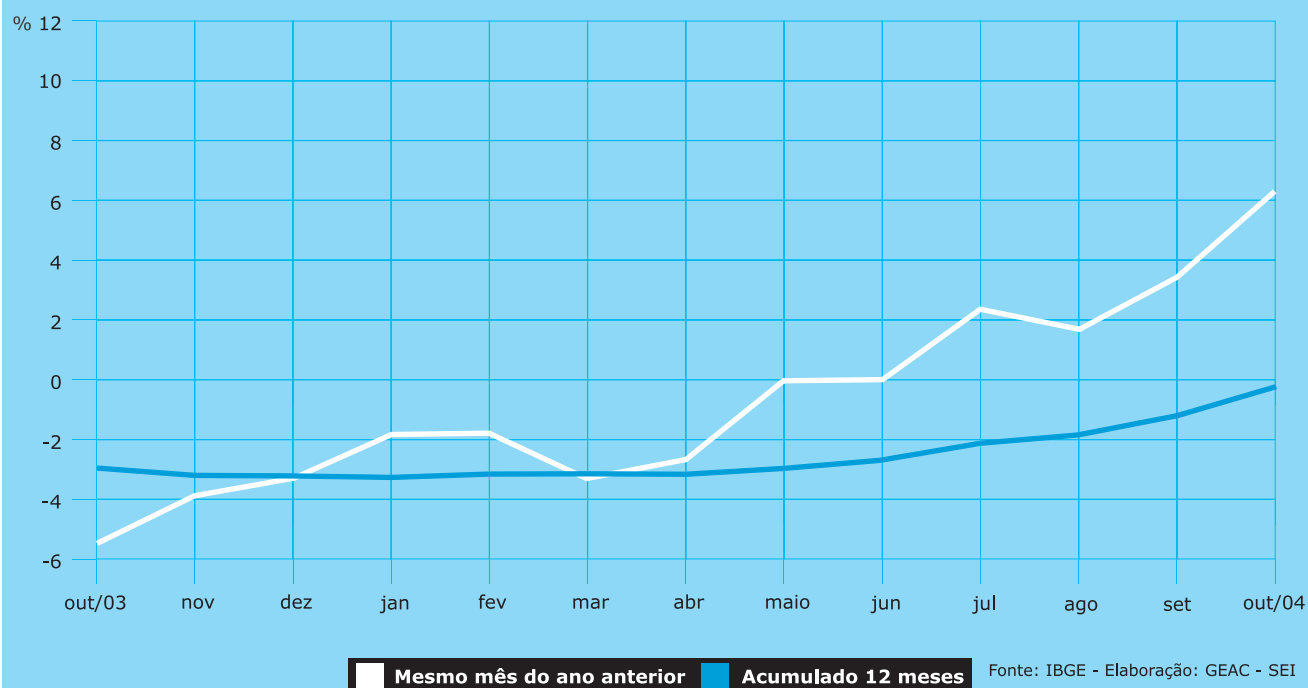
A Pesquisa Industrial Mensal do IBGE mostra que, em outubro, a produção industrial do setor de transformação baiano registrou crescimento de 7,4%, na comparação com o mesmo mês de 2003, mantendo a trajetória de expansão iniciada em fevereiro. Esse resultado fez com que a taxa acumulada nos 12 meses atingisse 4,8%, o seu nível mais alto desde junho de 99. O desempenho recente da indústria de transformação revela que o setor encontra-se em recuperação, derivada, sobretudo, pelo bom desempenho dos setores de refino de petróleo e produção de álcool (4,5%), alimentos e bebidas (1,0%) e metalurgia básica (12,0%).

Índice dessazonalizado de produção física da indústria de transformação e extrativa mineral - Bahia

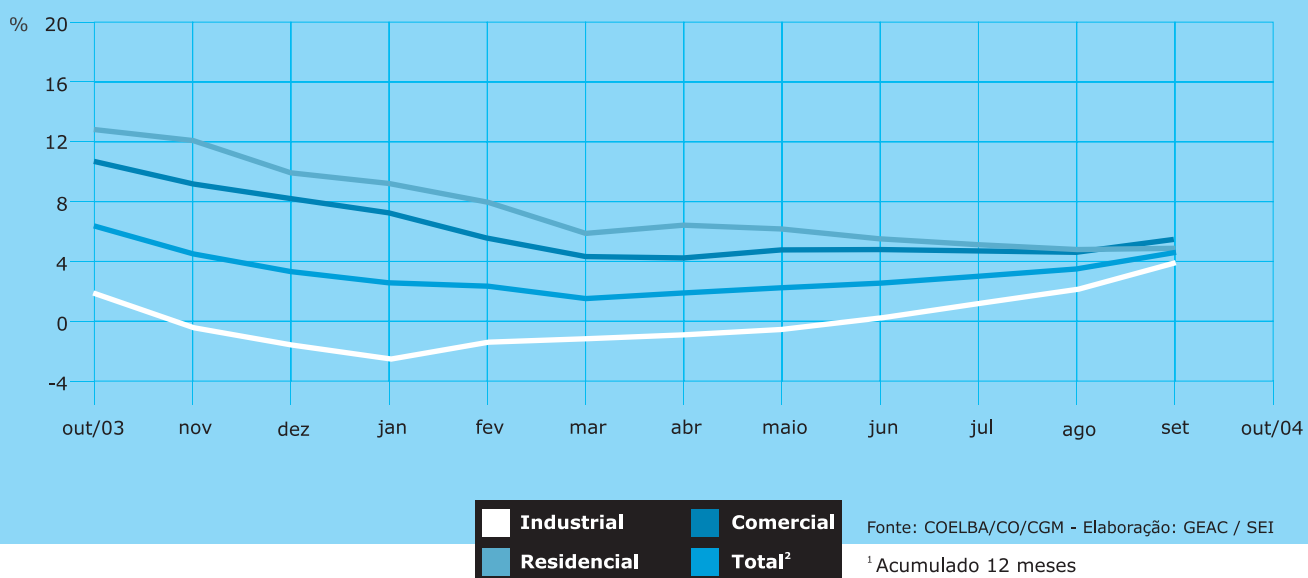


A série livre de influências sazonais da produção física da indústria de transformação, em outubro, mostrou crescimento de 1,2%, com relação ao mês de setembro. Os segmentos que apresentaram taxas positivas no mês foram alimentos e bebidas (1,4%), refino de petróleo e álcool (4,0%) e minerais não-metálicos (0,6%). Todos os demais segmentos registraram variação negativa no período, com destaque para o setor de metalurgia básica, com queda de 11,2%.

Taxa de variação de pessoal ocupado - Indústria de transformação - Bahia



A indústria baiana de transformação registrou expressivo aumento no número de contratações no mês de outubro, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, do IBGE. Em relação a outubro de 2003, o número de empregos industriais cresceu 6,3%. No indicador mensal, os setores que apresentaram os maiores aumentos de pessoal ocupado foram fabricação de meios de transporte (26,6%) e calçados e couro (26,3%), enquanto que vestuário (-25,6%) e madeira (-21,8%) registraram as maiores retrações no nível de emprego.

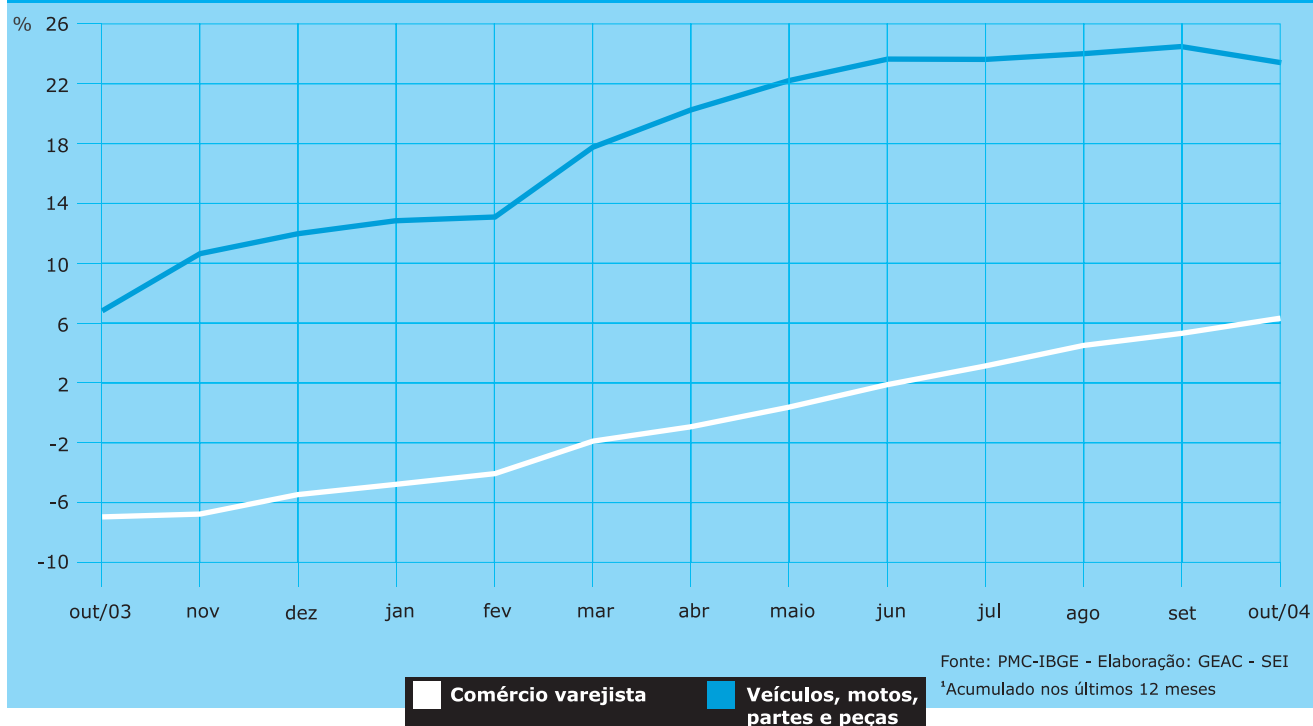
Taxa de variação do consumo de energia elétrica¹ - Bahia

¹ Acumulado 12 meses

² Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. Pública + S. Público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a COELBA, CHESF e COPENE

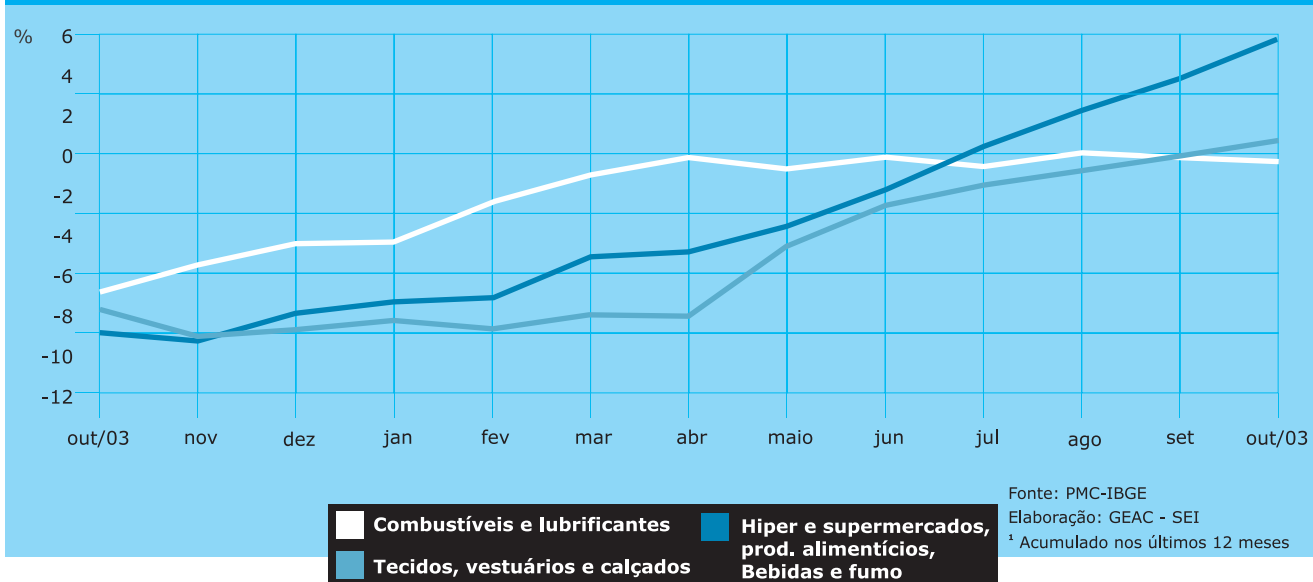
O consumo total de eletricidade no estado da Bahia registrou, no mês de setembro, crescimento de 14%, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. No acumulado dos últimos doze meses, o consumo total apresentou crescimento de 4,6%, com destaque para o consumo industrial que, desde o mês de maio, vem registrando constantes aumentos. O destaque no crescimento dos últimos doze meses foi o segmento comercial, com 5,5%; já o consumo industrial registrou, no mesmo período, um crescimento de 3,9%.

Taxa de variação de volume de vendas no varejo¹ - Bahia



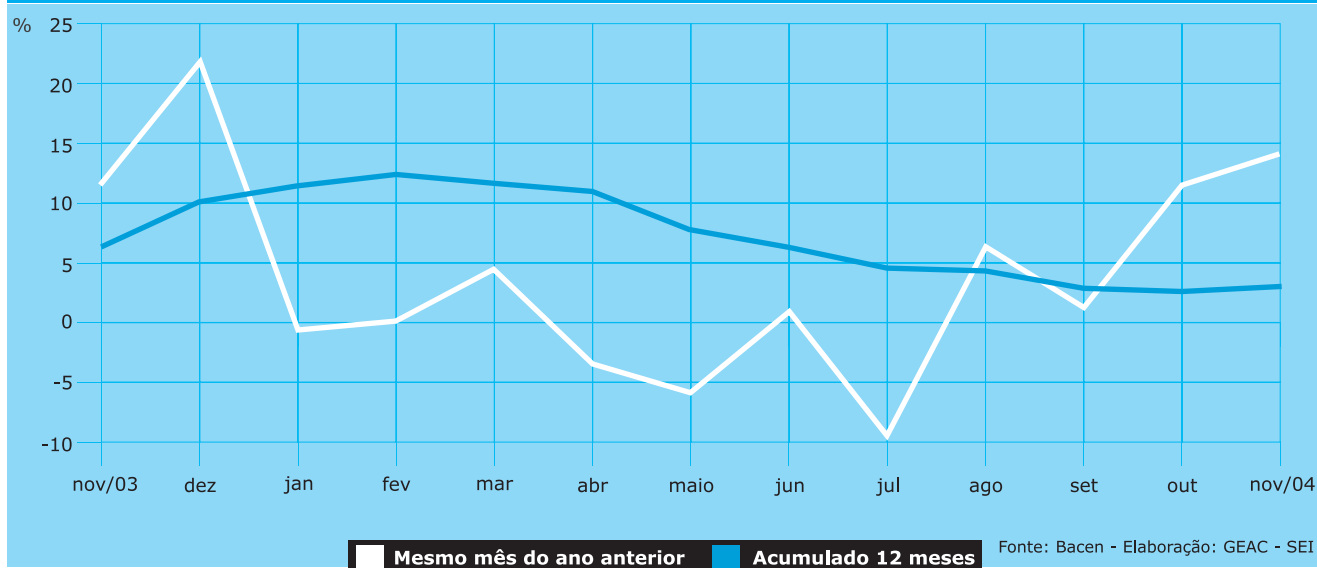
Segundo dados da Pesquisa do Comércio (IBGE), o comércio varejista segue registrando resultado positivo. Em outubro, o volume de vendas do varejo apresentou uma variação da ordem de 9,3%, comparado a outubro de 2003. No acumulado do ano, o crescimento registrado foi de 7,4% em relação ao mesmo período do ano passado. Para o acumulado dos últimos 12 meses, a variação alcançou uma taxa de 6,4%. As vendas do segmento de veículos, motos e peças apresentaram, em ritmo reduzido, acréscimo de 10,8% em relação a outubro de 2003, acumulando variação positiva de 23,7% nos últimos 12 meses.

Taxa de variação do volume de vendas no varejo¹: principais segmentos - Bahia



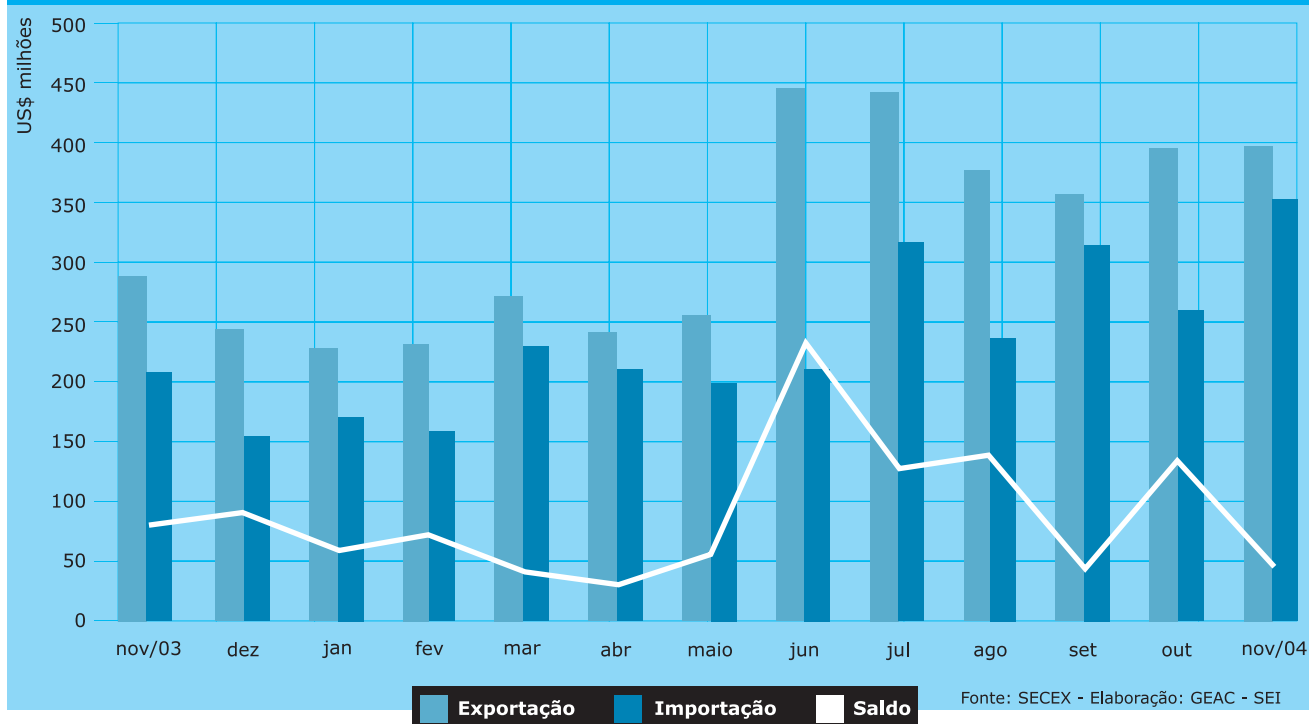
No mês de outubro de 2004, dos segmentos que compõem o Indicador de Volume de Vendas, apenas combustíveis e lubrificantes registrou variação negativa (-1,0%). Todos os demais segmentos do varejo apresentaram comportamento positivo, sendo destaque, novamente, o segmento de móveis e eletrodomésticos, com incremento expressivo de 44,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, acumulando, no período, uma taxa de 38,4%, e, para os últimos 12 meses, 33,8%.

Quantidade de cheques sem fundos - Bahia

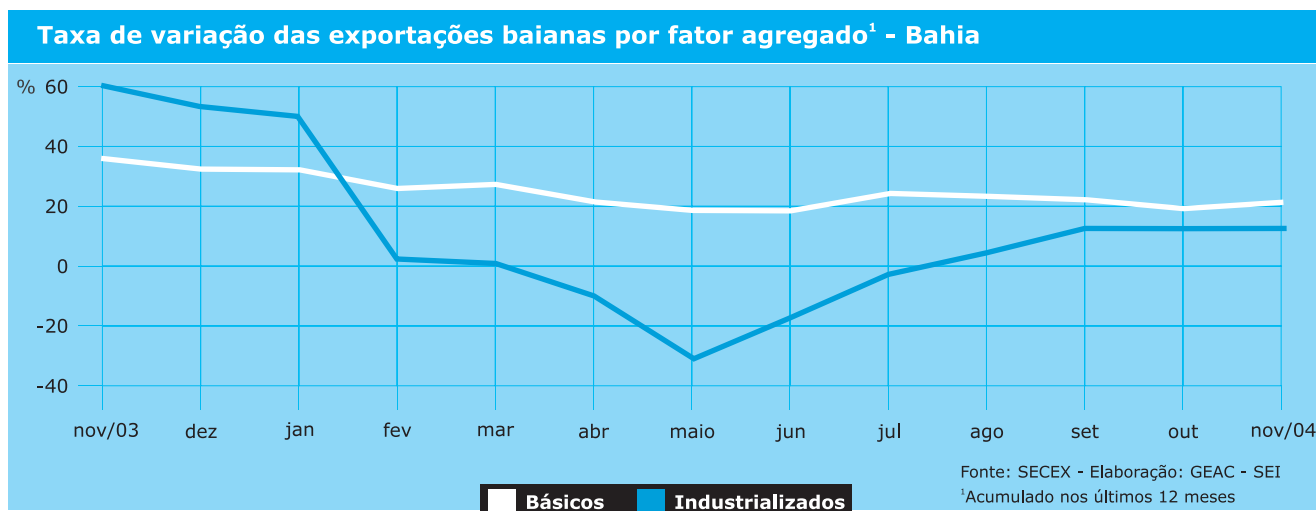


Em novembro, o volume de cheques sem fundos emitidos na Bahia apresentou crescimento de 14,2% na comparação com o mesmo mês do ano anterior; em outubro o resultado já havia apontado expressivo crescimento, de 11,4%. Ao todo, foram emitidos 386.700 cheques sem fundos. Com o aumento registrado no mês, a taxa acumulada nos doze meses registrou um crescimento de 1,6%, revertendo, assim, a tendência de queda na taxa verificada nos meses anteriores.

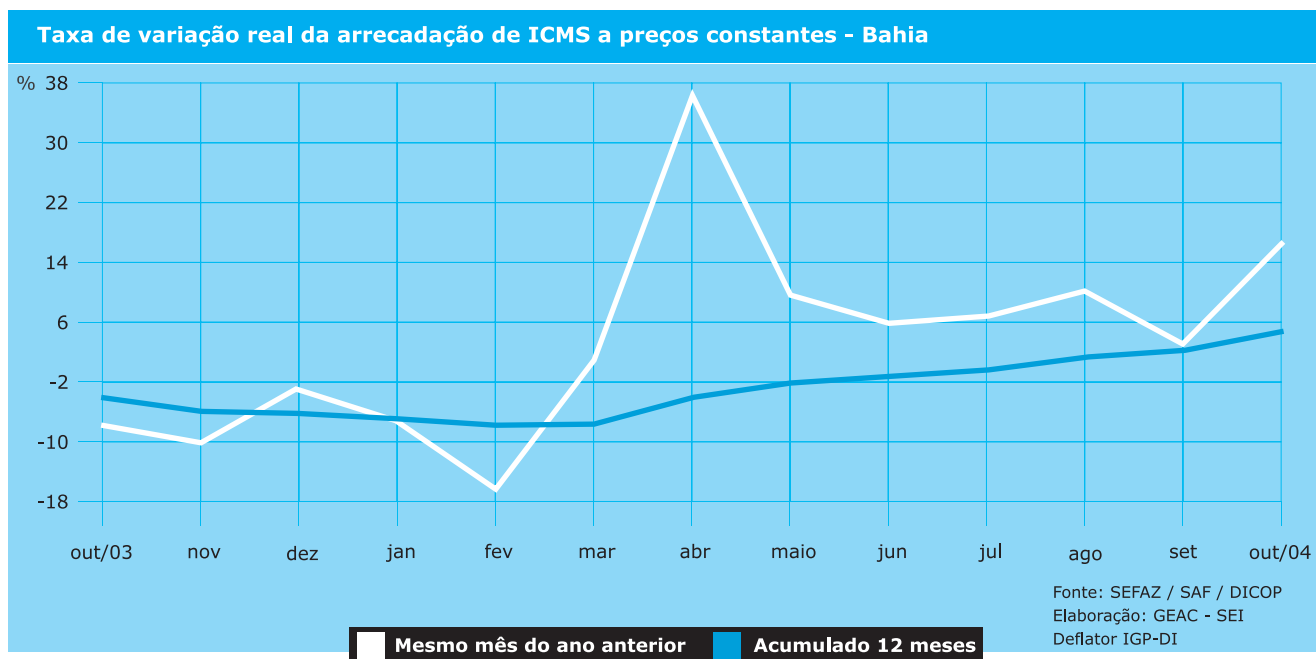
Balança comercial - Bahia



A balança comercial da Bahia registrou, em novembro de 2004, um saldo superavitário de US\$ 44,1 milhões: as vendas externas alcançaram US\$ 397,14 milhões e, as importações, US\$ 353,08 milhões. As exportações registraram crescimento de 37% em relação a novembro de 2003, ao passo que as importações apresentaram taxa bem acima, de 68,5%. Esse desempenho do comércio exterior baiano confirma a tendência de retomada de crescimento da economia nacional, registrado, principalmente, no acréscimo das importações de máquinas e equipamentos e matérias-primas.

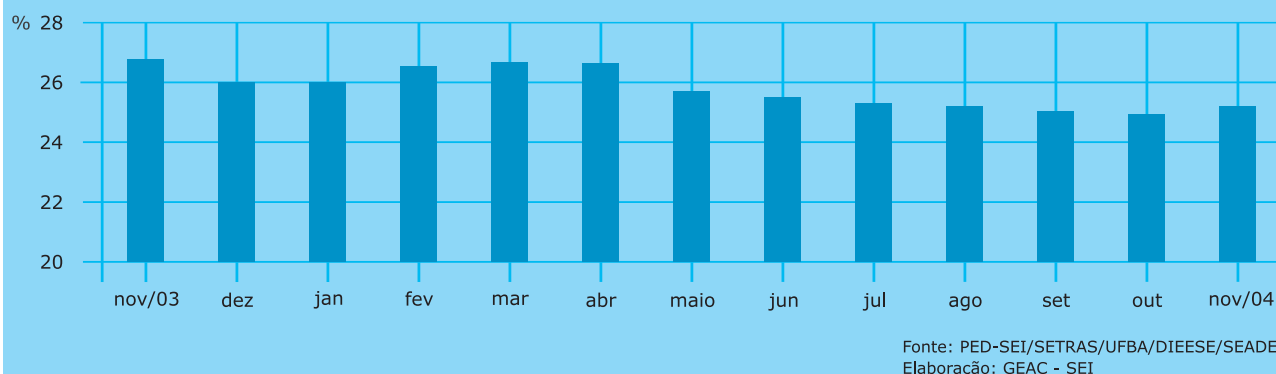


As exportações baianas por fator agregado, nos últimos doze meses, para os produtos básicos, registraram uma taxa positiva de 12,4%, apresentando uma recuperação das vendas externas de matérias-primas. Os produtos industrializados apresentaram variação positiva, nas vendas, de 21,4%, com destaques para os automóveis, os derivados de petróleo e os produtos químicos e petroquímicos.

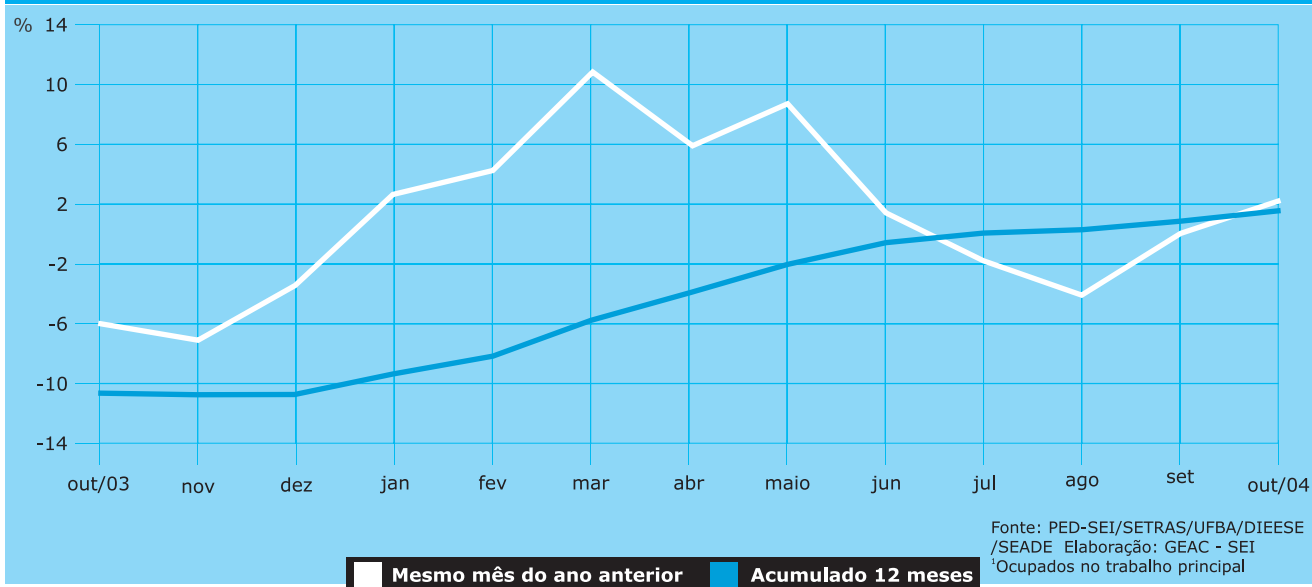


No mês de outubro, a arrecadação real do ICMS, no estado da Bahia, apresentou crescimento de 16,7% na comparação com o mesmo mês do ano anterior. Em termos de valor, a arrecadação atingiu um total de R\$ 649,1 milhões, registrando, no ano, um aumento de 6,8% na comparação com o mesmo período de 2003. No acumulado dos doze meses, a arrecadação mantém a retomada positiva de crescimento, iniciada em agosto, registrando um total de R\$ 6.507.009 bilhões.

Taxa de desemprego total - RMS



Segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, a taxa de desemprego total na RMS alcançou 25,2% da População Economicamente Ativa, 1.705 mil pessoas, em novembro/04, revelando um crescimento de 0,8% em relação a outubro do mesmo ano, quando a taxa foi da ordem de 25%. Esse resultado é explicado pela redução de 4 mil postos de trabalho. O contingente de desocupados foi estimado em 430 mil pessoas e, o contingente de ocupados, em 1.275 mil pessoas.

Taxa de variação do rendimento médio real¹ - RMS

O rendimento médio real dos ocupados, na RMS, medido pelo índice dos rendimentos da PED, apresentou crescimento de 2,2% em outubro/04, comparando-se a outubro/03; no acumulado dos últimos 12 meses, observou-se taxa positiva de 1,53%. Entretanto, o rendimento médio nominal auferido pelos ocupados situou-se em R\$ 666, uma queda de 0,6% comparando-se com setembro/04: esse resultado reflete perdas na renda do trabalhador, justificadas pelo avanço da inflação do período que, segundo o IPC/SEI, registrou crescimento de 6,79% no ano.

Finanças municipais na Bahia: transferências constitucionais

José Moura Pinheiro*

Neste artigo analisamos os critérios utilizados atualmente para as transferências de recursos tributários da União e dos estados para os municípios. Inicialmente apresentamos uma visão geral da arrecadação tributária em nosso país, verificando o comportamento dos valores arrecadados nos últimos anos, bem como a forma de repartição desses recursos entre as três esferas de governo. Em seguida, sintetizamos os dispositivos constitucionais e legais referentes à repartição da receita tributária arrecadada pela União, além de focalizar a regulamentação do repasse desses recursos e explicar como são calculados os coeficientes relativos ao Fundo de Participação dos Municípios. Na seção subsequente, examinamos como são realizadas as transferências constitucionais da receita tributária do Estado da Bahia para os 417 municípios, com destaque para o que estabelece a legislação vigente sobre essa matéria. É analisado, também, como se calculam os índices de participação dos municípios no ICMS, e quais são os índices dos 20 maiores municípios que vigoram no exercício de 2005. Finalmente, apresenta-se um resumo do total dos recursos transferidos pela União e pelo Estado para as prefeituras.

Visão geral da arrecadação tributária

Historicamente, a receita tributária brasileira fica concentrada na União. A Constituição Federal de 1988 deu uma contribuição significativa para que os estados e, principalmente, os municípios elevassem sua participação no bolo dos recursos tributários. Mesmo assim, como mostra a Tabela 1, elaborada com base em estudo do Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM, ainda é expressiva a parcela que cabe à União, no valor da arrecadação de tributos. Na média do período entre 2000 e 2003, a gorda fatia de 68% do total da receita tributária arrecadada no Brasil é composta de tributos federais, sobrando 27% para os tributos estaduais e apenas 5% para os tributos municipais.

É importante ressaltar, contudo, que o produto da arrecadação tributária realizada pela União e pelos estados não lhes pertence totalmente. Mais de 40% do valor

* Economista, com mestrado em Administração e doutorado em Comunicação e professor da Escola de Administração da UFBA.

Tabela 1
Arrecadação de tributos: União, Estados e Municípios, 2000-2003

R\$ bilhões

Anos	Total	União		Estados		Municípios	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
2000	456,6	305,2	66,9	129,3	28,3	22,1	4,8
2001	520,8	352,2	67,7	146,5	28,1	22,0	4,2
2002	597,5	418,3	70,0	149,6	25,0	29,6	5,0
2003	696,4	469,8	67,4	189,2	27,2	37,4	5,4

Fonte: IBAM

Tabela 2
Recursos disponíveis: União, Estados e Municípios, 2000-2003

R\$ bilhões

Anos	Total	União		Estados		Municípios	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
2000	456,6	252,5	55,3	138,4	30,3	65,7	14,4
2001	520,8	289,4	55,6	161,6	31,0	69,8	13,4
2002	597,5	343,1	57,4	171,8	28,8	82,6	13,8
2003	696,4	384,4	55,2	202,9	29,1	109,0	15,7

Fonte: IBAM

dos impostos arrecadados pela União são transferidos para os 27 estados, inclusive o Distrito Federal, e para os 5.560 municípios, incluindo as 27 capitais. Por sua vez, boa parte dos impostos estaduais é repassada para os municípios. Assim, como expressa a Tabela 2, quando se apura o valor da arrecadação tributária que é disponibilizada para cada uma das esferas de governo, nota-se que, na média do período entre 2000 e 2003, a participação de cada ente federado é a seguinte: União, 56%; estados, 30%; e municípios, 14%.

Em síntese, os principais tributos cobrados pela União, pelos estados e pelos municípios são os seguintes:

- Tributos federais: imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR); imposto sobre produtos industrializados (IPI); imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro (IOF); imposto sobre propriedade territorial rural (ITR); imposto sobre importação (II); contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira (CPMF); contribuição sobre intervenção no domínio econômico (CIDE); contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL); e contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS);
- Tributos estaduais: imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS); imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação (ITD); imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA);
- Tributos municipais: imposto sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU); imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS); e imposto sobre transmissão *intervivos* (ITI).

Que recursos tributários são repassados da União para os municípios, em que valor e quais são os critérios utilizados para essas transferências? É desse aspecto que trataremos a seguir.

Repartição da receita tributária da União

A repartição de receitas tributárias da União para estados e municípios constitui um mandamento constitucional. Em seu artigo 159, a Constituição Federal determina que 47% do valor arrecadado pela União com o imposto de renda (IR) e com o imposto sobre produtos industrializados (IPI) sejam repassados aos estados e municípios, da seguinte forma:

- 21,5% compõem o Fundo de Participação dos Estados (FPE);
- 22,5% compõem o Fundo de Participação dos Municípios (FPM);
- 3,0% destinam-se a aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com a determinação de que 50% dos recursos repassados ao Nordeste sejam aplicados no semi-árido.

Ainda de acordo com o artigo 159, do valor arrecadado pela União com o IPI, uma parcela de 10% é destinada aos estados, na proporção do respectivo valor das exportações de produtos industrializados. Desse valor, os estados repassam 25% para os municípios.

Com relação ao FPM, os critérios para o cálculo da parcela que cabe a cada município, definido pela Lei Complementar Federal nº 62, de 28 de dezembro de 1989, compreende três partes principais: a) uma par-

De acordo com o artigo 159, do valor arrecadado pela União com o IPI, uma parcela de 10% é destinada aos estados.

cela de 10% forma o FPM das capitais dos estados e do Distrito Federal; b) uma parcela de 86,4% forma o FPM dos municípios do Interior; c) a parcela complementar de 3,6% forma o fundo de reserva que é distribuído para os municípios do interior com maior população, ou seja, aqueles com coeficiente de FPM de 3,8 e 4,0, conforme explicado a seguir.

O órgão encarregado de estabelecer os coeficientes dos municípios no FPM é o Tribunal de Contas da União - TCU. Anualmente, geralmente no mês de dezembro, o TCU, com base na estimativa da população dos municípios feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, expede uma Decisão Normativa contendo os coeficientes das capitais dos estados e do Distrito Federal e os coeficientes dos municípios do interior. Antes de definir os coeficientes de cada município do interior, o TCU calcula o índice de participação de cada estado no FPM, com base na população residente. No exercício de 2004, os cinco estados com maior participação no FPM foram: São Paulo, 14,26%; Minas Gerais, 14,18%; Bahia, 9,26%; Rio Grande do Sul, 7,30%; e Paraná, 7,28%.

A cada município é atribuído um coeficiente, na proporção da população residente, que vigora de janeiro a dezembro do exercício subsequente. Para os municípios do interior, com população até 10.188 habitantes, o coeficiente é 0,6; para os municípios com população na faixa entre 10.189 e 13.584, o coeficiente é 0,8; para os municípios com população na faixa entre 13.585 a 16.980, o coeficiente é 1,0; e assim sucessivamente, até a faixa de população entre 142.633 a 156.216, cujo coeficiente é 3,8. Para o município do interior com população acima de 156.216 habitantes, o coeficiente é 4,0. Os coeficientes dos municípios são aplicados pelo Banco do Brasil, sob supervisão da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, que efetua a transferência dos recursos do FPM em três parcelas, creditadas nas contas das respectivas prefeituras municipais, em torno dos dias 10, 20 e 30 de cada mês, com base na arrecadação realizada no decêndio anterior.

Além dos recursos do FPM, os municípios participam das seguintes receitas tributárias da União, em conformidade com a Constituição Federal:

- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, criado pela Emenda Constitucional nº 14, de 12

de setembro de 1996, e constituído de 15% das receitas do Fundo de Participação dos Municípios, do Fundo de Participação dos Estados, do IPI-Exportação e do ICMS;

- Transferência de IPI-Exportação, que corresponde a 25% da parcela de 10% da arrecadação do IPI que é destinada pela União aos estados, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações;
- Transferência de ITR, de cuja arrecadação a parcela de 50% é destinada aos municípios proporcionalmente aos imóveis neles situados.

Soma-se, também, à receita municipal, o produto da arrecadação do imposto de renda incidente na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelas prefeituras e por suas fundações e autarquias. Ou seja, o valor descontado na fonte, dos funcionários e prestadores de serviços que trabalham para uma prefeitura, não é recolhido à Receita Federal, mas contabilizado como receita do município. Acrescente-se que, além das transferências constitucionais da União para os municípios, há as chamadas transferências voluntárias, feitas mediante convênios ou outras formas legais de repasse de recursos federais, que não estão sendo examinadas neste artigo.

Repartição da receita tributária estadual

Analisaremos, agora, como é feito o repasse da receita tributária do Estado para os municípios, em conformidade com o artigo 158 da Constituição Federal. Embora seja um tributo estadual, o ICMS é considerado um imposto de perfil nacional, tendo em vista que incide sobre a circulação de bens e a prestação de alguns serviços que ocorrem em todo território brasileiro. Um outro aspecto da relevância do ICMS é quanto ao valor arrecadado, ocupando o primeiro lugar no ranking tributário brasileiro. Por exemplo, em 2003, os tributos arrecadados em nível nacional com maior valor foram: ICMS, R\$ 119,1 bilhões; imposto de renda de pessoas físicas e pessoas jurídicas, R\$ 93,0 bilhões; COFINS, R\$ 59,6 bilhões; CPMF, R\$ 23,0 bilhões; e IPI, R\$ 19,6 bilhões.

Como se nota na Tabela 3, a arrecadação do ICMS, em valores nominais, passou de R\$ 55,6 bilhões, em 1996, para R\$ 119,1 bilhões, em 2003, com uma ele-

Tabela 3 Arrecadação de ICMS: Brasil, Nordeste e Bahia; 1996 a 2003						R\$ milhões
Ano	Brasil	Nordeste	Bahia	NE/BR	BA/BR	BA/NE
1996	55.681	7.385	2.530	13,3%	4,5%	34,3%
1997	59.574	7.830	2.572	13,1%	4,3%	32,8%
1998	60.930	8.374	2.701	13,7%	4,4%	32,3%
1999	67.874	9.190	3.023	13,5%	4,4%	32,9%
2000	82.269	11.393	3.764	13,8%	4,5%	33,0%
2001	94.157	13.024	4.243	13,8%	4,5%	32,6%
2002	104.984	15.189	5.154	14,5%	4,9%	33,9%
2003	119.149	17.039	5.871	14,3%	4,9%	34,5%

Fonte: Adaptado de Boletim do BACEN

vação de 113,9%, o que representa um bom desempenho, tendo em vista que, nesse período, a inflação, medida pelo IPCA do IBGE, atingiu 89,87%. Como se nota, a participação da arrecadação do ICMS nos 9 estados do Nordeste, no valor total do ICMS, elevou-se de 13,3%, em 1996, para 14,3%, em 2003, o que é um fato digno de nota, pois significa que a região vem crescendo em termos de valor adicionado. A arrecadação do Estado da Bahia também cresceu no período, contribuindo para o resultado alcançado regionalmente.

A parcela relativa aos 25% da arrecadação do ICMS pertencentes aos municípios é distribuída com a aplicação do Índice de Participação dos Municípios (IPM), calculado da seguinte forma: 75% com base no valor adicionado no território do município e 25% conforme determina lei estadual. O valor adicionado é apurado anualmente pela Secretaria da Fazenda de cada estado, com base na diferença entre o valor das saídas e o das entradas de mercadorias (vendas e aquisição de matérias-primas e materiais secundários), nas operações relativas à circulação dessas mercadorias. Acrescenta-se, também, o valor adicionado pelas empresas que prestam serviços de comunicação e serviços de transporte interestadual e intermunicipal. Essa forma de apuração coincide com a lógica da sistemática de arrecadação do ICMS, no que tange a não-cumulatividade.

Para efeito de exemplo, podemos dizer que uma empresa de confecção sediada em Jequié, que faturou, em 2003, um total de R\$ 500 mil, e utilizou matérias-primas e materiais secundários no valor de R\$ 200 mil, terá, como valor adicionado, a importância de R\$ 300 mil. O valor adicionado de cada município será a soma do valor adicionado de todas as empresas nele

localizadas. O Índice de Valor Adicionado (IVA) do município é apurado dividindo-se o valor adicionado do município pelo total do valor adicionado do Estado. Por exemplo, em 2003, o total do valor adicionado do Estado da Bahia atingiu o montante de R\$ 44.560 milhões. Como o valor adicionado de Salvador ficou em R\$ 7.384 milhões, o IVA deste município é de 16,57% ($7.384 : 44.560 \times 100 = 16,57$).

Na Bahia, o IPM é calculado anualmente pelo Tribunal de Contas do Estado e divulgado no final de cada ano para vigor no exercício seguinte, de acordo com critérios estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 7, de 20 de dezembro de 1991, e na Lei Complementar Estadual nº 13, de 30 de dezembro de 1997. Em suma, os critérios são os seguintes:

- A parcela dos 75,0% do IPM, conforme determina lei federal, é calculada com base na proporção do valor adicionado médio em cada município, em relação ao valor adicionado total do Estado, nos dois exercícios que antecedem o ano da apuração. Assim, o IPM calculado em 2004, para vigorar em 2005, levou em conta a média do valor adicionado de 2002 e 2003;
- A parcela dos 25,0% do IPM é composta de três partes, sendo uma de 10,0%, com base na proporção da população residente no município em relação à população do Estado; uma parte de 7,5%, na proporção da área geográfica do município em relação à área do Estado; e uma parte de 7,5% distribuída igualmente para os municípios de menor valor adicionado.

Do valor da arrecadação do ICMS, a parcela de 25% é creditada em conta específica de participação dos municípios em banco indicado pelo governo estadual. Do produto da arrecadação efetuada em uma sema-

na, a parcela pertencente aos municípios é repassada para as contas das 417 prefeituras na terça-feira da semana seguinte à da arrecadação, mediante aplicação dos mencionados índices de participação.

A Tabela 4 contém o valor adicionado total do Estado da Bahia, no exercício de 2003, destacando-se os 20 maiores municípios, os índices de valor adicionados (IVA) e os índices de participação no ICMS desses municípios, que vigoram a partir de janeiro de 2005. Como se observa, em 2003, o valor adicionado da Bahia totalizou R\$ 44,5 bilhões, sendo que nos 20 municípios mais prósperos concentram-se 73,9% do total, ficando apenas 26,1% para os demais 397 municípios. Os três municípios com maior valor adicionado e que, conseqüentemente, participam com maior parcela do ICMS são: Salvador, com IPM de 15,20; Camaçari, 10,48; e São Francisco do Conde, 7,29. Convém notar que não há uma correlação direta entre o IVA 2003 e o IPM 2005, posto que, como já vimos, no cálculo do IPM são considerados outros fatores.

Tabela 4 Municípios da Bahia: Valor Adicionado, IVA (2003) e IPM (2005)			
R\$ milhões			
Municípios	Valor Adicionado 2003	IVA 2003	IPM 2005
Salvador	7.384,0	16,57	15,20
Camaçari	6.220,9	13,96	10,48
São Francisco do Conde	4.148,5	9,31	7,29
Feira de Santana	1.285,2	2,88	2,72
Candeias	1.506,8	3,38	2,50
Madre de Deus	1.316,0	2,95	2,23
Simões Filho	1.157,7	2,59	2,17
Mucuri	1.341,5	3,01	2,11
Itabuna	926,5	2,08	1,74
Jequié	916,6	2,05	1,60
Paulo Afonso	822,9	1,84	1,59
Juazeiro	868,5	1,94	1,53
Ilhéus	768,7	1,72	1,47
Luis Eduardo Magalhães	841,0	1,88	1,38
Pojuca	901,3	2,02	1,35
Dias D'Ávila	592,7	1,33	1,29
Barreiras	521,6	1,17	1,12
Vitória da Conquista	489,5	1,10	1,10
Lauro de Freitas	501,8	1,12	0,97
Alagoinhas	452,6	1,01	0,90
Subtotal (20)	32.964,3	73,91	60,74
Outros (397)	11.596,2	26,09	39,26
Total (417)	44.560,5	100,00	100,00

Fonte: Adaptado de SEFAZ/BA e Tribunal de Contas da Bahia

Os municípios participam, também, de 50% da arrecadação do IPVA incidente sobre os veículos neles licenciados. Em 2003, o valor da parcela dos municípios na arrecadação do IPVA totalizou R\$ 92,0 milhões, o que corresponde a 6% do total transferido pelo Estado para as prefeituras. Vale acrescentar que, além das transferências constitucionais do Estado para os municípios, há as chamadas transferências voluntárias, que são feitas mediante convênios ou outras formas legais de repasse de recursos estaduais.

Transferências constitucionais para os municípios da Bahia, em 2003

Como mostra a Tabela 5, o total de recursos tributários transferidos, em 2003, pela União e pelo Estado da Bahia para os municípios, de acordo com dispositivos constitucionais, atingiu R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões de transferências efetuadas pelo governo federal e R\$ 1,5 bilhão de repasses realizados pelo governo estadual. Os cinco municípios que receberam mais recursos foram: Salvador, R\$ 482,6 milhões; Camaçari, R\$ 187,7 milhões; São Francisco do Conde, R\$ 107,8 milhões; Feira de Santana, R\$ 89,2 milhões; e Vitória da Conquista, R\$ 57,7 milhões.

A população residente no estado da Bahia, em 2003, era de 13,4 milhões de habitantes, de acordo com estimativa do IBGE, como consta da Tabela 5. Quando se relaciona o total das transferências efetuadas para os municípios com a população residente, verifica-se que, na média do estado, foram repassados R\$ 327,00 por habitante. Os cinco municípios com valor de repasse per capita mais elevado são: São Francisco do Conde, R\$ 3.838,00; Madre de Deus, R\$ 2.874,00; Luis Eduardo Magalhães, R\$ 1.116,00; Camaçari, R\$ 1.063,00; e Pojuca, R\$ 824,00. Do lado oposto, entre os 20 municípios mencionados, são os seguintes os que apresentaram, em 2003, menor valor de repasse per capita: Feira de Santana, R\$ 177,00; Salvador, R\$ 188,00; Vitória da Conquista, R\$ 210,00; Alagoinhas, R\$ 236,00; e Ilhéus, R\$ 256,00.

Considerações finais

Do que analisamos, neste artigo, cabe destacar os seguintes pontos: quanto à arrecadação e à repartição de tributos no Brasil, nota-se que a União concentra a maior parte da receita tributária e também dos recur-

Tabela 5
Municípios da Bahia: Transferências de Recursos Tributários Federais e Estaduais,
em 2003 **R\$ milhões**

Municípios	Pop.2003 1.000 h.	Transferências da União		Transferências do Estado da Bahia		Total das Transferências	
		Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Salvador	2.556,4	198.488	6,94	284.176	18,46	482.664	11,0
Camaçari	176,5	43.203	1,51	144.552	9,39	187.755	4,27
São F. do Conde	28,1	8.923	0,31	98.938	6,42	107.861	2,45
Feira de Santana	503,9	39.514	1,38	49.679	3,22	89.193	2,02
Vitória Conquista	274,0	37.774	1,32	19.930	,29	57.704	1,31
Juazeiro	188,7	31.709	1,11	25.310	1,64	57.019	1,30
Ilhéus	221,6	32.250	1,12	24.673	1,60	56.923	1,29
Itabuna	200,2	32.652	1,14	24.253	1,57	56.905	1,29
Simões Filho	100,7	21.291	0,74	31.620	2,05	52.911	1,20
Candeias	79,5	15.920	0,56	32.767	2,12	48.687	1,10
Barreiras	123,6	22.776	0,79	23.932	1,55	46.708	1,06
Jequié	148,0	31.178	1,09	14.716	0,95	45.894	1,04
Paulo Afonso	99,5	16.794	0,59	24.663	1,60	41.457	0,94
Madre de Deus	12,9	4.652	0,16	32.428	2,10	37.080	0,84
Lauro de Freitas	127,2	19.895	0,70	17.078	1,11	36.973	0,84
Mucuri	31,3	7.830	0,27	27.269	1,77	35.099	0,80
Dias D'Ávila	49,7	12.074	0,42	19.905	1,29	31.979	0,73
Alagoinhas	134,2	15.909	0,55	15.803	1,02	31.712	0,72
Luis E. Magalhães	20,3	7.538	0,26	15.117	0,98	22.655	0,51
Pojuca	27,3	6.734	0,23	15.768	1,02	22.502	0,51
Subtotal (20)	5.103,6	607.104	21,19	942.577	61,15	1.549.681	35,24
Outros (397)	8.332,0	2.250.917	78,81	596.455	38,85	2.847.372	64,76
Total (417)	13.435,6	2.858.021	100,00	1.539.032	100,00	4.397.053	100,00

Fonte: Adaptado de TCU, Secretaria do Tesouro Nacional e SEFAZ-BA

sos disponíveis, ou seja, depois de efetuados os repasses constitucionais. Em 2003, a parcela da União nos recursos disponíveis correspondeu a 55,2%, cabendo 29,1% aos 27 estados e 15,7% aos 5.560 municípios. Do produto da arrecadação de tributos federais, parte do IR e do IPI destina-se à formação do Fundo de Participação dos Estados e do Fundo de Participação dos Municípios. Aos municípios pertencem também 50% da arrecadação do imposto territorial rural realizada pela União. Contudo, os estados e os municípios não compartilham da arrecadação das contribuições financeiras federais, como a CPMF, a COFINS e a CSLL. Como dissemos, anualmente o TCU, com base na estimativa de população feita pelo IBGE, calcula o coeficiente de cada município, o qual é aplicado pelo Banco do Brasil para creditar nas contas das prefeituras a parte que lhes cabe no FPM.

No âmbito dos estados, 25% da arrecadação do ICMS pertence aos municípios. Anualmente, o TCE

calcula os índices de participação, com base em critérios definidos em lei complementar federal e em lei complementar estadual, sendo que o valor adicionado em cada município representa o maior peso. Em 2003, o valor adicionado do estado da Bahia totalizou R\$ 44,5 bilhões, destacando-se os municípios de Salvador, Camaçari e São Francisco do Conde que, juntos, agregaram 40% ao valor total. Os índices de participação são aplicados pelo banco centralizador, indicado pelo governo estadual, para efetuar o crédito das transferências nas contas das prefeituras. Os municípios participam, ainda, com 50% da arrecadação do IPVA relativo aos veículos neles licenciados.

Finalmente, vale enfatizar que, em 2003, as transferências constitucionais para os municípios da Bahia totalizaram R\$ 4,4 bilhões, sendo R\$ 2,9 bilhões de recursos repassados pela União e R\$ 1,5 bilhão de recursos repassados pelo Estado. Como mostra a Tabela 5, a distribuição dos recursos tributários federais é

feita por critérios sociais, cabendo aos 20 municípios mais prósperos a parcela de 21,2% do total, enquanto os 397 municípios restantes ficaram com 78,8%. No caso das transferências estaduais, por força da legislação federal, os critérios são de ordem econômica e, portanto, os 20 municípios mais ricos receberam 61,2% das transferências, ficando apenas 38,8% para as demais 397 prefeituras.

Referências

BAHIA. Lei Complementar nº 7, de 20 dezembro de 1991. Disponível em: <www.bahia.gov.br>. Acesso em: 20/12/2004.

BAHIA. Lei Complementar nº 13, de 30/12/1997. Disponível em: <www.bahia.gov.br> Acesso em: 22/11/2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim do BC*. Disponível em: <www.bc.gov.br>. Acesso em: 21/11/2004.

BRASIL. Constituição (1988). Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/11/2004.

_____. Constituição (1988). Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27/11/2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. *Panorama das finanças municipais em 2003*. Disponível em: <www.ibam.org.br>. Acesso em: 30/11/2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativa de população*. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30/11/2004.

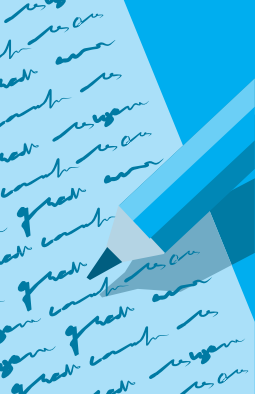
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. *Repasse aos municípios, em 2003*. Disponível em: <www.sefaz.ba.gov.br>. Acesso em: 20/12/2004.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. *Arrecadação das receitas federais por unidade da federação, em 2003*. Disponível em: <www.receita.gov.br>. Acesso em: 20/12/2004.

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. *Transferências Constitucionais - Municípios*. Disponível em: <www.stn.fazenda.gov.br>. Acesso em: 10/12/2004.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Decisão Normativa nº 56, de 28 de abril de 2004. Disponível em: <www.tcu.gov.br>. Acesso em: 10/12/2004.

_____. Resolução nº 102, de 25 de novembro de 2004. Disponível em: <www.tcu.gov.br>. Acesso em: 10/12/2004. ■



Contribuição do setor transporte ao desenvolvimento agroindustrial do Estado do Ceará

Marta Maria de Mendonça Bastos*

O Estado do Ceará vem passando, nas últimas três décadas, por intensas transformações no seu perfil econômico, com implantação de grande número de indústrias e de infra-estruturas de transportes, entre outros. Nesse setor, o Estado vem buscando consolidar a infra-estrutura rodoviária básica, efetuando intervenções modernizadoras no Porto de Fortaleza (Mucuripe) e implantando o Complexo Industrial Portuário do Pecém/Ceará – CIPP/CE, com área reservada de 336 km², já em operação, inclusive com pátio para cargas *containerizadas* agroindustriais, frigorificadas ou não. No final da década de 90, entrou em operação o novo Aeroporto Internacional Pinto Martins, para o qual se prevê a construção de um terminal de carga agrícola e industrializada.

Não obstante mega-equipamentos de transportes exercerem papel vital na acessibilidade e mobilidade de insumos e produtos, sua mera existência é insuficiente para contribuir à efetiva articulação dos distintos atores em uma ou mais cadeias produtivas. No sentido de gerar acesso a áreas de produção e aos mercados interno e externo dos bens produzidos, ou de passagem pelo estado do Ceará, torna-se necessário conceber e formatar intervenções sistêmicas que estabeleçam vinculações modais e intermodais, garantindo fluxo contínuo e bom nível de serviço à movimentação de insumos e produtos.

Nesse contexto, analisa-se, no presente artigo, a contribuição dos transportes ao desenvolvimento da atividade econômica do setor agroindustrial no Ceará. Tem-se em mente contribuir para a inserção do Brasil, e do Ceará, no processo de globalização de forma ativa, fortalecendo a nossa economia e as empresas do setor agroindustrial, com as mesmas bases técnicas utilizadas pelas grandes empresas transnacionais e pelos países desenvolvidos. Busca-se contribuir ao entendimento da necessidade de articulação sistêmica do fragmentado Setor de Transportes do Estado para que este possa, de fato, vir a ser elemento facilitador,

e não impeditivo, à movimentação interna e externa de insumos e produtos agroindustriais em nosso Estado. A esse objetivo, meramente econômico, agregam-se objetivos sociais, como a melhoria da qualidade de vida do homem do campo e a geração de emprego e renda – para os quais o setor agroindustrial, por suas características intrínsecas, pode contribuir de forma considerável. Note-se a complementaridade, e não a exclusão, destes objetivos socioeconômicos, que contribuirão para se atingir a grande meta de desenvolvimento auto-sustentado e solidário do país, para a qual os transportes organizados constituem-se em poderoso instrumento.

Para tanto, este artigo está organizado em cinco partes. Após esta introdução, se caracteriza a área de estudo, o estado do Ceará. Na seção dois são analisadas as políticas socioeconômicas do Estado, tal como propostas na última década. Em um terceiro momento, se estudam as infra-estruturas de transportes existentes e projetadas para o Estado. Na seção quatro, apresentam-se proposições para modernização dos sistemas de Transporte de Cargas no Ceará, visando a melhorar o seu desempenho enquanto suporte das atividades do setor agroindustrial. Finalmente, na seção cinco, apresentam-se as conclusões.

A caracterização da área de estudo e das políticas agroindustriais na última década

Os processos de industrialização e urbanização, verificados no Estado do Ceará desde 1960, vêm dire-

* Engenheira Civil, mestre em Engenharia de Transportes, doutora em Economia e Pós-doutora em Economia do Desenvolvimento e Logística. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Logística, Transportes e Desenvolvimento – NUPELTD e Professora do Programa de Engenharia de Transportes – PETRAN da Universidade Federal do Ceará – UFC, E-mail: marta@det.ufc.br

cionando contingentes crescentes de população e de mão-de-obra para as cidades, aos quais se somam fluxos migratórios rural-urbano, causados por declínio da atividade rural no mesmo período. Os investimentos públicos e privados concentram-se na capital do Estado e nos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, gerando tendência de crescimento extremamente desequilibrado entre as diversas regiões do Ceará. A concentração industrial, comercial e de serviços, em Fortaleza, estimula o êxodo rural, exercendo atração da população interiorana, residente em áreas vulneráveis às dificuldades climáticas, além de carentes de infra-estruturas públicas e de oportunidades de emprego. Por isso, a RMF acolhe mais de 1/3 da população do Estado, de cerca de sete milhões, segundo dados do IBGE (2000). Isso, em uma área correspondente a apenas 2,4% do território estadual, de cerca de 148 mil km².

Apesar do Governo Estadual, desde 1987, vir adotando políticas direcionadas à reversão da excessiva concentração de atividade na RMF, ainda falta muito para se alcançar níveis suportáveis de equilíbrio econômico-espacial e de redução das desigualdades sociais. Estas persistem, pois, nas políticas públicas adotadas, insiste-se em dar ênfase à concentração da atividade econômica através de pólos agroindustrias e da industrialização urbana - agora estendida às sedes de outros municípios do Estado, quando o mais desejável seria a sua difusão. Os dados apresentados a seguir são elucidativos.

O Ceará caracteriza-se por ter quase a totalidade de seu território no semi-árido (cerca de 80%), segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Irrigação (2000). Dos 184 municípios existentes em 2000, 117 (64% do total) abrigavam menos de 30 mil habitantes. A taxa geométrica de crescimento anual da população, entre 96/91 (1,34%), mantém tendência de declínio, já verificada na década de 80 (1,70%), com

as maiores taxas de crescimento encontrando-se nos municípios pertencentes a RMF. Entretanto, cerca de 30% dos municípios do Estado (54) apresentam taxas de crescimento negativas, segundo dados do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Estado do Ceará – IPECE, antigo IPLANCE (IPLANCE, 2000).

Ainda de acordo com o dados do extinto IPLANCE (2000a), Fortaleza lidera o ranking de participação na renda, com 57,2% da renda total do Estado, estimada, para 2002, em 24,8 bilhões (IPECE/IBGE 2002). Abaixo do Crato, situado em 8º lugar, aparecem 176 municípios, cuja renda tem peso inferior a 1% da renda total do Estado. Considerando o total de municípios, 184, pode-se constatar o absurdo de se ter a maioria deles com renda abaixo do que seria aceitável para garantir os mínimos padrões de vida às suas populações. Esta é uma das principais razões das migrações internas, intra-regionais e inter-regionais, como também da violência urbana, que não cessa de crescer na RMF.

A participação do setor primário do Ceará, na formação e nas taxas de crescimento do PIB, tem sido oscilante e declinante nos últimos dezoito anos, situando-se, em 2000, em torno de 6% do PIB total do Estado, conforme mostra a Tabela 1. Possivelmente por isto o governo estadual venha buscando a integração inter-setorial, através do agronegócio, polarizado em seis agropólos. Certamente não resolverão a questão da geração de emprego e da renda rural, em um Estado cuja renda rural média é ainda muito menor que a média estadual global, o que reflete a excessiva concentração de renda no estado - terceira maior do Brasil.

Os agropólos são áreas onde deverão predominar projetos empresariais ou grupos econômicos cujo foco comercial se voltará, principalmente, para a exportação. Circunscrevem 64 municípios com características comuns e vantagens comparativas e competitivas, agrupados de acordo com suas localizações. No entanto, os agropólos não resolvem a questão principal, que é a persistência da miséria na maioria dos municípios do semi-árido, para o que, desde o império, persistem políticas assistencialistas e populistas. A Tabela 2 mostra a localização e as principais características desses agropólos.

Para os municípios do semi-árido, está em implantação uma série de projetos de abrangência local, os Caminhos de Israel, situados entre os agropólos ou na periferia desses, em áreas onde predominam atividades agropecuárias de alta instabilidade e baixíssimos

O Ceará caracteriza-se por ter quase a totalidade de seu território no semi-árido (cerca de 80%), segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Irrigação (2000).

Tabela 1
Composição e taxas de crescimento setorial do PIB, Ceará: 1985 -2002

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1985	15,32	34,01	50,67	100
1986	14,60	37,43	47,97	100
1987	17,17	29,11	53,72	100
1988	15,43	34,20	50,37	100
1989	11,90	36,17	51,92	100
1990	12,13	33,75	54,12	100
1991	10,98	33,96	55,06	100
1992	10,52	33,34	56,14	100
1993	7,20	35,32	57,48	100
1994	12,12	35,46	52,42	100
1995	9,65	34,49	55,86	100
1996	9,64	33,89	56,47	100
1997	6,36	38,07	55,57	100
1998	5,62	40,08	54,30	100
1999	5,71	39,26	55,03	100
2000	6,08	38,06	55,86	100
2001	nd	nd	nd	100
2002	nd	nd	nd	100

Fonte: IPECE/IBGE, 2002

Tabela 2
Agropólos– Características territoriais, demográficas e econômicas, Ceará: 1996

Agropólo	Municípios	Área (km ²)	Área irrigável (ha)	População		PIB		Precipitação pluviométrica (mm)
				Total (mil hab)	Hab/ km ²	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$ mil)	
Baixo Jaguaribe	15	14.100	63.000	372	26,4	557	1.497	700
Baixo Acaraú	14	8.600	40.000	403	46,9	475	1.178	800
Cariri	8	4.900	20.000	463	94,5	819	1.769	850
Metropolitano	15	6.900	17.000	2.746	398,0	6.063	2.208	1.100
Centro-sul	4	4.100	20.000	173	42,2	222	1.281	980
Ibiapaba	8	4.400	10.000	259	58,9	290	1.121	1.100
Total	64	43.000	170.000	4.416	102,7	8.426	-	-
% do Estado	35	29	85	65	-	49	-	-

Fonte: Governo do Estado do Ceará

rendimentos. As referidas áreas são relativamente isoladas e pouco dotadas de infra-estrutura socioeconômica, apresentando menor apelo aos governos estaduais, apesar de serem, do ponto de vista social, as mais carentes. Ao contrário, o Estado tem como prioridade a agricultura irrigada para exportação, de alto custo econômico e de oportunidade, embora, no nível do discurso, exista uma política de recursos hídricos que preconiza como princípios:

- água como bem econômico escasso e indispensável à superação dos obstáculos ao desenvolvimento do conjunto da população do Estado (e não apenas

daquela localizada na RMF e nos agropólos, pólos industriais e em suas áreas de influência, como tende a acontecer);

- gerenciamento dos recursos hídricos conduzido de forma integrada;
- bacia hidrográfica como unidade básica de planejamento.

Estas diretrizes decorrem do fato de que “a redução da vulnerabilidade da população residente no semi-árido às adversidades climáticas e o fortalecimento da

economia estadual estão, sobremaneira, dependentes da oferta permanente d'água" (CEARÁ. Governo do Estado, 2000a). Parece paradoxal que, por um lado, o governo estadual "pretenda garantir o abastecimento d'água às populações e atender à demanda de outros grandes usuários, principalmente a agricultura irrigada e o setor industrial, tendo como objetivo maior a regularização da oferta d'água através da construção, recuperação e gestão do sistema de recursos hídricos do Estado" (CEARÁ. Governo do Estado, 2000a) e, por outro lado, dê ênfase financeira e gerencial à agricultura polarizada, pois o que realmente resolveria os problemas socioeconômicos de um estado com 80% de sua superfície situada no semi-árido, problemas estes que vêm se arrastando desde a época colonial, seria a transposição das águas de bacias permanentes e de alta capacidade, como a do Tocantins.

Adequação das infra-estruturas de transportes à atividade agroindustrial

A seguir, apresenta-se uma análise sumária das infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias, aeroportuárias e marítimas de transportes no Estado.

De acordo com dados do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (1998), a malha rodoviária do Estado apresenta extensão total de 51.979 km, assim distribuída: rodovias federais, 5%; rodovias estaduais, 20%; e, rodovias municipais, 75%. Desse total, apenas 6.535 km são pavimentados ou estão em obras de pavimentação. Portanto, 43.439 km de rodovias não são pavimentadas, implantadas em leito natural ou em revestimento primário, conforme a Tabela 3.

Pode-se constatar que, em 1997, a malha rodoviária pavimentada no Estado era composta de 63,28% de rodovias sob jurisdição estadual, 30,95% sob jurisdi-

ção federal e 5,77% sob jurisdição municipal. O Estado possui 154 municípios com acesso em rodovias pavimentadas e 27 em rodovias não pavimentadas. O estado de conservação dessa malha é, em geral, precário, dificultando a circulação de insumos e produtos. Por outro lado, levando-se em conta a sua extensão, 73,05% das rodovias federais e 40,22% das rodovias estaduais são asfaltadas, enquanto somente 0,96% das rodovias municipais sofreu algum benefício de pavimentação asfáltica. Do total de rodovias pavimentadas (6.465 km), apenas 1,01% (65,3 km) estão duplicadas ou em obras de duplicação. Infra-estrutura rodoviária insuficiente e deficiente é o que se pode claramente constatar.

O Sistema Ferroviário de Carga permite interligação das principais cidades do Estado e de Teresina (Piauí), a partir do Porto de Fortaleza. Entretanto, trata-se de um sistema fechado, precário, com manutenção deploável, ramais desativados e sem ligações transversais dificultando o tráfego local e a passagem de cargas provenientes do Norte do país com destino ao Sul.

O sistema aeroviário do Estado do Ceará é composto pelo Aeroporto Internacional Pinto Martins, gerenciado pela Empresa de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, e de oito aeroportos regionais, sob gestão do Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado – DERT. Embora o modo aeroviário seja economicamente viável para cargas industriais e agroindustriais, desde que de alto valor agregado ou cargas regulares de grandes ou médios volumes, ainda é pouco explorado no Estado com esta finalidade.

No que diz respeito ao sistema portuário no Estado do Ceará, ele é composto por dois portos: o Porto do Mucuri, encravado em área urbana, e um complexo industrial portuário de última (terceira) geração.

Porto do Mucuri – A Companhia Docas do Ceará - CDC, constituída como Autoridade Portuária segundo o que estabelece a Lei de Modernização dos Portos, de nº 8.630 (BRASIL. Governo Federal, 1993), promove o processo de privatização dos serviços portuários no porto de Fortaleza, devendo repassar as operações do porto (serviços de movimentação, armazenagem e embarque e desembarque de mercadorias), para operadores portuários devidamente qualificados.

O estrangulamento do porto do Mucuri pelo crescimento de Fortaleza, seus reflexos na vida urbana e na movimentação de cargas, a localização estratégica do

Tabela 3
Características físicas da malha rodoviária, Ceará: 1998

Redes	Total	Federal	Estadual	Municipal
Pavimentada	6.465	2.001	4.091	373
Não pavimentada	6.019	244	2.391	3.384
Leito natural	36.583	47	1.740	34.796
Planejadas	2.912	447	2.129	336
Total	51.979	2.739	10.351	38.889

Fonte: Departamento de edificações, estradas e transportes do Estado do Ceará

O CIPP/CE enquadra-se, portanto, no conceito moderno de porto-indústria-serviços.

estado do Ceará face aos grandes mercados externos, norte-americano e europeu, deu ensejo à implantação de um complexo industrial-portuário, o CIPP/CE, que tem na Ceará Portos a empresa de economia mista que desempenha as funções de Autoridade Portuária para o terminal privativo de uso misto. Ele vem, também, para suprir uma deficiência da costa norte brasileira, que apresenta uma extensão aproximada de 3.500 km, entre os estados do Amapá e do Rio Grande do Norte, carente de instalações portuárias com profundidades maiores que 15 m – propícias a navios petroleiros (250 mil toneladas) e porta-contêineres de última geração (capacidade maior que 2.000). O CIPP/CE complementa, expande e modifica a estrutura do Porto de Fortaleza, do qual dista 60 km.

Com superfície reservada de 336 km² e retro-área contígua, adequada para o comércio exterior, o CIPP/CE apoiará cadeias diversas implantadas em sua área de influência prioritária – o próprio estado do Ceará. Dentre elas, aquelas ancoradas na agroindústria, em indústrias de base do setor metal-mecânico (minério de ferro, produtos siderúrgicos, sucata, e outros derivados do setor mecânico), indústrias do setor petroquímico (petróleo - naftênicos e derivados do Gás Natural Liquefeito - GNL), indústrias de transformação (têxtil e calçadista); granitos, carga geral e unitizada em contêineres; cargas frigorificadas; grãos (trigo, milho) e turismo. O CIPP/CE enquadra-se, portanto, no conceito moderno de porto-indústria-serviços, correspondente a um porto de 3a geração, provendo facilidades portuárias e industriais eficientes. Nele se está implantando plataforma logística integrada à área industrial, contendo área para terminal e acessos livres e independentes de confinamentos provocados pelos centros urbanos.

O acesso às instalações portuárias é feito através de um ramal com 22 km de extensão, derivado da linha norte da Companhia Ferroviária do Nordeste – CFN, que interliga Fortaleza a Teresina. Esse ramal ferroviário atravessa a zona industrial do CIPP/CE, paralelo à rodovia CE – 422, e atenderá ao Terminal Portuário e às indústrias localizadas no Complexo. O acesso marítimo não representa dificuldades, tendo em vista

tratar-se de terminais *off shore* em águas profundas, a 2 km da costa. Pelo mesmo fato, não haverá necessidade de constantes dragagens, e inexistem canais de acesso, contribuindo para diminuir custos de operação e manutenção.

Embora diversificadas, as infra-estruturas de transporte no Estado apresentam vários problemas de ordem organizacional e operacional, como o mau estado de conservação de inúmeros trechos, particularmente nas rodovias federais e municipais, a falta de integração sistêmica e o gerenciamento desarticulado, com sistema de informações fragmentado. Isso as tornam impeditivas e de altos custos operacionais, que acabam se refletindo na produção e comercialização de bens intermediários e de consumo final.

Diretrizes para estratégias públicas de transportes de apoio ao desenvolvimento do setor agroindustrial

Considerando-se que as ineficiências físicas e operacionais das infra-estruturas de Transporte continuam a se constituir em entrave ao Desenvolvimento do Estado do Ceará e à melhoria do seu desempenho no mercado globalizado, prejudicando tanto a oferta interna ao estado quanto a oferta agregada do país, recomendam-se as seguintes diretrizes, que poderão nortear ações, sobre o meio físico e sobre os meios operacionais, cruciais como apoio à produção do setor agroindustrial:

Diretrizes para Ações sobre o Meio Físico:

- As infra-estruturas de Transporte devem ser concebidas e gerenciadas como sub-sistemas de apoio ao sistema econômico. Para tanto, não basta organizá-las e operá-las de forma inerte e desarticulada.
- Conexões terrestres eficientes, com estradas vicinais, diminuem os tempos e custos de transporte e elevam o nível de serviço dos produtos, gerando consequências benéficas para a economia regional em geral (pública e privada). Deve-se, portanto, planejar e operar de forma hierarquizada o sistema de transportes que dá suporte à economia agroindustrial do Estado.
- Mapas digitais georeferenciados, caracterizando os diversos modais nas situações atual e futura, re-

fletindo as intervenções necessárias, serão a base sobre a qual se deve construir e operacionalizar propostas para as infra-estruturas físicas, particularmente vias e terminais.

- Articulação e planejamento conjunto dos diversos atores do setor de Transporte de Cargas, no âmbito do Estado do Ceará, tais como: Agência de Regulamentação do Estado do Ceará - ARCE, empresários setoriais, empresas clientes, gestores modais e instituições das diversas instâncias governamentais, que devem preceder a ação de cada ator de forma isolada.

Diretrizes para Ações sobre o Meio Operacional:

- A capacitação de pessoal para elevar o nível dos serviços prestados pelos diversos atores do setor de Transporte de Cargas, do Estado do Ceará, é condição sine qua non para que se implante e utilize as infra-estruturas que possibilitarão a prestação e manutenção da eficácia dos mesmos;

- O desenvolvimento e implantação de sistemas de informação adequados é crucial para viabilizar estratégias de comunicação entre os diversos atores do setor de Transporte de Cargas do Estado do Ceará e, destes, com potenciais parceiros fora do estado;

- A arquitetura deste sistema deverá ser a que melhor se adapte à realidade dos sistemas já existentes e às tendências de mercado, enfatizando a integração das bases de dados existentes no Estado e seus diversos modos de Transporte, bem como entre este setor e os sistemas de controle, como Polícia Federal, Receita Federal, Vigilância Sanitária etc.;

- O Projeto de Desenvolvimento, Implantação e Suporte do Sistema de Informação deverá ser efetuado em arquitetura Cliente – Servidor, dita Multi-Camadas, dentro do paradigma de orientação a objeto e desenvolvido de tal forma que permita o acesso às funções via browser (Internet e Intranet). Esta proposição, dentre outros elementos, deverá conter:

i. Servidor WEB – Onde residirão as páginas WEB e as ferramentas necessárias que permitirão acesso às funções do sistema;

ii. Servidor de Aplicação (Camada de apresentação) – Camada responsável pela interação com o usuário final: disparará métodos residentes no Servidor de

Banco de Dados e trocará informações com este métodos através de passagens de parâmetros;

iii. Servidor de Banco de Dados – Servidor Unix ou NT, onde residirá o software do Banco de Dados – SGDB;

iv. Camada de Aplicação – Será desenvolvida usando conceito de Orientação a Objetos;

v. Monitor de Transação (TP monitor) – tecnologia que controla aplicações transacionais e implementa lógica/regras de negócios e atualizações no banco de dados;

vi. Visão de futuro da solução;

vii. Funções Corporativas imprescindíveis no Sistema de Informações:

- Informações Gerenciais (Business Intelligence);

- Ouvidoria;

- Auditoria;

- Segurança na Informação;

- Intranet/Internet.

Conclusões

Embora contando com infra-estrutura de transportes relativamente diversificada, nota-se no estado do Ceará a ausência de vinculação inter-modal, de hierarquização e de concepção sistêmica – base de qualquer sistema de transportes eficiente e eficaz. Isto se reflete em uma estrutura desordenada e desarticulada, que provoca queda do nível de serviço, auferida por indicadores tais como: tempo de espera nos portos, tempo de viagem nas rodovias, custos elevados de manutenção do material rodante rodoviário, aumento do tempo total de viagem de insumos e bens intermediários e de consumo final, onerando a produção e o consumo, pela impossibilidade de adequada movimentação de insumos e produtos.

Do ponto de vista público, o Estado é incapaz de coordenar a articulação do sistema de transportes terrestres, marítimos e aéreos. De fato, ele é incapaz de articular sequer a malha rodoviária, interligando-a nos níveis físico e operacional através das rodovias federais, estaduais e municipais. A acessibilidade e mobi-

lidade são precárias e o nível de serviço inadequado ao abastecimento das unidades de produção e ao escoamento dos produtos, quer para o mercado interno, quer para o externo. Isto em nada contribui aos objetivos de desenvolvimento e aumento das exportações.

Portanto, é necessária ação concreta, de forma eficiente e eficaz, de apoio às atividades das empresas agroindustriais, ancoradas por infra-estruturas e serviços de transportes, capazes de suportar o seu crescimento e expansão.

Finalmente, tudo isto só será possível se houver políticas públicas e ações integradas do Estado com os governos federal e municipais e com as empresas privadas. Mais do que técnico, o problema principal é de gestão – que se torna, então, o grande desafio que hoje se coloca para o governo do estado do Ceará e seu setor agroalimentar, que têm no Sistema de Transporte instrumento privilegiado para efetivar e catalisar os seus respectivos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento socioeconômico solidário.

Referências

- AMARAL FILHO, J. do. *Há um novo modelo de desenvolvimento no Ceará?* Curso de Doutorado em Economia. Fortaleza: CAEN/UFC, 1999.
- AMORIM, M. A. *Desenvolvimento de pequenas empresas no Ceará: um enfoque de demanda*. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- BANCO MUNDIAL. *Estudo sobre a Redução da Pobreza, Crescimento Econômico e Equilíbrio Fiscal no Estado do Ceará*. Fortaleza: Banco Mundial, 1999.
- BRASIL. Governo Federal. Lei de Modernização dos Portos, de nº 8.630 de 25/02/1993. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 1993.
- BRASIL. Ministério dos Transportes. *Estudo para reestruturação do Porto do Mucuripe*. Fortaleza: Companhia Docas do Ceará, 2001.
- CEARÁ. Governo do Estado. *Plano de mudanças 1987-1991*. Fortaleza: SEPLAN, 1992a. v. 1.
- _____. _____. Fortaleza: SEPLAN, 1992b. v. 2.
- _____. _____. Fortaleza: SEPLAN, 1992c. v. 3.
- _____. *Termos de referência: Plano Estratégico de Desenvolvimento do Complexo Industrial Portuário do Pecém/CE*. Fortaleza: SEINFRA, 1996.
- _____. *Plano plurianual 2000 – 2003*. Fortaleza: SEPLAN, 1999a. 2 v.
- _____. *Plano Indicativo de Desenvolvimento Rural do Ceará 1999-2002 - Rumo ao Desenvolvimento Rural do Ceará*. Fortaleza: SDR, 1999b.
- _____. *Consolidando o novo Ceará - Plano de Desenvolvimento Sustentável 1999-2000*. Fortaleza: SEPLAN, 2000a.
- _____. *Projeto Baixo Acaraú – Qualidade Tipo Exportação*. Fortaleza: SEAGRI, 2000b.
- _____. *Eixo de Integração Jaguaribe a RMF – Apresentação das diretrizes das macro-alternativas em estudo*. Fortaleza: SRH, 2001a.
- _____. *Proposta de ações para o Semi Árido nordestino afetado pela seca*. Fortaleza: SDR, 2001b.
- _____. *Mensagem a Assembléia Legislativa 2003 – Abertura da Sessão Legislativa*. Fortaleza: SEPLAN, 2003.
- COMPANHIA FERROVIÁRIA DO NORDESTE. *Informativo gerencial*. Fortaleza: CFN, 2000.
- DERT. *Informativo Gerencial 1997*. Fortaleza: DERT, 1998.
- IPEA/BIRD/SNT. *Ceará: economia, finanças públicas e investimentos nos anos de 1986 a 1996*. Brasília: IPEA, 1999.
- IPECE/IBGE *Contas Regionais do Brasil*. Fortaleza: IPECE, 2002.
- IPLANCE. *Mapa rodoviário do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 2001.
- _____. *Perfil básico municipal*. Fortaleza: Seplan, 2001. CD Rom.
- _____. *Indicadores Socioeconômicos do Estado Ceará 1985-1998*. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- _____. *Perfil básico municipal*. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- _____. *Análise do desempenho do comércio exterior do Estado do Ceará*. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- _____. *Ceará em Números 1997*. Fortaleza: IPLANCE, 1998.
- _____. (2000a). *Ranking dos Municípios 1998/1999*. Fortaleza: IPLANCE, 2000a.
- _____. *Índice de desenvolvimento municipal (IDM)*. Fortaleza: IPLANCE, 2000b.
- _____. *Anuário estatístico do Ceará 2000/2001*. Fortaleza: IPLANCE, 2002. 2 t.
- NÚCLEO DE PESQUISA EM LOGÍSTICA, TRANSPORTE E DESENVOLVIMENTO (Fortaleza). *Estudo do Vetor Transportes no Contexto da Plataforma Logística do Complexo Industrial Portuário do Pecém/CE*. Relatório I. Fortaleza: NUPELTD; Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFC, 1997.
- _____. *Estudo do Vetor Transportes no Contexto da Platafor-*

ma Logística do Complexo Industrial Portuário do Pecém/CE. Relatório II. Fortaleza: NUPELTD; Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFC, 1997.

_____. *Estudo do Vetor Transportes no Contexto da Plataforma Logística do Complexo Industrial Portuário do Pecém/CE. Relatório III. Fortaleza: NUPELTD; Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFC, Fortaleza, 1998.*

_____. *Estudo do Vetor Transportes no Contexto da Plataforma Logística do Complexo Industrial Portuário do Pecém/CE. Relatório IV. Fortaleza: NUPELTD; Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFC, Fortaleza, 1998.*

_____. *Pesquisa de Dados Secundários em Sistemas Marítimos - Portuários: Brasil e Europa. Relatório final.*

Fortaleza: NUPELTD; Pro-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação/UFC, 1998.

SILVA FILHO, G. E.da et al. *Subsídios para um plano de governo – Ceará 1999/2002: crescimento com desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: FGV/EPGE, [1999].

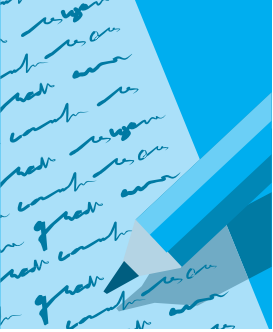
www.ipece.ce.gov.br, acessada em 10 de julho de 2003.

www.seagri.ce.gov.br, acessada em 11 de julho de 2003.

www.seinfra.ce.gov.br, acessada em 11 de julho de 2003.

www.seplan.ce.gov.br, acessada em 14 de julho de 2003.

www.srh.ce.gov.br, acessada em 14 de julho de 2003. ■



Cluster de entretenimento: a metanóia¹ baiana

Polyana Almeida Simões*

Uma nova visão do turismo baiano

Já há algum tempo a Bahia sente a necessidade de colocar ordem na casa, de planejar, direcionar e otimizar a atividade turística no âmbito dos seus mais diversos aspectos e impactos. Agora chegou a hora de concentrar forças, unir poderes, enfrentar paradigmas, criar parcerias, somar esforços, captar investimentos, potencializar resultados, promovendo uma cadeia sinérgica entre os setores econômico, político, social, cultural e ambiental. Chegou a hora do Cluster de Entretenimento da Bahia.

A internet é o cluster das redes; a Bahia, do turismo. Possuímos um dos maiores potenciais naturais, incluindo praias, chapadas, grutas, rios, cachoeiras e até a arquitetura, que representa, em suas formas, diferentes épocas da história do Brasil, além da infra-estrutura hoteleira e gastronômica: tudo isso apimentado com folclore e cultura indubitavelmente singular e com a hospitalidade e a alegria já tão características do povo baiano. Além de todos os encantos e serviços que o turismo pode oferecer, o estado conta com privilegiada posição geográfica e sua infra-estrutura de acesso (aeroportos, malha rodoviária e portos) permite, de forma eficaz, o deslocamento de pessoas e a conexão entre as principais zonas turísticas baianas², assim como entre a Bahia e o mundo. Esses fatores são de grande relevância no que diz respeito ao desenvolvimento regional em si, pois este é muito mais profundo do que simplesmente o desenvolvimento econômico.

À idéia de agrupamento de entidades das esferas pública e privada em prol do desenvolvimento local dá-

se o nome de “cluster” que, literalmente, quer dizer “cacho”. Segundo Michael Porter, criador deste conceito no início da década de 90, “clusters são concentrações geográficas de empresas de determinado setor de atividade e organizações correlatas, de fornecedores e insumos a instituições de ensino e clientes”. Podemos ainda dizer que um cluster econômico pode ser definido como:

“... um agrupamento de empresas líderes, geradoras de riqueza através da comercialização de produtos e/ ou serviços competitivos em mercados estratégicos, apoiadas por uma rede de provedoras de insumos e serviços, com todo o agrupamento sendo apoiado por organizações que oferecem recursos humanos capacitados, tecnologia, recursos financeiros, infra-estrutura física e um clima de negócios que propiciam os investimentos e os novos negócios.” (WORKSHOP ON CLUSTER, 1997 *apud* LOPES NETO, 1998).

A base da cadeia produtiva é horizontal, ou seja, não-hierárquica, onde os conceitos de competitividade e de cooperação são trabalhados em conjunto e ao mesmo tempo. “A união favorece o aumento da produtividade de todo o grupo, à medida que é criada uma seqüência de ações comerciais interligadas, onde todo mundo ganha” (RIO BRANCO, 2001 *apud* MASCARENHAS, 2001)³.

Dessa forma, integrando-se os setores público e privado, reduz-se os custos operacionais e desenvolvem-se novos produtos e serviços que incrementam e di-

Integrando-se os setores público e privado, reduz-se os custos operacionais e desenvolvem-se novos produtos e serviços.

¹ Palavra de origem grega que significa transformação fundamental de pensamentos.

* Bacharel em Turismo e Mestranda em Análise Regional na UNIFACS / BA.

² A Bahia está dividida em sete Zonas Turísticas, quais sejam: Recôncavo Baiano (Salvador e entornos); Costa dos Coqueiros (Linha Verde, Praia do Forte, Sauípe); Costa do Dendê (Valença, Morro de São Paulo); Costa do Cacau (Ilhéus); Costa do Descobrimento (Porto Seguro); Costa das Baleias (Caravelas, Abrolhos) e Chapada Diamantina (Lençóis; Rio de Contas).

³ Luis Rio Branco é diretor superintendente do Convention Bureau, fundação que capta eventos de fluxo turístico para Salvador.

namizam a economia baiana. Os atores componentes do cluster provêm, além do entretenimento, educação, informação, investigação e apoio técnico e promovem, em parceria, ganhos na produtividade e na qualidade do produto turístico. Podemos observar toda essa reestruturação de valores, de relacionamento entre indivíduo e meio ambiente; essa nova forma de expressar poder e liderança; e toda essa onda de inovação e criatividade na formação do Cluster de Entretenimento da Bahia, que abrange os setores turismo, cultura, lazer, esportes, música, gastronomia e outros que se relacionam direta ou indiretamente à atividade turística.

Investir em turismo é uma oportunidade de participar do crescimento planejado e sustentável da região, haja vista que estamos falando aqui de uma atividade relativamente recém-nascida do terceiro setor da economia (comércio e serviços).

Apostar na idéia de cluster, hoje, em um país em desenvolvimento como o Brasil e sustentar a responsabilidade do Estado no incentivo da sua formação, descortina o espírito inovador e desafiador dos atores baianos envolvidos nessa nova empreitada.

Linhas de ação

O desafio é reposicionar a Bahia estrategicamente no ranking do Turismo Brasileiro, buscando otimizar o produto turístico baiano e segmentar o seu mercado consumidor em um prazo de cinco anos.

O desafio é reposicionar a Bahia estrategicamente no ranking do Turismo Brasileiro.

O desenvolvimento endógeno via turismo, na Bahia, necessita ser devidamente enquadrado por um plano integrado e multidimensional, que ressalte as suas interações, positivas e negativas, com o desenvolvimento econômico e com o meio ambiente ecológico e social.

“As estratégias para o desenvolvimento do turismo têm dado mais ênfase à quantidade de turistas, tentando aumentar os seus gastos per capita e o seu tempo de permanência, dando mais importância à sua despesa bruta do que à necessidade de tomar

medidas para reter uma grande parte desses gastos. O crescente número de efeitos perdidos no setor turístico reflete muitas vezes o estado de subdesenvolvimento de uma economia e a sua incapacidade de tirar vantagens das ligações inter-setoriais para fornecer os *inputs*⁴ necessários à atividade turística.” (JERKINS, 1994).

Vejamos: não seria essa a nova proposta que o Cluster de Entretenimento está trazendo para a Bahia? Integrar setores, compartilhar as necessidades da população local e dos turistas, permear a questão do poder, entre outras linhas de ações de caráter sustentável?

Não somente aquela velha estória de “geração de emprego e renda” motivam hoje o desenvolvimento do turismo; existem outras preocupações que não as meramente econômicas como, por exemplo, o aumento da satisfação do visitante, a integração na vida social e econômica local, a proteção e o melhor aproveitamento dos recursos naturais e culturais, além da questão da segurança do destino turístico, tanto para os turistas quanto para os nativos, pois somente é possível falar em desenvolvimento uma vez que os benefícios do turismo possam ser revertidos a favor da população local.

Os objetivos do Cluster de Entretenimento são claros: após identificar os problemas e os desafios e de criar um conselho de líderes do entretenimento representados pelo governo, setor privado, ONG's e pelo meio acadêmico, o passo seguinte será a “segmentação do mercado, dividindo-o em nichos específicos para tentar formatar produtos de entretenimento para esses nichos, pois, hoje, oferecemos tudo para todos e essa estratégia não é eficaz.” (SOUZA, 2001 *apud* CAVALCANTE, 2001)⁵. Além disso, fazer com que a população adote uma nova postura com relação à importância do negócio do entretenimento, que mude a sua mentalidade, que passe a ter consciência sobre a sua parcela de responsabilidade perante o projeto.

De acordo com dados oficiais do Cluster de Entretenimento da Bahia, seus principais objetivos são:

- Desenvolver e monitorar a implementação do novo posicionamento estratégico do turismo em todo o estado da Bahia;

⁴ Input pode ser traduzido por “que entra”. Neste contexto, quer dizer ‘alimentar a atividade turística com o que falta para completá-la’.

⁵ César Souza é diretor da empresa americana Monitor Group, contratada pelo Governo da Bahia para delinear o projeto de cluster que tem a responsabilidade de tornar o estado o primeiro destino turístico do Brasil.

- Promover o turismo sustentável;
- Mapear o inter-relacionamento entre governo e iniciativa privada;
- Incentivar a iniciativa privada e a livre concorrência;
- Promover a conscientização da cidadania empresarial no setor privado;
- Mobilizar a sociedade no sentido de engajamento em educação, hospitalidade e no reconhecimento do turismo como fator econômico relevante.

Para consolidar a vocação natural da Bahia, no negócio do entretenimento, também é necessário qualificar melhor a mão-de-obra, diferenciar os produtos baianos e “interiorizar” o turismo, criando novos circuitos para a integração do interior do estado aos grandes pólos turísticos já existentes (Salvador, Ilhéus, Porto Seguro). Tudo isso voltado para o propósito de promover iniciativas que estimulem e agreguem valor ao produto Bahia. Para tal, o Cluster conta com o apoio da Secretaria de Cultura e Turismo, Bahiatur, Emtur e Fundação Luis Eduardo Magalhães, além da sua própria força de trabalho, um belo exército diversificado e competitivo, no bom sentido, formado por: Accor; Bahiatur; Emtur; Fundação Luis Eduardo Magalhães; Grupo Eva; Nacional Iguatemi; Odebrecht; Pestana; Praia do Forte Eco Resort; Rede Bahia; Sauípe S.A.; Secretaria de Cultura e Turismo; Superclubs; TAM e UNIFACS.

Dessa forma, inculcando novo modo de pensamento aos atores envolvidos, dinamizando a comunicação entre os setores participantes, potencializando oportunidades, compartilhando informações e coordenando ações táticas, o Cluster de Entretenimento da Bahia vai, aos poucos, caminhando, quem sabe, para o estabelecimento de um novo marco na história da Bahia, assim como o ciclo da cana-de-açúcar, do café, do cacau. E por que não o ciclo do entretenimento?

Estratégia

Atrair turistas de alta renda, elevando a qualidade dos turistas que visitam a Bahia, através de ações focalizadas na segmentação do mercado e na potencialização dos setores de turismo, cultura e entretenimento.

Vantagens

- Para as empresas: aumento da produtividade; estímulo à formação de novos negócios de apoio; apoio

das universidades, entidades normativas e associações comerciais no que tange as áreas de treinamento, informação e pesquisa; relação positiva entre concorrência e cooperação.

- Para a sociedade: participação nos esforços direcionados ao turismo; melhoria na educação, na medida que a qualificação e capacitação da mão-de-obra exige programas de incentivo e treinamento para elevar o nível e o perfil do setor; qualidade de vida através do desenvolvimento sustentável local; geração de empregos diretos e indiretos.

Interação entre poder público e privado

Na década de 70, o modelo de gestão do desenvolvimento local era concentrado nas mãos dos governos centrais. Aos gestores locais cabia seguir as diretrizes traçadas, com uma autonomia bastante reduzida para a tomada de decisão e proposição de ações que não fossem contempladas pelo projeto de desenvolvimento nacional. Somente na década de 80 veio a ocorrer a “onda de descentralização” (NUNES, 1996), decorrente da crise das instituições públicas, ou seja: um novo modelo organizacional aflora, em detrimento da decadência do modelo anterior de gestão. A partir da Constituição de 1988, o discurso do desenvolvimento local ganha espaço no cenário nacional e é encarado como um “processo endógeno de mobilização das energias sociais, em espaços de pequena escala, que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.” (BUARQUE, 2000 citado por MELO *et al.*, 2002).

Alinhar interesses e atividades dos setores público e privado tem sido, com certeza, o ponto chave nesse novo modelo de gestão integralista e de parcerias. A questão da descentralização do poder, entenda-se repasse de autonomia e poder decisório para autoridades menores, é fundamental para o dinamismo administrativo e para o estabelecimento das relações sociais entre os atores do cluster.

O poder público mantém uma postura de subsídio e complementação à atividade do setor privado. Nesse contexto, cabe ao governo incentivar, induzir e facilitar o desenvolvimento socioeconômico do estado visando: definir regras e estimular a competição; melhorar a disponibilidade, a qualidade e a eficiência do insu-

O poder público mantém uma postura de subsídio e complementação à atividade do setor privado.

mos, da infra-estrutura e das instituições; estimular e promover o desenvolvimento dos membros do cluster; investir em tecnologia, em infra-estrutura básica, infra-estrutura de acesso e em equipamentos turísticos; sintonizar as iniciativas das instituições e empresas com os objetivos e diretrizes definidos no plano municipal, maximizando a sinergia das ações empreendidas; elaborar planos diretores e de turismo para o município e, finalmente, fiscalizar para que todas as ações tomadas sejam realizadas de forma sustentável.

À iniciativa privada cabe, basicamente, salvaguardar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos, assim como procurar diversificá-lo para atender a demandas específicas. Em parceria com o poder público, ela também colabora para a interiorização do turismo, criando pacotes integrados com o interior; contribui no fortalecimento dos laços entre turismo e cultura e no fomento das atividades do setor primário; e, ainda, cria cursos técnicos profissionalizantes, aproveitando a estrutura das universidades, que oferecem, além do apoio técnico, conhecimento e tecnologia.

O cluster promove a conscientização da cidadania empresarial no setor privado e estimula o envolvimento da comunidade no desenvolvimento e planejamento do turismo local, pregando a tomada de consciência desta atividade como fator de grande relevância socioeconômica, pois é certo que somente uma população consciente e participante é capaz de garantir a sustentabilidade de um processo de desenvolvimento verdadeiramente focado no local.

Cluster x rede

Tanto a concepção de cluster quanto a de redes contemplam um modelo inovador e criativo de gestão integrada e cooperativa, pautada na descentralização de poderes. Apesar das similaridades, são conceitos distintos e não devem ser confundidos.

Ora, o que diferencia então clusters de redes, já que ambos partem do princípio da articulação de empre-

sas, descentralização de poder e interação entre atores participantes?

O que diferencia o cluster de uma rede de cooperação é, basicamente, a horizontalidade da rede, haja vista que o cluster possui, além de relações horizontais, relações verticais e até diagonais. A rede trabalha com empresas de mesmo porte e com o mesmo perfil, mas, sobretudo, de mesmo ramo, sem limites geográficos. Os clusters são aglomerados de várias empresas, de vários setores e tamanhos, com diferentes ramos de atuação, mas que complementam a produção de um produto ou serviço, como é o caso do Turismo. Ressalta Amarato Neto:

“É importante frisar que os clusters são formados apenas quando ambos os aspectos setorial e geográfico estão concentrados; de outra forma, o que se tem é apenas a organização de produção em setores e uma geografia dispersa, não formando, portanto, um cluster.” (AMARATO NETO, 2000).

Ainda segundo o autor, o fato de que os clusters combinam concentração setorial e geográfica pode levar determinada cidade ou região a um estado de certa vulnerabilidade, em face da mudança de paradigmas nos produtos e tecnologias empregadas. Esse é o principal argumento contra a concentração de cluster. Contudo, o que se observa é que os clusters têm maior capacidade de sobreviver aos choques e à instabilidade do meio ambiente do que as empresas isoladas, em virtude da ação em conjunto e de sua alta capacidade de auto-reestruturação, capacidade intrínseca à sua própria forma organizacional em rede. Na opinião de Humphrey e Schmitz,

“Os clusters não apresentam aspectos de eficiência coletiva, mas, no caso de redes de pequenas e médias empresas, mesmo sem a ocorrência do agrupamento geográfico, a eficiência coletiva é alcançada através de relacionamentos a acordos de cooperação. Neste último caso, há uma tendência à redução das economias externas, porém os ganhos com as parcerias são relevantes.” (HUMPHREY; SCHMITZ, 1995 apud GARRIDO, 2002).

Compreendidas então as similaridades, diferenças, vantagens e desvantagens entre os modelos multiorganizacionais aqui abordados, passemos, agora, para um panorama da gestão desses conceitos no âmbito do turismo.

Redes e turismo

As redes de cooperação configuram-se em uma estratégia organizacional que auxilia os atores das diversas áreas afins, com focos diferenciados, mas propósitos comuns de toda a cadeia turística (hotéis, pousadas, restaurantes, comércio, serviços etc.) de estruturar e/ou criar uma infra-estrutura nas suas organizações para que consigam constituir um produto turístico e ofertar seus produtos e serviços adicionais a clientes potenciais, de forma planejada e organizada, com a qualidade que é exigida deste setor.

Um dos fundamentos da rede é o livre acesso de informação. Com base nesta premissa, foram criados sistemas universais voltados para a eficiência, eficácia e integração de setores dentro do turismo, como a hotelaria, as empresas aéreas, as agências de viagens e as operadoras turísticas. O perfil do novo turista “pós-fordista” exige modernidade e tecnologia no lugar certo e na hora certa. Sistemas em rede como AMADEUS⁶, Club Med, Sofitel, Star Alliance, entre outros, garantem a qualidade do produto turístico. Esse *pool* entre hotéis, companhias aéreas e operadoras locais promove uma ampla gama de oferta e, conseqüentemente, a criação de produtos turísticos personalizados.

Como fator desfavorável da aplicação desse modelo tem-se o baixo nível de exigência para que firmas de qualidade duvidosa tenham acesso às redes de prestação de serviços turísticos.

“As redes interorganizacionais podem exercer importante papel na gestão do turismo, tanto no estabelecimento de redes locais, quanto nas interconexões desses destinos com os principais agentes promotores e distribuidores do produto turístico nas regiões emissoras de fluxos de visitantes. Se é verdadeiro afirmar que o processo de globalização dos mercados dos produtos turísticos se constitui em ambiente cada vez mais propício à criação de redes interorganizacionais, é também factível dizer que essas mesmas redes podem reforçar o surgimento e a sustentabilidade de iniciativas de desenvolvimento regional endógeno, que se conectarão com o movimento global da socioeconomia.”, afirma Garrido (2002).

Cluster e turismo

A aliança entre turismo e desenvolvimento ainda é pro-

missora, haja vista que este duo vem sido defendido e estudado desde o início da era do turismo fordista. O turismo constitui uma atividade multi-setorial e o modelo Porteriano de Cluster Econômico, podendo ser aplicado, também, à atividade turística, vem agregar novos valores ao tripé sociedade, economia e cultura, sem esquecer as questões político-espaciais inerentes a uma região em desenvolvimento.

Integrando-se os setores público e privado, reduz-se o custo operacional e desenvolve-se novos produtos e serviços que incrementam e dinamizam a economia. Os atores componentes do cluster provêm entretenimento, educação, informação, investigação e apoio técnico e promovem, em parceria, ganhos na produtividade e na qualidade do produto turístico. Podemos observar toda essa reestruturação de valores, de relacionamento entre indivíduo e meio ambiente; toda essa nova forma de expressar poder e liderança e toda essa onda de inovação e criatividade na formação do Cluster de Entretenimento da Bahia. Outros exemplos de clusters turísticos, no Brasil, são: o Cluster de Turismo de Bonito-MS; o projeto “Iniciativa pelo Nordeste” e “Cresce Minas: um projeto brasileiro”.

Dentre alguns aspectos relevantes para a recomendação do modelo de cluster em turismo, podemos citar:

- Setor formado por um conjunto heterogêneo de micros, pequenas, médias e grandes empresas, que precisam atuar em cooperação para atingir o objetivo maior, que é o aperfeiçoamento do produto turístico;
- O padrão de crescimento do turismo mundial e o surgimento de novos produtos turísticos em todo o mundo impõem a necessidade de acompanhamento das vantagens competitivas, que poderão ser estruturadas e monitoradas a partir do modelo de cluster em destinos turísticos;
- Diante da constatação de que o turismo envolve 52 atividades e ocupações profissionais, pode-se adotar o modelo de cluster para promover o ajustamento e a cooperação entre estas.

De acordo com Garrido (2002), “O alcance da sustentabilidade será obtido através do equilíbrio dos fatores

⁶ AMADEUS – Sistema global de distribuição e provedor de tecnologia da informação, que lidera o marketing, vendas e distribuição dos produtos relativos ao setor de viagens e turismo. Disponibiliza uma rede e um banco de dados considerado um dos maiores da Europa, estando conectado a mais de 56.000 agências de viagens e 8.500 lojas de companhias aéreas, em cerca de 200 mercados em todo o mundo. (GARRIDO, 2002, p. 134).

econômicos, socioculturais e ambientais, com vistas a garantir para gerações futuras a mesma qualidade da experiência das gerações atuais". Os clusters criam um ambiente favorável a novas empresas, aumentando a competitividade, que, por sua vez, também possibilita a sustentabilidade do turismo.

Dentre as desvantagens na aplicação do modelo de clusters em turismo destaca-se a superdependência econômica ancorada em um único padrão de atividade, ou seja, o destino turístico tende a depender apenas do turismo como atividade mobilizadora da economia local.

Conclusão

Com fortes efeitos multiplicadores da produção, no rendimento e no emprego, o turismo é exigente no que se refere ao meio ambiente ecológico, ao sistema de valores dominante e à cultura e costumes locais. Sendo uma atividade fortemente difusora, o turismo é, em primeiro lugar, difusor de cultura, de costume, de produtos típicos da região receptora dos turistas. A propagação desses efeitos difusores depende do rigor do plano de desenvolvimento turístico da região e da capacidade mobilizadora que o mesmo tiver em relação aos empresários e às populações da mesma região.

A Bahia ainda é um destino turístico calcado na dupla 'sol & praia'. Torna-se necessário constituir uma nova imagem e uma nova forma de pensamento e gestão do turismo baiano, para reverter esse quadro estático que acaba por manter um ciclo vicioso da dinâmica do turismo no estado.

"O inconsciente coletivo do turista internacional está à procura da terra da felicidade. Precisamos nos preparar com inteligência para esse encontro. Temos in natura o que a Disney produz em ficção" (ATHAYDE, 2001).

Observa-se, então, que os modelos organizacionais em forma de redes e clusters são conceitos altamente

modernos e relevantes no que diz respeito ao associativismo, cooperativismo, competitividade, participação comunitária, interação de poderes públicos e privados, além de constituírem bases fortes para o desenvolvimento endógeno sustentável calcado nos diversos setores da economia (agricultura, indústria, comércio e serviços) e, principalmente, no turismo.

É hora de apostar no reposicionamento estratégico do turismo e do entretenimento na Bahia através da perspectiva de cluster. É hora de buscar e implantar novas soluções para os problemas do estado, principalmente a educação e o desemprego. Há necessidade de se investir em qualificação, começando com a educação da população para o turismo e, paralelamente, modificar o perfil de "turismo de massa" para "turismo de qualidade", agregando valores ao produto Bahia.

A tendência de crescimento aponta para novos destinos que oferecem atrações diferenciadas e diversificadas, abrangendo a indústria do entretenimento em áreas potencialmente atrativas. A Bahia já possui alguns destinos consolidados e, outros, com grande potencial de crescimento. Investir no turismo, hoje, é uma oportunidade de participar do desenvolvimento planejado do estado e é justamente essa a filosofia do Cluster de Entretenimento: buscar, através de estratégias de ação integradas regionalmente, a consolidação das suas metas e objetivos para o desenvolvimento do turismo no estado da Bahia, interagindo atores públicos e privados, assim como a comunidade, na busca de um meio socioeconômico-cultural cada vez mais vinculado ao meio ambiente.

Não podemos esquecer que, nessa cadeia produtiva e mobilizadora de tantos recursos físicos e humanos, estamos aqui tratando de um mercado sustentado por um produto abstrato, portanto complexo em todos os âmbitos: o turismo.

Referências

AMARATO NETO, João. *Redes de cooperação produtiva e clusters regionais*. São Paulo: Atlas, 2000.

ATHAYDE, Eduardo. Cluster de Todos os Santos. *Gazeta da Bahia*, n. 693, 08 ago. 2001. Disponível em: <http://www.iuma.org.br/gmercantil_clusters.htm>. Acesso em: 11 jul. 2003

BARBOSA, Maria Alice; ZAMBONI, Roberto. *Formação de um cluster em torno do turismo de natureza sustentável em Bonito – MS*. 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.org/ddpeudit/proy/clusters/bonito.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2003

Com fortes efeitos multiplicadores da produção, no rendimento e no emprego, o turismo é exigente no que se refere ao meio ambiente ecológico.

BARTELÓ, Cassandra. *Economia / Cluster busca incentivar Turismo – Ação coordenada*. Correio da Bahia, Salvador, 08 de março de 2003. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1997.

CASTELLS, Manuel. In: *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTE, Magnólia. *A vocação da Bahia é para o Entretenimento / Pingue-pongue com César Souza*. Correio da Bahia, Salvador, 04 de maio de 2001. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

GARRIDO, Inez Maria Dantas. *Modelos multiorganizacionais no turismo – cadeias, clusters e redes*. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia, 2002.

LOPES NETO, A. *O que é o cluster?* Revisão bibliográfica, Workshop on Cluster in Chihuahua, México: BNB; Fortaleza: IPLANCE, 1998.

LUCCHESI, Tiago. *Rede de cooperação turística: instrumento de desenvolvimento do turismo rural local*. Disponível em: <<http://www.presidentekennedy.br/retur/volume2/artigo06.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2003.

MASCARENHAS, Cecília. Seminário discute cluster de entretenimento. *Correio da Bahia*, Salvador, 25 abr. 2001. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003

MELO, Vanessa et al. Consórcio Intermunicipal do Vale do Jiquiriçá – Bahia: uma análise sob a ótica das configurações em rede. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2, 2002, Recife. *Anais...* Recife: Observatório da Realidade Organizacional: PROPAD/UFPE: ANPAD, 2002.

MEYER-STAMER, Jörg. *Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competi-*

vidade sistêmica. Joinville SC: Fundação Empreender, 2000. Disponível em: <www.desarrollolocal.org/documentos/des-local.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2003.

NUNES, Edílson. Poder Local, Descentralização e Democratização: um encontro difícil. In: *O novo município – Economia Política Local*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEAD, 1996.

PAULILLO, Luiz Fernando. *Redes de poder e territórios produtivos*. São Carlos: UFSCar, 2000.

PORTER, Michael. Cluster e competitividade. *HSM Management*, jul./ago. 1999.

_____. *Cluster – o que é isso mesmo?* Disponível em: <<http://www.seti.gov.br/foruns/forum1-/cluster.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2003

_____. *Cluster do entretenimento, turismo e cultura da Bahia*. Disponível em: <<http://www.clustr.org.br>>. Acesso em: 11 jul. 2003

RODRIGUES, Adyr. *Turismo e desenvolvimento local*. São Paulo: Hucitec, 2002.

SILVA, Francisca de Paula. Turismo em rede: uma teoria de múltiplas relações. In: CONGRESSO DA ABAV, 24. Salvador: FACTUR, 2000.

SILVA, Jorge Antônio. Nova dinâmica espacial da Cultura e do Turismo na Bahia – Base para o planejamento do desenvolvimento turístico fundamentados nos conceitos e práticas de cluster econômico. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador: UNIFACS, dez. 2001.

TOLEDO, Geraldo; VALDÉZ, Jesús; POLLERO, Álvaro. Turismo en el ambiente globalizado y su reconfiguración espacial para un desarrollo regional – Estudio de casos de clusters Turísticos. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador: UNIFACS, jul. 2002. ■



Investimentos na Bahia

Investimentos industriais previstos irão gerar cerca de 62 mil novos postos

Os investimentos industriais anunciados para o estado da Bahia, a serem realizados no período referente a 2004-2008, totalizaram um volume de R\$ 21,8 bilhões, agregando 245 projetos. Os investimentos estão subdivididos em treze eixos de desenvolvimento e em nove complexos de atividade econômica.

Os empreendimentos industriais irão gerar cerca de 62.284 postos de trabalho, sendo que os complexos Calçados/Têxtil/Confecções (22%), Agroalimentar (19%) e metal-mecânico (16%) concentram 57% do total dos empregos diretos, totalizando 35.001 novos postos de trabalho. Os demais complexos são responsáveis por cerca de 43% dos empregos, destacando-se o complexo madeireiro, que é responsável por 14% dos empregos, e o de Transformação petroquímica, que responde por cerca de 11% destes.

Analisando os investimentos quanto à localização, indicado pelos eixos de desenvolvimento, os eixos Extremo-Sul (56%) e Metropolitano (33%) concentram cerca de 89% dos investimentos, o que corresponde a um volume de R\$ 19,4 bilhões, em 134 projetos. Os demais eixos agregam um volume de investimentos de cerca de R\$ 2,3 bilhões, representando 11% do total de investimentos e 45% dos projetos, com destaque para o eixo Grande Recôncavo, que detém 7% dos investimentos, em 45 projetos.

Em relação ao complexo de atividade econômica, verificou-se que 74% dos investimentos encontram-se alocados nos complexos Madeireiro (57%) e Químico-Petroquímico (17%), representando um volume de R\$ 15,9 bilhões, em 53 projetos. Os demais complexos agregam um volume na ordem de R\$ 5,8 bilhões, alocados em 192 projetos, com destaque para os complexos de Transformação Petroquímica (13%) e Metal-mecânico (4%), agregando 67 projetos.

No que se refere à situação desses investimentos, 57,0% está em implantações de novas unidades industriais, representando um volume da ordem de R\$ 12,4 bilhões, em 207 projetos; e 42,9% estão alocados em ampliações e 0,1% em reativações, somando recursos na ordem de R\$ 9,4 bilhões e 38 projetos.

A política de atração de investimentos industriais, promovida pelo governo do estado da Bahia, tem contribuído significativamente para a diversificação do parque industrial. Esse fato vem ocorrendo desde 1991, com a implantação de programas de incentivos fiscais, como o Probahia. Esses programas se intensificaram, destacando-se: em 1995, os incentivos especiais para o setor de informática; em 1997, o Procomex, para o setor de calçados e seus componentes; em 1998, o Bahiaplast, para o setor de transformação plástica, além do Procobre e Profibra. A partir de 2002, o programa Desenvolve substituiu os demais programas implantados anteriormente. Dentre as principais indústrias que estão se instalando e ampliando a sua capacidade, em 2004, encontra-se a Duoflex, a Engenflex, a Latapack e a Oleoquímica.

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por complexo de atividade 2004/2008

Complexo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Agroalimentar	865.776	49
Atividade mineral e beneficiamento	73.461	10
Calçados/Têxtil/Confecções	394.857	28
Complexo madeireiro	12.372.491	14
Eletroeletrônico	110.627	26
Metal-mecânico	882.650	35
Químico-petroquímico	3.617.702	39
Reciclagem	4.628	3
Transformação petroquímica	2.870.274	32
Outros	620.243	9
Total	21.812.709	245

Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/04

Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por eixo de desenvolvimento 2004/2008

Eixo	Volume (R\$ 1.000)	Nº de projetos
Baixo Médio São Francisco	7.041	1
Chapada Norte	59.799	9
Chapada Sul	4.778	2
Extremo Sul	12.300.310	10
Grande Recôncavo	1.604.344	45
Mata Atlântica	311.651	29
Médio São Francisco	30.000	1
Metropolitano	7.154.865	124
Nordeste	25.187	4
Oeste do São Francisco	198.000	4
Planalto Sudoeste	95.534	12
A Definir	21.200	4
Total	21.812.709	245

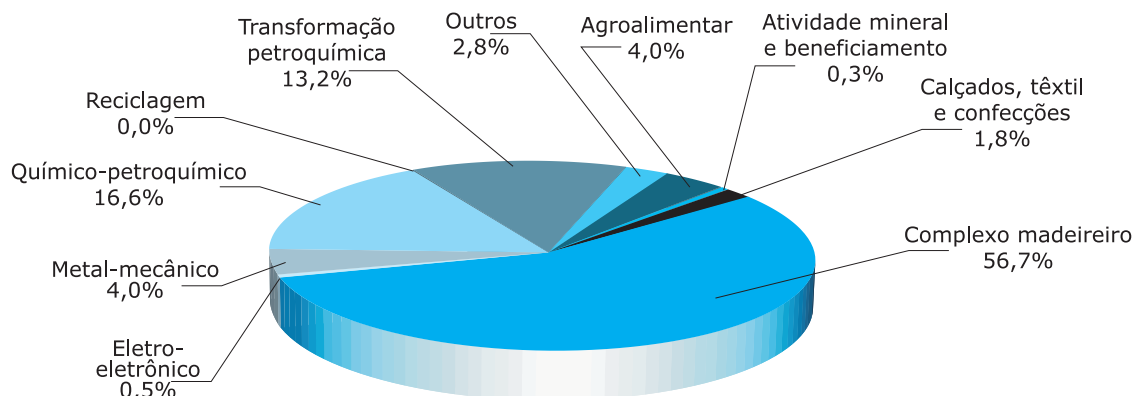
Fonte: SICM / Jornais Diversos

Elaboração: GEAC/SEI

Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/12/04

Investimentos industriais previstos para a Bahia - 2004/2008

Participação por Complexo de Atividade



Fonte: SICM / Jornais diversos
Elaboração: GEAC/SEI

Metodologia da pesquisa de investimentos industriais previstos no estado da Bahia

A metodologia utilizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, para levantar as intenções de investimentos industriais previstos para os próximos quatro anos no estado da Bahia (desenvolvida inicialmente pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN), consiste em coletar, diariamente, as informações primárias dos prováveis investimentos a serem implantados no estado, divulgadas pelos principais meios de comunicação, e obter sua confirmação junto às respectivas empresas. Essas informações são das seguintes publicações: Gazeta Mercantil, Valor Econômico, A Tarde, Correio da Bahia e Diário Oficial do Estado da Bahia. O levantamento desses dados também é obtido junto à Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia – SICM, através dos protocolos de intenção e projetos econômico-financeiros entregues à Secretaria para o requerimento de incentivos dos programas PROBAHIA, BAHIAPLAST e do atual DESENVOLVE.

Após a verificação dos dados coletados e a confirmação das empresas a serem implantadas no Estado, identifica-se a existência de dupla contagem dos dados. Depois de consistidos, os dados são apresentados sob a forma de tabelas e gráficos, contendo o volume e participação dos investimentos industriais por complexo de atividade, por eixo de desenvolvimento e o número de projetos. Os valores dos investimentos anunciados estão expressos em reais.

Os dados mais desagregados estão sendo disponibilizados e atualizados mensalmente no site dessa instituição, com dados a partir de 1997, apresentando valores acumulados.

ANIPES

Garantindo seu direito à informação.

16 institutos de pesquisa do país estão defendendo o seu direito à informação de qualidade.

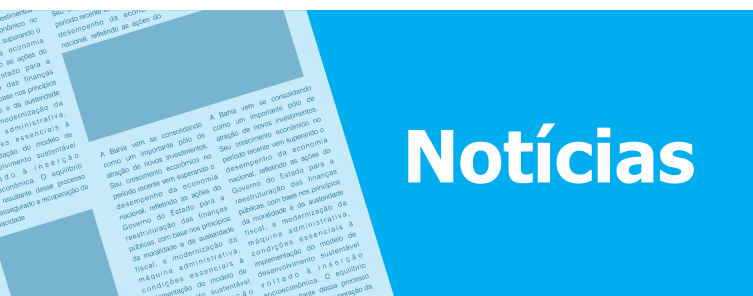
É a Associação Nacional das Instituições de Planejamento Pesquisa e Estatística, hoje presidida pela SEI, que vem alcançando importantes conquistas na área estatística:

- ➔ Integração de trabalhos em rede
- ➔ Promoção de intercâmbio técnico com organismos internacionais
- ➔ Uniformização de metodologias de trabalhos em âmbito nacional
- ➔ Promoção da pesquisa e planejamento como etapas fundamentais para o crescimento do país.

Para conhecer melhor a ANIPES, acesse www.sei.ba.gov.br/anipes

Tel: (71) 3115-4822 / Fax: (71) 371- 1853





Notícias

Negócios

Protocolo atrai 14 indústrias para loteamento de Salvador

A atração de 14 indústrias para o Loteamento Moradas da Lagoa, em Salvador, vai garantir emprego para 2,6 mil ex-moradores de rua, assistidos pelo governo estadual dentro de um projeto pioneiro de inclusão social. O protocolo, com 11 dessas indústrias, que juntas investirão R\$ 35 milhões, foi assinado pelo governador Paulo Souto, em evento na governadoria, também marcado pela entrega de oito kombis para os conselhos tutelares de Salvador.

Inaugurado no fim do ano passado pelo governo baiano, o projeto do loteamento é considerado um modelo de assistência, garantindo casa, escola, atendimento médico e capacitação, entre outras ações. Prevê ainda a instalação de empresas, beneficiadas com incentivos fiscais, para empregar os moradores.

Os secretários lembraram que, das 14 empresas que vão compor o Núcleo Empresarial Urbano Moradas da Lagoa, três já começaram a se instalar: a Majzub (tapetes), a Venor (vestuário) e a Tidelli (móveis), que já têm como funcionários moradores do loteamento.

Protocolo confirma 11 empreendimentos. Diário Oficial, 30/12/2004.

Fabricante de pneus Bridgestone/Firestone se instala na Bahia

Maior produtora de pneus e artefatos de borracha do mundo, a Bridgestone/Firestone vai investir R\$ 450 milhões na construção de sua fábrica em Camaçari. A princípio, a unidade terá uma capacidade de produção diária de 8 mil pneus para veículos de passeio e caminhonetes, gerando 500 empregos diretos e cerca de 1,2 mil indiretos.

O protocolo de intenções entre o Governo do Estado e a empresa para a implantação do empreendimento foi assinado pelo governador Paulo Souto e pelo presidente da Bridgestone/Firestone do Brasil, Eugênio Deliberato. A empresa começará a operar em 2006.

Segundo Deliberato, além das condições excepcionais de infra-estrutura e de logística da Bahia, ele ficou surpreso e orgulhoso, como cidadão brasileiro, com a agilidade e a competência do governo na negociação para trazer a fábrica para o estado.

O governador explicou que os resultados da economia do estado, neste ano, mostram que a Bahia vai crescer 15% em relação à sua indústria – quase o dobro da estimativa prevista para a média nacional. Souto afirmou que o projeto da fábrica de pneus foi disputado por muitos países e que, além dos incentivos, as informações que os empresários tiveram sobre o ambiente de trabalho no estado e a forma profissional como a Bahia está tratando a questão da atração de investimentos foram fundamentais para que o destino do empreendimento fosse o Pólo Industrial de Camaçari.

Bridgestone/Firestone vai investir R\$ 450 milhões em fábrica baiana 16/12/2004.

Ação Governamental

Governador inaugura intervenções em Euclides da Cunha

O governador Paulo Souto participou, em Euclides da Cunha, da solenidade de início da obra do sistema de esgotamento sanitário da sede do município, num investimento de R\$ 4,2 milhões, que beneficiará 15 mil pessoas. O governador autorizou também a construção de banheiros e melhorias sanitárias em 650 casas da zona rural e disse que o mercado municipal será ampliado e remodelado.

Souto explicou que, em Euclides da Cunha, além da obra que foi autorizada ontem, está praticamente concluído o sistema integrado de abastecimento de água da região de Monte Alegre, que beneficiará 7,6 mil habitantes, de 34 localidades da zona rural, com água tratada.

O governador afirmou que também está sendo realizado o projeto para a construção do aterro sanitário da cidade e o mercado municipal será ampliado para organizar melhor o abastecimento.

Euclides da Cunha ganha esgotamento. Diário Oficial, 30/12/2004.

HGE tem novo serviço de Bioimagem

Foi inaugurado, pelo governador Paulo Souto, o novo Serviço de Bioimagem do Hospital Geral do Estado (HGE), que ampliará em mais do dobro a capacidade de atendimento de seus pacientes. Com os dois tomógrafos helicoidais de última geração, dois aparelhos de raios X e um centro de revelação de imagens, os diagnósticos serão mais rápidos e precisos, o que possibilitará tratamentos mais eficazes.

A Secretaria da Saúde - Sesab, investiu mais de R\$ 4 milhões para adquirir os equipamentos, capacitar profissionais e melhorar a estrutura física do serviço. Antes, era feito cerca de 2 mil exames por mês. Agora, segundo o secretário da Saúde, José Antônio Rodrigues Alves, o HGE vai poder chegar a 5 mil exames mensalmente.

Os dois tomógrafos instalados no hospital vão substituir o aparelho que estava em uso há 13 anos e já apresentava defeitos. De última geração, os novos tomógrafos, com o sistema helicoidal, de giro contínuo, possibilitam a melhor captação de imagens e podem realizar exames em 26 segundos.

A agilidade conquistada na unidade vai permitir, ainda, que o laudo médico saia imediatamente após a análise do paciente. O coordenador da Bioimagem do HGE, Edgar Natal, afirmou que o software usado nos tomógrafos exibe imagens tridimensionais (3D) e disponibiliza funções que mostram imagens com vários cortes virtuais do órgão estudado.

Melhorias ampliam capacidade do HGE. Diário Oficial, 17/12/2004.

Programa Viver Melhor II chega à Amélia Rodrigues

O programa Viver Melhor II chegou à cidade de Amélia Rodrigues para levar melhorias sanitárias e de infra-estrutura urbana para cerca de 400 famílias que moram nos bairros de Areal e Camucurso. As obras foram inauguradas na manhã de ontem, quando o governador Paulo Souto entregou a chave de uma das casas à Ângela Pereira Alves, 28 anos, que passa a viver em uma moradia com toda a infra-estrutura urbana básica, com os três filhos e o marido, que é autônomo.

Na oportunidade, Souto visitou a Igreja do Imaculado Coração de Maria, que passou por intervenções

na cobertura, revestimentos, portas, janelas e escadarias, e entregou um novo galpão para a fábrica de calçados Ditor, que emprega, atualmente, 112 funcionários, mas espera ampliar esse número em mais 200 vagas.

Executado pela Conder, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, o Viver Melhor entregou 30 novas casas e realizou melhorias sanitárias em outras 33 do bairro de Camucurso. Cada unidade possui dois quartos, sala e cozinha conjugados, banheiro e área externa. Foram distribuídas entre as famílias que viviam em casas de taipa, garantindo mais conforto, dignidade e segurança para cada uma delas.

No bairro de Areal, o Governo do Estado entregou 94 novas casas. Para atender à necessidade de lazer da população, o projeto incluiu a construção de uma praça e uma quadra poliesportiva. Além das obras de terraplenagem e pavimentação, o bairro recebeu um centro comunitário.

Amélia Rodrigues recebe obras do Estado. Diário Oficial, 21/12/2004.

Governador inaugura Central de Abastecimento em Paulo Afonso

O desenvolvimento do comércio de alimentos na região de Paulo Afonso, com a possibilidade de ampliação dos negócios com compradores e vendedores de Sergipe, Alagoas e Pernambuco, ganhou impulso com a inauguração da nova central de abastecimento, realizada pelo governador Paulo Souto. Além da central, ele entregou 100 casas populares, construídas através do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e implantou o Flores da Bahia no município, que beneficiará 1.160 jovens de comunidades carentes.

A Central de Abastecimento Paulo Souto foi construída pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), órgão da Secretaria do Planejamento (Seplan), através do Produr. Ocupando uma extensa área, a central possui um galpão com capacidade para 16 lojas, praça de alimentação, sanitários e área administrativa. Outro galpão, destinado ao comércio atacadista, tem espaço para 243 estrados e plataforma para caminhões.

Com investimentos de R\$ 6,144 milhões, feitos pelo governo estadual com contrapartida de 35% da pre-

feitura, o novo espaço também conta com uma loja da Cesta do Povo, área de varejo com capacidade para 80 boxes para açougue, espaço especial para comercialização de peixes vivos e ampla área cerealista com estrados.

Na parte externa, 1.142 barracas foram instaladas para abrigar feirantes transferidos da área do Bairro Tancredo Neves (BTN), local apontado pelos comerciantes como insalubre e sem a mínima infra-estrutura. “Era uma tristeza: os bichos andavam soltos, era lixo, esgoto. Uma sujeira danada”, afirmou Maria Leonetti Silva, que há cinco anos trabalhava com a venda de frutas e verduras na feira do BTN.

Paulo Afonso ganha central de abastecimento. Diário Oficial, 18/12/2004.

Comunidade indígena é beneficiada pelo PSH

O governador Paulo Souto assinou protocolo de intenções, para estender o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) às comunidades indígenas em más condições de habitabilidade.

O protocolo foi assinado pelo governo baiano, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp) e da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur), com o Ministério das Cidades, via Secretaria Nacional de Habitação, o Ministério da Justiça, por meio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Na Bahia, o programa beneficiará, inicialmente, 128 famílias indígenas na localidade de Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália. Com esse objetivo também será assinado um protocolo entre os governos federal e estadual, a Veracel Celulose, que oferecerá apoio técnico e logístico para a execução das obras, a Caixa Econômica Federal e a Associação Comunitária Indígena Pataxó de Coroa Vermelha.

Programa habitacional envolverá índios. Diário Oficial, 19/12/2004.

Comunidade quilombola de Botuporã recebe casas do Kit-Moradia

Em visita ao município de Botuporã, na Chapada Diamantina, o governador Paulo Souto inaugurou o Centro Cultural Durval Oliveira Souza e entregou 30 casas

do Kit-Moradia à comunidade quilombola de Preá, onde vivem 30 famílias.

Para fixar os quilombolas em suas terras, com condições dignas de moradia e aproveitamento de áreas para produção sustentável, geração de trabalho e renda, o governo estadual, através da Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (Secomp), vai incentivar a caprinocultura na comunidade de Preá.

Para a construção das casas foi investido R\$ 150 mil pelo governo estadual, e a prefeitura de Botuporã colocou a contrapartida de R\$ 60 mil. Balduino Ferreira da Costa, 48 anos, casado, pai de nove filhos, foi um dos beneficiados. Vive desde que nasceu na comunidade, trabalhando na roça. Para ele, a casa que recebeu representa muito: “É uma riqueza. Já pensou numa casinha nova, toda acabadinha, rebocadinha? É uma maravilha”, disse, orgulhoso, ao lado de amigos da sua comunidade, presentes à solenidade.

Quilombolas de Botuporã recebem casas. Diário Oficial, 11/12/2004.



Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 5.287, de 26 de novembro de 2004

– Altera dispositivos dos decretos nº 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, e 4.550, de 27 de dezembro de 2002, que regulamenta a comercialização de energia elétrica gerada pela Eletrobrás Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR, pela ITAIPU binacional, e dá outras providências.

Decreto nº 5.290, de 29 de novembro de 2004

– Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização – PND, de empreendimentos de

transmissão de energia elétrica integrantes da Rede Básica do Sistema Integrado Nacional, determinam à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação dessas concessões.

Decreto nº 5.291, de 01 de dezembro de 2004

– Aprova o Programa de Dispendios Globais – PDG, para 2005, das empresas estatais federais e dá outras providências.

Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004

– Regulamenta as leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Decreto nº 5.299, de 07 de dezembro de 2004

– Fixa o valor do mínimo anual por aluno, de que trata o art. 6º, § 1º da lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996, para o exercício de 2004.

Decreto nº 5.300, de 07 de dezembro de 2004

– Regulamenta a lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira, estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.

Decreto nº 5.302, de 10 de dezembro de 2004

– Promulga a nova versão do Acordo Internacional do Cacau (AICACAU/2001), que substitui AICACAU/1993.

Medidas Provisórias

Medida provisória nº 226, de 29 de novembro de 2004

– Institui o Programa Nacional de Microcrédito Orientado – PNMPO, e altera dispositivos da lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira – CPMF, da lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda – FUNPROGER, da lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor, e da lei nº 10.735, de 11 de setembro

de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Medida provisória nº 227, de 06 de dezembro de 2004

– Dispõe sobre o Registro especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtos ou importador de biodiesel e sobre a incidência da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS sobre as receitas decorrentes da venda desse produto, altera a lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002, e dá outras providências.

Atos do poder legislativo

Leis

Lei nº 10.972, de 02 de dezembro de 2004 – Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – HEMOBRÁS, e dá outras providências.

Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

Lei nº 10.978, de 07 de dezembro de 2004 – Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional – Modermaq, e dá outras providências.

Lei nº 10.998, de 15 de dezembro de 2004 – Altera o Programa de Subsídio à Habitação de interesse social.

Secretaria da Receita Federal

Atos declaratórios

Ato declaratório executivo nº 53, de 01 de dezembro de 2004 – Divulga enquadramento de bebidas, segundo regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

Ato declaratório executivo nº 100, de 09 de dezembro de 2004 (Coordenação Geral de adminis-

tração tributária) – Declara fora de uso os códigos de receita 8.700 – Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária e 8.713 – Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária nos portos, aeroportos e fronteiras, e dá outras providências.

Instruções normativas

Instrução normativa nº 474, de 03 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre o regime especial de tributação aplicável às incorporações imobiliárias, instituído pela lei nº 10.931, de 2004.

Instrução normativa nº 475, de 06 de dezembro de 2004 – Dispõe sobre a retenção da CSLL, da Confins e da Contribuição para o Pis/Pasep nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração direta, autarquias e fundações da administração pública do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios às pessoas jurídicas de direito privado pelo fornecimento de bens e serviços.

Portarias

Portaria nº 1.471, de 09 de dezembro de 2004 – Altera o anexo da portaria SRF nº 878, de 15 de julho de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho de 2002, seção I, páginas 34 e 43, para modificar a Unidade Jurisdicionante de municípios da 4ª, 5ª e 10ª regiões fiscais.

Banco Central do Brasil

Circulares

Circular nº 3.264, de 08 de dezembro de 2004 – Divulga alterações no regulamento do câmbio de importação.

Circular nº 3.268, de 16 de dezembro de 2004 – Altera o regulamento do Mercado de Câmbio de Taxas Flutuantes – Investimento brasileiro no exterior.

Circular nº 3.270, de 21 de dezembro de 2004 – Altera e consolida as disposições relativas à base de cálculo e ao recolhimento das contribuições ordinárias das instituições associadas ao Fundo Garantidor de Créditos – FGC.

Resoluções

Resolução nº 3.247, de 25 de novembro de 2004 – Dispõe sobre concessão de prazo para complementação do financiamento de investimento de projeto de estrutura-

ção com beneficiários do grupo “A” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Resolução nº 3.250, de 16 de dezembro de 2004 – Autoriza investimentos brasileiros no exterior mediante realização de conferência internacional de ações, por meio de dação ou permuta de participação societária detida por pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no Brasil, decorrente de venda de controle acionário de empresa brasileira.

Estado

Atos do poder executivo

Decretos

Decreto nº 9.275, de 16 de dezembro de 2004 – Amplia os limites das despesas de custeio administrativo, de que trata o Anexo Único do Decreto nº 9.035, de 30 de março de 2004, e dá outras providências.

Decreto nº 9.281, de 21 de dezembro de 2004 – Procede a Alteração nº 60 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.

LEIS

Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004 – Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado da Bahia – PPP-Bahia, e dá outras providências.

Lei nº 9.291, de 29 de dezembro de 2004 – Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício financeiro de 2005.

Secretaria da Fazenda

Portarias

Portaria nº 597, de 27 de dezembro de 2004 – Altera para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, na forma que indica e dá outras providências.

Portaria nº 613, de 30 de dezembro de 2004 – Altera, para o exercício de 2004, o Orçamento Analítico do Encargos Gerais do Estado - EGERAIS, na forma que indica e dá outras providências. ■

A SEI mais perto de VOCÊ.



Londres	Aracaju	Boa Vista do Tupim	Araraquara		
Feira de Santana	São Paulo	Campinas	Natal	Terezina	
Lisboa	Alagoinhas	Washington	Petrolina	Valença	Curitiba
Luxemburgo	Caetité	Cruz das Almas	Vitória	Xique-Xique	Viçosa
Lauro de Freitas	Brasília	Maceió	Serrinha	Goiânia	Rio de Janeiro
Cuiabá	São Luís	Belém	Recife	Caxias do Sul	Porto Velho
Aracruz	Taguatinga	Fortaleza	Manaus	Seabra	Santo Amaro

**Visite o site da SEI e conheça os 300 endereços
onde você pode consultar as nossas
publicações em Salvador e outras cidades do
Brasil e do mundo.**

Economia	Sociedade	Cartografia	Geografia
Informação ambiental	Documentos históricos		
Censo demográfico	Estatística	Conjuntura e Planejamento	
Revistas temáticas	Estudos e pesquisas	Bahia em dados	
Boletins	Séries especiais	Mapas	Vídeos



**Acesse www.sei.ba.gov.br
e encontre um endereço próximo de você.**

Indicadores Conjunturais

Indicadores Econômicos

Índices de Preços

Índice de Preços ao Consumidor - IPC¹ - Salvador: Dez/2004

Grandes grupos	Variações do mês %		Variações acumuladas %		Índice acumulado	
	Dez/03	Dez/04	No ano ²	Últimos 12 meses ³	Abr/92=100	Jun/94=100
Alimentos e bebidas	0,60	0,80	4,11	4,11	335456,6	224,88
Habitação e encargos	0,16	0,68	9,62	9,62	578091,3	462,28
Artigos de residência	0,02	-0,20	4,00	4,00	278356,4	232,65
Vestuário	0,71	0,91	6,45	6,45	302713,5	177,65
Transporte e comunicação	-0,29	1,23	13,98	13,98	562042,5	608,26
Saúde e cuidados pessoais	0,57	-0,32	11,57	11,57	565093,5	301,07
Despesas pessoais	0,71	0,21	6,87	6,87	612088,2	350,98
Geral	0,41	0,63	7,46	7,46	430884,2	300,25

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI

¹ O IPC de Salvador representa a média de 27.000 cotações de uma cesta de consumo de 308 bens e serviços pesquisados em 270 estabelecimentos e 600 domicílios, para famílias com rendimento de 1 - 40 salários mínimos

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Pesquisa Nacional da Cesta Básica Custo e variação da cesta básica - capitais brasileiras: Dez/2004

Capitais	Valor da cesta (R\$)	Variação no mês ¹ (%)	Variações acumuladas %		Porcentagem do salário mínimo
			No ano ²	Últimos 12 meses ³	
Aracaju	131,31	1,85	-4,90	-4,90	54,69
Belém	149,70	0,27	6,48	6,48	62,35
Belo Horizonte	152,27	-2,38	1,12	1,12	63,42
Brasília	168,73	2,94	8,65	8,65	70,27
Curitiba	155,45	-1,69	-2,35	-2,35	64,74
Florianópolis	157,42	-0,02	6,55	6,55	65,56
Fortaleza	124,73	0,04	-2,36	-2,36	51,95
Goiânia	148,89	1,02	7,87	7,87	62,01
João Pessoa	126,13	-1,57	-1,51	-1,51	52,53
Natal	131,80	3,15	2,40	2,40	54,89
Porto Alegre	174,75	1,97	3,34	3,34	72,78
Recife	122,99	1,13	-5,17	-5,17	51,22
Rio de Janeiro	165,38	0,73	5,97	5,97	68,88
Salvador	125,84	1,77	-3,56	-3,56	52,41
São Paulo	172,20	0,67	4,50	4,50	71,72
Vitória	152,38	2,93	9,41	9,41	63,46

Fonte: DIEESE

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior

² Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

³ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Agricultura

Área plantada, área colhida e área perdida dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Área plantada (ha)			Área colhida (ha)			Área perdida (ha) ⁴	
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³
Lavouras Temporárias								
Abacaxi	4.658	4.916	5,5	4.658	4.916	5,5	0	0
Algodão herbáceo	86.303	203.194	135,4	85.744	203.194	137,0	559	0
Alho	1.666	964	-42,1	1.666	964	-42,1	0	0
Amendoim	5.869	7.503	27,8	5.869	7.503	27,8	0	0
Arroz total	18.018	28.017	55,5	18.018	28.017	55,5	0	0
Arroz sequeiro	nd	24.977	—	nd	24.977	—	—	0
Arroz irrigada	nd	3.040	—	nd	3.040	—	—	0
Batata-inglesa	3.134	4.100	30,8	3.134	4.100	30,8	0	0
Cana-de-açúcar	82.887	86.234	4,0	82.887	86.026	3,8	0	208
Cebola	6.516	5.877	-9,8	6.516	5.877	-9,8	0	0
Feijão total	803.835	850.570	5,8	730.940	727.659	-0,4	72.895	122.911
Feijão 1ª safra	409.723	425.999	4,0	336.865	329.763	-2,1	72.858	96.236
Sequeiro	nd	298.650	—	nd	216.354	—	—	82.296
Irrigado	nd	1.440	—	nd	1.440	—	—	0
Caupi	nd	125.909	—	nd	111.969	—	—	13.940
Feijão 2ª safra	394.112	424.571	7,7	391.802	397.896	1,6	2.310	26.675
Sequeiro	nd	405.233	—	nd	379.733	—	—	25.500
Irrigado	nd	10.009	—	nd	10.009	—	—	0
Caupi	nd	9.239	—	nd	8.154	—	—	1.085
Fumo	12.498	13.262	6,1	12.498	13.337	6,7	0	-75
Mamona	125.188	149.631	19,5	125.188	147.706	18,0	0	1.925
Mandioca	335.414	350.394	4,5	330.614	342.848	3,7	4.800	7.546
Milho total	797.806	809.179	1,4	675.925	752.044	11,3	121.881	57.135
Milho 1ª safra	471.704	452.565	-4,1	351.428	434.365	23,6	120.276	18.200
Sequeiro	nd	436.525	—	nd	418.325	—	—	18.200
Irrigado	nd	16.040	—	nd	16.040	—	—	0
Milho 2ª safra	326.102	356.614	9,4	324.497	317.679	-2,1	1.605	38.935
Sequeiro	nd	356.234	—	nd	317.299	—	—	38.935
Irrigado	nd	380	—	nd	380	—	—	0
Soja	850.000	821.000	-3,4	850.000	821.000	-3,4	0	0
Sorgo granífero	58.991	61.465	4,2	49.241	61.303	24,5	9.750	162
Tomate	5.194	4.663	-10,2	5.194	4.663	-10,2	0	0
Tomate de mesa	nd	4.663	—	nd	4.663	—	—	0
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—	—	—
Lavouras Permanentes								
Banana	51.541	54.075	4,9	51.136	53.769	5,1	405	306
Cacau	495.123	488.393	-1,4	486.285	488.332	0,4	8.838	61
Café	144.103	148.593	3,1	142.289	148.474	4,3	1.814	119
Castanha-de-cajú	19.544	20.184	3,3	19.544	19.966	2,2	0	218
Coco-da-baía	96.246	77.113	-19,9	96.246	76.975	-20,0	0	138
Dendê	41.466	nd	—	41.365	nd	—	101	—
Guaraná	5.938	5.904	-0,6	5.938	5.904	-0,6	0	0
Laranja	48.332	48.556	0,5	48.332	48.524	0,4	0	32
Mamão	15.968	15.560	-2,6	15.863	15.555	-1,9	105	5
Maracujá	9.106	nd	—	9.106	nd	—	0	—
Pimenta-do-reino	1.138	1.156	1,6	1.138	1.156	1,6	0	0
Sisal	207.274	206.814	-0,2	207.274	206.814	-0,2	0	0
Uva	2.911	3.407	17,0	2.911	3.407	17,0	0	0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Equivale à área plantada menos a área colhida

Produção física e rendimento médio dos principais produtos - Bahia: 2003/2004

Produtos do LSPA ¹	Produção física (t)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2003 ²	2004 ³	Variação (%)	2003 ²	2004 ³	Variação (%)
Lavouras Temporárias						
Abacaxi	115.149	116.782	1,4	24.721	23.755	-3,9
Algodão herbáceo	276.337	689.807	149,6	3.223	3.395	5,3
Alho	13.903	6.758	-51,4	8.345	7.010	-16,0
Amendoim	7.576	12.627	66,7	1.291	1.683	30,4
Arroz total	31.120	61.515	97,7	1.727	2.196	27,2
Arroz sequeiro	nd	48.861	—	nd	1.956	—
Arroz irrigada	nd	12.654	—	nd	4.163	—
Batata-inglesa	91.020	132.000	45,0	29.043	32.195	10,9
Cana-de-açúcar	4.566.742	5.002.183	9,5	55.096	58.147	5,5
Cebola	147.522	126.333	-14,4	22.640	21.496	-5,1
Feijão total	354.582	345.177	-2,7	485	474	-2,3
Feijão 1ª safra	119.686	127.658	6,7	355	387	9,0
Sequeiro	nd	82.202	—	nd	380	—
Irrigado	nd	3.961	—	nd	2.751	—
Caupi	nd	41.495	—	nd	371	—
Feijão 2ª safra	234.896	217.519	-7,4	600	547	-8,8
Sequeiro	nd	189.589	—	nd	499	—
Irrigado	nd	23.022	—	nd	2.300	—
Caupi	nd	4.908	—	nd	602	—
Fumo	11.229	11.978	6,7	898	898	0,0
Mamona	73.656	123.971	68,3	588	839	42,7
Mandioca	3.908.276	4.241.421	8,5	11.821	12.371	4,7
Milho total	1.219.318	1.619.888	32,9	1.804	2.154	19,4
Milho 1ª safra	970.498	1.410.699	45,4	2.762	3.248	17,6
Sequeiro	nd	1.312.224	—	nd	3.137	—
Irrigado	nd	98.475	—	nd	6.139	—
Milho 2ª safra	248.820	209.189	-15,9	767	658	-14,2
Sequeiro	nd	207.993	—	nd	656	—
Irrigado	nd	1.196	—	nd	3.147	—
Soja	1.555.500	2.364.480	52,0	1.830	2.880	57,4
Sorgo granífero	74.055	113.238	52,9	1.504	1.847	22,8
Tomate	211.750	184.268	-13,0	40.768	39.517	-3,1
Tomate de mesa	nd	184.268	—	nd	39.517	—
Tomate para indústria	nd	nd	—	nd	nd	—
Lavouras Permanentes						
Banana ⁵	749.945	785.484	4,7	14.666	14.608	-0,4
Cacau	110.392	111.351	0,9	227	228	0,4
Café	130.381	143.199	9,8	916	964	5,2
Castanha-de-cajú	5.444	5.789	6,3	279	290	3,9
Coco-da-baía ⁴	705.311	680.427	-3,5	7.328	8.840	20,6
Dendê	167.111	nd	—	4.039	nd	—
Guaraná	2.320	2.348	1,2	391	398	1,8
Laranja ⁵	770.275	769.954	0,0	15.937	15.867	-0,4
Mamão ⁵	782.450	784.189	0,2	49.325	50.414	2,2
Maracujá ⁴	119.016	nd	—	13.070	nd	—
Pimenta-do-reino	2.715	2.750	1,3	2.386	2.379	-0,3
Sisal	176.728	176.700	0,0	853	854	0,1
Uva	87.434	85.911	-1,7	30.036	25.216	-16,0

Fonte: IBGE - PAM/LSPA/GCEA

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível, normalmente em razão da cultura estar na entressafra.

¹ A relação de produtos pesquisados pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) corresponde a 94,4% do Valor Bruto da Produção (VBP), segundo a Produção Agrícola Municipal (PAM) de 1996² Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), safra/2003 (dados sujeitos a retificação)³ Estimativas do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA), dezembro/2004 (dados sujeitos a retificação)⁴ Produção física em mil frutos e rendimento médio em frutos por hectare⁵ Produção física em toneladas e rendimento médio em quilo por hectare, a partir de setembro. Desconsiderar variação percentual

Indústria

Produção física da indústria e dos principais gêneros - Bahia: Out/2004				%
Classes e gêneros	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Indústria geral	-0,3	7,3	8,2	4,7
Extrativa mineral	1,2	4,5	2,8	2,9
Indústria de transformação	1,6	7,4	8,5	4,8
Minerais não-metálicos	1,4	24,0	13,2	7,2
Metalurgica básica	-19,7	-4,2	10,8	12,0
Papel, celulose e produtos de papel	4,0	-9,3	2,5	2,0
Borracha e plásticos	-1,3	8,9	11,3	6,3
Produtos químicos	-6,2	-1,8	5,1	3,6
Veículos automotores	0,6	36,9	47,3	44,4
Alimentos e bebidas	-11,2	6,7	3,5	1,0
Refino de petróleo e álcool	-	34,4	15,1	4,5

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível.

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Variação mensal do índice da indústria de transformação - Bahia: Out/2003 - Out/2004				%
Períodos	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	Acumulado 12 meses ⁴
Outubro 2003	-2,4	0,2	1,8	2,6
Novembro	-14,5	-18,9	-0,2	0,5
Dezembro	15,6	-6,9	-0,8	-0,8
Janeiro 2004	3,0	-1,0	-1,0	-1,1
Fevereiro	3,0	11,6	4,7	0,1
Março	6,0	12,2	7,3	0,8
Abril	-2,3	5,7	6,9	0,5
Maio	0,8	11,7	7,9	0,6
Junho	10,3	22,3	10,2	2,3
Julho	-11,8	5,8	9,6	3,3
Agosto	0,8	7,4	9,3	4,7
Setembro	-1,1	3,6	8,6	4,1
Outubro	1,6	7,4	8,5	4,8

Fonte: IBGE

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior⁴ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Energia

Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe - Bahia: Set/2004				%
Classes	No mês ³	Mensal ⁴	Acumulado no ano ⁵	Acumulado 12 meses ⁶
Rural/Irrigação	3,3	12,9	10,4	12,3
Residencial	10,4	11,7	4,7	4,9
Industrial ¹	11,0	15,7	5,8	3,9
Comercial	12,0	13,7	5,4	5,5
Utilidades públicas ²	4,0	6,1	1,9	2,2
Setor público	13,2	14,7	4,8	5,9
Concessionária	8,5	3,2	-1,5	1,2
Total	10,1	14,0	5,5	4,6

Fonte: COELBA/CO - CGM

Elaboração: GEAC/SEI

¹ Consumo industrial corresponde à COELBA, CHESF e COPENE

² Corresponde a iluminação pública, água, esgoto e saneamento e tração elétrica

³ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

⁴ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁶ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Serviços

Pesquisa Mensal de Comércio - PMC Variação mensal no volume de vendas no varejo ¹ - Bahia: Out/2004				%
Classes e gêneros	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	Acumulado 12 meses ⁵
Comércio varejista	9,6	9,3	7,4	6,4
Combustíveis e lubrificantes	11,1	-1,0	-1,3	-0,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	5,8	11,5	7,2	5,6
Hipermercados e supermercados	6,0	10,7	8,6	6,6
Tecidos, vestuário e calçados	14,1	1,5	3,3	0,8
Móveis e eletrodomésticos	24,6	44,6	38,4	33,8
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-0,1	nd	nd	nd
Livros, jornais, revistas e papelaria	-12,5	nd	nd	nd
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	16,6	nd	nd	nd
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	11,6	nd	nd	nd
Veículos, motos e peças	-6,6	10,8	23,2	23,7

Fonte: IBGE / Diretoria de Pesquisas / Departamento de Comércio e Serviços

Obs: "nd" significa que o dado não está disponível

¹ Dados deflacionados pelo IPCA

² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal

³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior

⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior

⁵ Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores

Consultas e inadimplências junto ao Serviço de Proteção ao Crédito
Salvador: Set/2002 - Set/2003

%

Períodos	Consultas			Inadimplências ¹		
	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴	No mês ²	Mensal ³	Acumulado no ano ⁴
Setembro 2002	-25,5	-45	4,2	48,5	-94,8	-51,4
Outubro	3,6	-62,1	-7,4	-8,1	-88,3	-55,8
Novembro	-4,9	-62,9	-15,5	-7,4	-83,7	-57,8
Dezembro	11,8	-62,8	-22,1	-6,3	-95,2	-64,9
Janeiro 2003	-10,5	-46,3	-46,3	-25,2	-89,0	-89,0
Fevereiro	-12,5	-40,3	-43,6	-6,3	-90,5	-89,7
Março	-6,2	-49,4	-45,5	13,1	-89,2	-89,6
Abril	10,0	-50,5	-46,9	47,2	-80,7	-87,6
Maio	2,0	-54,2	-48,5	-22,1	-60,1	-85,5
Junho	-12,3	-28,4	-46,3	56,7	-38,4	-82,1
Julho	11,7	-28,4	-44,2	-33,9	-32,6	-80,1
Agosto	-3,7	-36,3	-43,4	-24,7	-16,0	-78,5
Setembro	3,3	-11,7	-41,0	214,2	77,7	-73,0

Fonte: Dados Primários SPC. Elaboração: SEI

¹ Novos registros² Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior³ Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior⁴ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior
Total de cheques compensados - Bahia: Nov/2003 - Nov/2004

%

Períodos	Quantidade			Valor		
	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³	No mês ¹	Mensal ²	Acumulado no ano ³
Novembro 2003	-9,8	-10,4	-7,9	-9,5	-17,3	-17,8
Dezembro	24,7	-3,2	-7,5	28,9	0,9	-16,3
Janeiro 2004	-11,0	-10,4	-10,4	-10,2	-6,4	-6,4
Fevereiro	-15,1	-12,8	-11,5	-18,1	-14,0	-10,0
Março	22,8	4,4	-6,4	33,2	22,2	-0,1
Abril	-11,6	-4,4	-5,9	-11,2	2,8	0,6
Maio	2,5	-2,2	-5,2	4,9	8,5	2,1
Junho	-1,9	-3,6	-4,9	-2,0	10,4	3,4
Julho	1,8	-6,9	-5,2	2,9	7,1	4,0
Agosto	3,2	5,3	-4,0	3,7	20,1	5,9
Setembro	-10,9	-16,3	-5,4	-5,4	6,1	5,9
Outubro	1,9	-11,5	-6,0	4,1	9,8	6,3
Novembro	8,2	6,2	-5,0	-8,0	11,6	6,7

Fonte: Banco Central do Brasil

¹ Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior² Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano interior³ Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano interior

Indicadores Sociais

Emprego

Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED Taxas de desemprego e de participação Região Metropolitana de Salvador - Nov/2004

%

Taxas	RMS	Salvador	Demais municípios
Desemprego Total	25,2	25,1	25,5
Desemprego Aberto	14,5	14,2	15,5
Desemprego Oculto	10,7	10,9	10,1
Participação (PEA/PIA)	61,7	62,9	56,3

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

Taxa de desemprego aberto e taxa de participação Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004

%

Períodos	Taxa de desemprego aberto		Taxa de participação	
	RMS	Salvador	RMS	Salvador
Janeiro 2003	15,9	15,3	62,4	63,0
Fevereiro	16,3	15,7	62,0	62,5
Março	17,2	16,7	62,4	63,0
Abril	18,6	18,0	62,2	63,1
Maio	18,9	18,3	62,7	63,5
Junho	18,9	18,4	62,4	63,0
Julho	17,8	16,9	62,2	62,4
Agosto	17,3	16,2	62,5	62,6
Setembro	16,7	15,4	63,4	63,5
Outubro	16,2	15,1	63,7	64,2
Novembro	16,0	15,0	63,5	64,1
Dezembro	15,1	14,6	62,9	63,9
Janeiro 2004	62,4	63,3	14,9	14,3
Fevereiro	14,9	14,1	62,0	63,1
Março	15,4	14,5	62,0	63,1
Abril	15,9	14,8	62,2	63,0
Maio	15,5	14,5	62,3	63,0
Junho	15,0	14,0	62,2	62,9
Julho	14,9	14,1	62,1	62,9
Agosto	14,9	14,1	62,1	63,0
Setembro	14,8	14,2	61,9	62,8
Outubro	14,5	13,9	61,9	63,1
Novembro	14,5	14,2	61,7	62,9

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

**Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais e de participação e taxa de desemprego total
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004**

%

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		Popula- ção total¹
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Números absolutos¹	Índice²	Partici- pação (PEA/PIA)	Desemp. total (PEA/PIA)	
Janeiro 2003	1.639	124,9	1.198	114,5	441	165,6	988	108,0	62,4	26,9	3.152
Fevereiro	1.633	124,5	1.189	113,7	444	166,8	1.000	109,3	62,0	27,2	3.158
Março	1.647	125,5	1.179	112,7	468	175,8	992	108,4	62,4	28,4	3.164
Abril	1.645	125,4	1.161	111,0	484	181,8	1.001	109,4	62,2	29,4	3.169
Maio	1.662	126,7	1.168	111,7	494	185,5	989	108,1	62,7	29,7	3.175
Junho	1.658	126,4	1.161	111,0	497	186,7	1.000	109,3	62,4	30,0	3.180
Julho	1.656	126,2	1.177	112,5	479	179,9	1.007	110,1	62,2	28,9	3.186
Agosto	1.668	127,1	1.188	113,6	480	180,3	1.001	109,4	62,5	28,8	3.191
Setembro	1.696	129,3	1.223	116,9	473	177,6	979	107,0	63,4	27,9	3.197
Outubro	1.708	130,2	1.240	118,5	468	175,8	973	106,3	63,7	27,4	3.202
Novembro	1.706	130,0	1.249	119,4	457	171,6	981	107,2	63,5	26,8	3.208
Dezembro	1.694	129,1	1.254	119,9	440	165,3	998	109,1	62,9	26,0	3.213
Janeiro 2004	1.684	128,4	1.246	119,1	438	164,5	1.015	110,9	62,4	26,0	3.219
Fevereiro	1.677	127,8	1.231	117,7	446	167,5	1.029	112,4	62,0	26,6	3.225
Março	1.681	128,1	1.232	117,8	449	168,6	1.031	112,6	62,0	26,7	3.230
Abril	1.691	128,9	1.240	118,5	451	169,4	1.027	112,2	62,2	26,7	3.236
Maio	1.697	129,3	1.261	120,6	436	163,8	1.030	112,5	62,3	25,7	3.242
Junho	1.699	129,5	1.266	121,0	433	162,6	1.032	112,7	62,2	25,5	3.247
Julho	1.700	129,6	1.270	121,4	430	161,5	1.039	113,5	62,1	25,3	3.253
Agosto	1.704	129,9	1.275	121,9	429	161,1	1.040	113,7	62,1	25,2	3.259
Setembro	1.702	129,7	1.275	121,9	427	160,4	1.048	114,5	61,9	25,1	3.264
Outubro	1.706	130,0	1.279	122,3	427	160,4	1.051	114,8	61,9	25,0	3.270
Novembro	1.705	130,0	1.275	121,9	430	161,5	1.059	115,7	61,7	25,2	3.275

Variação mensal

Nov04/Out04	-0,1	-0,3	0,7	0,8	-0,3	0,8
--------------------	-------------	-------------	------------	------------	-------------	------------

Variação no ano

Nov04/Dez03	0,6	1,7	-2,3	6,1	-1,9	-3,1
--------------------	------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Variação anual

Nov04/Nov03	-0,1	2,1	-5,9	8,0	-2,8	-6,0
--------------------	-------------	------------	-------------	------------	-------------	-------------

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Em 1.000 pessoas. A partir de fevereiro/2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000² Base: Dezembro 1996 = 100

Distribuição dos ocupados por setor de atividade econômica no trimestre
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004

%

Períodos	Setores de atividade econômica						
	Indústria de transformação	Construção civil	Comércio	Serviços produção ¹	Serviços pessoais ²	Serviços domésticos	Outros
Janeiro 2003	8,8	5,5	16,8	30,5	27,5	9,7	1,2
Fevereiro	8,5	5,3	17,1	30,6	27,4	9,9	1,2
Março	8,4	4,8	16,4	31,8	27,2	10,4	1,0
Abril	8,8	4,9	16,1	31,7	26,7	10,5	1,3
Maio	9,3	5,1	15,5	31,5	26,8	10,5	1,3
Junho	9,2	5,0	16,0	31,5	27,1	9,9	1,3
Julho	8,6	5,2	16,2	31,8	27,0	10,0	1,2
Agosto	8,9	5,1	15,6	32,5	27,0	9,8	1,1
Setembro	9,0	5,0	15,5	32,3	27,4	9,8	1,0
Outubro	9,1	4,6	15,6	32,5	27,7	9,5	1,0
Novembro	8,4	4,6	16,2	32,3	27,6	9,9	1,0
Dezembro	8,6	4,9	16,3	32	26,9	10,2	1,1
Janeiro 2004	8,5	5,1	16,7	31,9	26,7	10,0	1,1
Fevereiro	8,5	4,9	16,5	32,3	26,8	9,7	1,3
Março	8,4	4,5	16,6	32,8	26,8	9,7	1,2
Abril	8,5	4,4	15,9	33,0	26,6	10,2	1,4
Maio	8,2	4,3	16,4	32,5	26,7	10,6	1,3
Junho	8,4	4,6	16,3	32,6	27,0	10,0	1,1
Julho	8,7	4,4	16,3	32,3	27,6	9,6	1,1
Agosto	9,2	4,4	16,2	33,2	26,9	8,8	1,3
Setembro	9,1	4,3	16,4	32,7	26,4	9,2	1,9
Outubro	8,9	4,5	16,5	32,6	26,2	9,4	1,9
Novembro	8,5	4,3	16,6	32,0	27,2	9,8	1,6

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem Transporte e armazenagem; Utilidade pública; Especializados; Administração pública, Forças armadas e polícia; Creditícios e financeiros; Comunicação; Diversão, radiodifusão e teledifusão; Comércio, Administração de valores imobiliários e de imóveis; Serviços auxiliares; Outros serviços de reparação e limpeza

² Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços comunitários, Oficinas de reparação mecânica e outros serviços

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação no trimestre										
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004										%
Períodos	Posição na Ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros ¹
	Total	Ass. priv. c/ carteira	Ass. priv. S/ carteira	Ass. público	Total	Aut. trab. p/ público	Aut. trab. P/ empresa			
Janeiro 2003	60,4	34,3	12,1	14,0	23,0	19,1	3,9	3,9	9,7	2,9
Fevereiro	60,6	34,6	12,3	13,7	23,0	19,1	3,9	3,7	9,9	2,8
Março	61,5	35,4	12,1	13,9	22,1	18,3	3,8	3,9	10,4	2,1
Abril	61,0	35,2	12,5	13,3	22,7	18,8	3,9	3,7	10,5	2,1
Maio	61,2	35,8	11,9	13,5	22,4	18,5	3,9	3,8	10,5	2,0
Junho	61,8	36,2	11,8	13,7	22,5	18,6	3,9	3,4	9,9	2,3
Julho	61,2	35,3	11,4	14,5	22,6	18,6	3,9	3,7	10,0	2,5
Agosto	60,8	35,1	11,6	14,0	22,7	18,5	4,2	4,0	9,8	2,7
Setembro	59,7	34,4	11,0	14,3	23,4	18,8	4,6	4,4	9,8	2,7
Outubro	59,6	34,9	11,1	13,6	24,1	19,4	4,7	4,3	9,5	2,5
Novembro	59,3	34,5	11,3	13,5	24,5	19,9	4,6	3,7	9,9	2,5
Dezembro	59,9	34,7	11,8	13,3	23,9	19,6	4,3	3,5	10,2	2,5
Janeiro 2004	60,4	34,2	12,3	13,9	23,1	19,0	4,1	3,7	10,0	2,8
Fevereiro	60,8	34,5	12,1	14,2	22,9	18,8	4,1	3,9	9,7	2,7
Março	60,8	34,9	11,7	14,2	22,5	18,7	3,8	3,9	9,7	3,0
Abril	60,1	34,4	11,8	13,9	22,8	18,7	4,1	4,0	10,2	2,9
Maio	59,3	33,9	11,7	13,7	23,0	19,3	3,7	4,1	10,6	3,0
Junho	59,1	33,8	11,7	13,6	23,9	20,0	3,9	4,2	10,0	2,9
Julho	59,2	34,4	10,9	13,9	23,9	20,0	3,9	4,2	9,6	3,0
Agosto	60,2	34,8	11,2	14,2	24,0	19,7	4,3	4,1	8,8	2,9
Setembro	59,4	34,4	10,9	14,1	24,4	19,5	4,9	4,3	9,2	2,7
Outubro	59,8	33,9	11,8	14,1	24,3	19,5	4,8	4,2	9,4	2,3
Novembro	60,0	34,4	11,8	13,8	23,9	19,1	4,8	4,1	9,8	2,2

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares

Rendimento

Rendimento real trimestral dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal ¹ Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Set/2004							R\$
Períodos	Rendimento médio real						
	Ocupados ²			Assalariados ³			
	Valor absoluto ³		Índice	Valor absoluto		Índice	
	Média	Mediana		Média	Mediana		
Janeiro 2003	661	347	79,4	745	432	78,1	
Fevereiro	663	339	79,6	747	437	78,2	
Março	634	335	76,2	725	425	75,9	
Abril	635	332	76,3	710	422	74,4	
Maio	625	331	75,1	699	401	73,2	
Junho	661	346	79,4	742	427	77,8	
Julho	685	346	82,3	776	430	81,3	
Agosto	697	356	83,8	788	431	82,5	
Setembro	663	357	79,7	753	430	78,9	
Outubro	644	348	77,4	740	427	77,6	
Novembro	632	348	75,9	739	422	77,4	
Dezembro	655	357	78,7	756	439	79,2	
Janeiro 2004	679	366	81,6	782	456	81,9	
Fevereiro	692	363	83,1	792	449	82,9	
Março	702	361	84,3	803	446	84,1	
Abril	673	351	80,9	778	438	81,5	
Maio	679	355	81,6	788	442	82,5	
Junho	672	356	80,8	782	453	81,9	
Julho	673	364	80,9	765	452	80,2	
Agosto	672	364	80,4	765	455	79,8	
Setembro	669	360	79,6	770	450	79,9	
Outubro	666	352	79,1	781	450	80,8	
Variação Mensal							
Out04/Set04	-0,6	-2,4	-0,6	1,1	-0,2	1,1	
Variação no Ano							
Out04/Dez03	0,6	-2,5	0,6	2,0	1,2	2,0	
Variação Anual							
Out04/Out03	2,2	-0,1	2,2	4,2	4,1	4,2	

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução ¹					
Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004					
R\$					
Períodos	Rendimento real médio trimestral dos ocupados por grau de instrução				
	Analfabetos	1º Grau incompleto	1º Grau completo/ 2º incompleto	2º Grau completo/ 3º incompleto	3º Grau completo
Janeiro 2003	219	315	450	722	2.176
Fevereiro	220	315	423	712	2.218
Março	207	300	405	687	2.145
Abril	218	310	407	682	2.093
Maio	206	316	409	670	1.966
Junho	227	322	425	676	2.050
Julho	239	329	424	701	2.050
Agosto	266	339	416	721	2.083
Setembro	265	344	396	718	1.989
Outubro	260	332	389	709	2.000
Novembro	255	323	402	691	1.938
Dezembro	253	323	424	704	2.005
Janeiro 2004	255	339	442	705	2.021
Fevereiro	238	327	428	731	2.039
Março	226	318	419	746	2.041
Abril	209	313	397	726	2.008
Maio	219	309	400	697	2.135
Junho	239	321	399	672	2.152
Julho	251	325	408	668	2.081
Agosto	262	337	418	681	2.069
Setembro	274	325	416	685	1.974
Outubro	287	307	403	686	2.034

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro 2004

**Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado
por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada
pelo atual empregador¹**

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004

R\$

Períodos	Rendimento real médio trimestral dos assalariados no setor privado					
	Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho	
		Indústria	Comércio	Serviços	Assinada	Não-assinada
Janeiro 2003	618	771	538	616	688	411
Fevereiro	634	769	550	643	699	436
Março	618	841	506	606	697	384
Abril	612	784	479	610	682	391
Maio	595	791	483	579	669	363
Junho	616	861	477	607	692	382
Julho	646	952	485	625	734	382
Agosto	647	919	477	634	734	383
Setembro	626	823	493	618	704	381
Outubro	614	809	496	602	689	379
Novembro	611	796	488	600	686	380
Dezembro	620	880	486	598	699	389
Janeiro 2004	633	887	479	618	716	392
Fevereiro	649	985	484	616	735	384
Março	648	956	493	616	738	372
Abril	633	926	481	611	718	378
Maio	628	890	483	615	711	385
Junho	632	865	483	622	707	381
Julho	630	836	498	619	715	358
Agosto	644	891	506	626	726	372
Setembro	641	886	516	622	728	388
Outubro	638	907	517	619	720	392

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro 2004

Distribuição do rendimento real trimestral entre os ocupados e os assalariados no trabalho principal¹

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Out/2004

R\$

Períodos	Rendimento real trimestral									
	Ocupados ²					Assalariados ³				
	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até	10% ganham até	25% ganham até	50% ganham até	75% ganham até	90% ganham até
Janeiro 2003	111	227	340	667	1.360	227	278	423	778	1.473
Fevereiro	111	222	332	666	1.367	222	274	428	778	1.536
Março	109	219	328	652	1.316	219	266	416	751	1.474
Abril	108	217	325	652	1.316	217	261	413	751	1.503
Maio	107	217	324	644	1.304	217	260	393	742	1.413
Junho	107	253	339	645	1.480	253	268	418	794	1.587
Julho	105	253	339	690	1.581	253	276	421	843	1.634
Agosto	105	252	349	716	1.580	252	293	422	842	1.677
Setembro	105	249	350	663	1.555	249	284	421	818	1.580
Outubro	103	248	341	628	1.362	248	284	419	754	1.550
Novembro	103	247	341	622	1.343	247	287	414	775	1.544
Dezembro	103	246	350	668	1.439	246	288	431	820	1.544
Janeiro 2004	103	246	359	717	1.524	244	288	447	823	1.626
Fevereiro	122	243	356	717	1.530	243	284	440	845	1.691
Março	102	242	354	711	1.546	241	284	437	863	1.810
Abril	101	240	344	700	1.508	240	281	429	807	1.620
Maio	101	243	352	705	1.521	243	285	439	815	1.666
Junho	101	243	354	704	1.503	243	300	450	805	1.611
Julho	101	260	364	709	1.509	260	300	452	805	1.600
Agosto	101	260	364	707	1.506	260	300	455	808	1.607
Setembro	101	260	360	707	1.513	260	300	450	808	1.707
Outubro	100	260	352	700	1.511	260	300	450	843	1.712

Fonte: PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE

¹ Inflator utilizado - IPC-SEI. Valores em reais de Outubro 2004

² Exclusive os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício

³ Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês

Emprego Formal

Flutuação Mensal do Emprego Bahia: Jan/2003 - Nov/2004					
Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	26.502	6.877	-3.067	7.486	8.658
Janeiro	128	554	-77	547	-2.128
Fevereiro	2.544	160	-374	620	1.037
Março	-938	126	-747	-1.074	-680
Abril	5.554	1.412	-924	193	1.269
Maio	5.029	612	-263	1.073	976
Junho	1.907	358	-451	1.467	827
Julho	2.276	394	-363	-559	988
Agosto	2.161	1.467	596	811	-506
Setembro	6.809	2.010	798	1.254	3.895
Outubro	4.099	1.388	-132	1.455	2.006
Novembro	4.824	1.213	200	2.057	2.146
Dezembro	-7.891	-2.817	-1.330	-358	-1.172
2004	57.911	15.400	1.175	14.510	21.739
Janeiro	9.206	1.804	2.198	1.092	2.166
Fevereiro	2.628	458	-1.544	913	1.544
Março	-133	-744	-848	-309	2.112
Abril	5.184	2.525	67	801	-526
Maio	11.115	2.521	506	1.875	2.458
Junho	5.016	1.174	-630	1.445	541
Julho	7.967	2.164	233	1.083	2.773
Agosto	8.173	2.319	868	1.801	2.810
Setembro	5.493	2.792	820	1.483	2.333
Outubro	1.764	968	-659	1.695	2.260
Novembro	1.498	-581	164	2.631	3.268
Dez03-Nov04	50.020	12.583	-155	14.152	20.567

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Flutuação Mensal do Emprego

Região Metropolitana de Salvador: Jan/2003 - Nov/2004

Períodos	Saldo líquido (Admissões - desligamentos)				
	Total ¹	Ind. transf.	Const. civil	Comércio	Serviços
2003	5.746	317	-2.845	2.300	5.891
Janeiro	-1.205	26	448	43	-1.723
Fevereiro	1.399	-29	45	434	1009
Março	-1.609	-150	-405	-604	-454
Abril	-524	-480	-569	-71	559
Maio	464	155	-215	258	270
Junho	-302	1	-888	572	45
Julho	145	26	-352	-491	965
Agosto	321	373	-90	393	-408
Setembro	3.853	219	155	243	3.226
Outubro	2.135	405	-270	595	1.315
Novembro	3.062	293	191	1.076	1.523
Dezembro	-1.993	-522	-895	-148	-436
2004	24.526	5.311	1.056	5.933	13.060
Janeiro	4.607	737	2.078	448	1.349
Fevereiro	-1.413	-467	-2.114	428	789
Março	1.117	190	-297	-314	1.686
Abril	-718	312	47	151	-1.096
Maio	2.802	619	164	607	1.503
Junho	505	796	-444	466	-70
Julho	3.513	1.015	486	529	1.572
Agosto	4.008	761	1.003	727	1.584
Setembro	3.460	654	602	814	1.514
Outubro	2.345	424	-464	661	1.587
Novembro	4.300	270	-5	1.416	2.642
Dez03-Nov04	22.533	4.789	161	5.785	12.624

Fonte: MTE - Cadastro de Empregados e Desempregados - Lei 4.923/65 - Perfil do Estabelecimento

¹ Incluem todos os setores. Dados preliminares

Finanças Públicas

União

Demonstrativo das Receitas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Out/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Set-Out 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Out 2004 (C)	% (C/A)	
Receitas Correntes	441.602.316	441.606.095	75.941.565	17,2	364.753.333	82,6	76,852,762
Receita Tributária	124.300.612	124.300.612	20.860.333	16,8	104.557.739	84,1	19,742,873
Receita de Contribuições	266.499.301	266.499.301	48.312.211	18,1	220.439.485	82,7	46,059,816
Receita Patrimonial	12.402.960	12.402.960	1.576.896	12,7	11.188.585	90,2	1.214.375
Receita Agropecuária	23.580	23.581	3.990	16,9	16.125	68,4	7.456
Receita Industrial	527.566	527.566	62.654	11,9	254.912	48,3	272.654
Receita de Serviços	23.084.863	23.084.863	3.441.037	14,9	18.075.079	78,3	5.009.784
Transferências Correntes	243.477	247.255	38.664	15,6	166.399	67,3	80.856
Outras Receitas Correntes	14.519.957	14.519.957	1.645.781	11,3	10.055.009	69,2	4.464.948
Receitas de Capital	167.443.676	167.443.675	18.586.991	11,1	80.110.793	47,8	87,332,882
Operações de Crédito ¹	118.192.044	118.192.044	11.488.821	9,7	42.560.982	36,0	75,631,062
Alienação de Bens	2.942.765	2.942.765	121.302	4,1	548.302	18,6	2,394,463
Amortizações de Empréstimos	23.228.585	23.228.585	2.437.151	10,5	14.528.686	62,5	8,699,899
Transferências de Capital	44.219	44.219	6.623	15,0	42.287	95,6	1.932
Outras Receitas de Capital	23.036.063	23.036.062	4.533.094	19,7	22.430.536	97,4	605.526
Subtotal das Receitas (I)	609.045.992	609.049.770	94.528.556	15,5	444.864.126	73,0	164,185,644
Déficit (II)	-	-	-	-	-	-	-
Total (I+II)	609.045.992	609.049.770	94.528.556	15,5	444.864.126	73,0	164,185,644

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

Demonstrativo das Despesas da União							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social - Jan-Out/2004							
Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada (A)	Despesas realizadas				Saldo (A-C)
			Set-Out 2004 (B)	% (B/A)	Jan-Out 2004 (C)	% (C/A)	
Despesas Correntes	475.518.442	481.260.787	70.714.904	14,7	340.238.982	70,7	141,012,805
Pessoal e Encargos Sociais	84.120.038	87.722.446	14.488.371	16,5	68.338.795	77,9	19,383,651
Juros e Encargos da Dívida	117.769.754	117.454.801	12.842.751	10,9	63.624.661	54,2	53,830,140
Outras Despesas Correntes	273.628.650	276.083.540	43.383.782	15,7	208.275.526	75,4	67,808,014
Transf.a Estados, DF e Município	91.860.187	92.138.715	13.956.900	15,1	71.869.468	78,0	20,269,247
Benefícios Previdenciários ²	121.427.667	121.427.667	19.725.131	16,2	93.306.874	76,8	28,120,793
Demais Despesas Correntes	60.340.796	62.517.158	9.701.751	15,5	43.099.184	68,9	19,417,974
Despesas de Capital	111.487.428	132.075.148	15.862.586	12,0	72.648.121	55,0	59,427,027
Investimentos	12.370.012	13.317.552	1.033.870	7,8	2.753.685	20,7	10,563,867
Inversões Financeiras	33.249.350	35.299.778	3.488.012	9,9	14.289.894	40,5	21,009,884
Amortização da Dívida ¹	65.868.066	83.457.818	11.340.704	13,6	55.604.542	66,6	27,853,276
Reserva de Contingência	21.959.723	19.585.564	-	-	-	-	19,585,564
Subtotal das Despesas (I)	608.965.593	632.921.499	86.577.490	13,7	412.887.103	65,2	220,034,396
Superávit (II)	-	-	-	-	31.977.023	-	-
Total (I+II)	608.965.593	632.921.499	86.577.490	13,7	444.864.126	70,3	220,034,396

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINC

¹ Excetuados os valores referentes ao refinanciamento da Dívida Pública

² Os Benefícios Previdenciários referem-se ao pagamento de inativos, pensões e outros benefícios previdenciários

Estado

Balço Orçamentário - Receita							R\$ 1.000
Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Out/2004							
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada	Receitas realizadas				Saldo a realizar (A-C)
			Set-Out	%	Até o bimestre	%	
		(A)	(B)	(B/A)	(C)	(C/A)	
Receitas Correntes	12.469.804	12.593.732	2.156.261	17,12	10.263.416	81,50	2.330.316
Receita Tributária	6.988.059	6.788.178	1.318.952	19,43	6.027.414	88,79	760.764
Impostos	6.793.395	6.593.514	1.283.728	19,47	5.859.565	88,87	733.949
Taxas	194.664	194.664	35.224	18,09	167.849	86,23	26.815
Receita de Contribuições	1.059.286	1.059.286	177.248	16,73	870.246	82,15	189.040
Contribuições Sociais	1.059.286	1.059.286	177.248	16,73	870.246	82,15	189.040
Contribuições Econômicas	-	-	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	257.969	294.002	21.613	7,35	118.686	40,37	175.316
Receitas Imobiliárias	22.140	22.278	492	2,21	2.422	10,87	19.856
Receitas de Valores Mobiliários	234.280	267.736	20.609	7,70	113.701	42,47	154.035
Receitas de Concessões e Permissões	1.515	3.953	511	12,92	2.542	64,30	1.411
Outras Receitas Patrimoniais	35	35	-	-	22	62,86	13
Receita Agropecuária	1.123	1.123	-	-	-	-	1.123
Receita da Produção Vegetal	-	-	-	-	-	-	-
Receita da Prod. Animal e Deriv.	965	965	-	-	-	-	965
Outras Receitas Agropecuárias	158	158	-	-	-	-	158
Receita Industrial	90	90	-	-	-	-	90
Receita da Ind. de Transf.	90	90	-	-	-	-	90
Receita de Serviços	719.399	722.268	123.406	17,09	604.947	83,76	117.321
Receita de Serviços	719.399	722.268	123.406	17,09	604.947	83,76	117.321
Transferências Correntes	3.719.956	3.629.153	540.723	14,90	2.739.210	75,48	889.943
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	3.583.945	3.484.497	527.573	15,14	2.652.126	76,11	832.371
Transferências de Inst. Priv.	-	-	-	-	-	-	-
Transferências do Exterior	2.085	5.039	390	7,74	438	8,69	4.601
Transferências de Convênios	133.926	139.616	12.760	9,14	86.646	62,06	52.970
Outras Receitas Correntes	815.118	1.190.829	167.830	14,09	814.781	68,42	376.048
Multas e Juros de Mora	120.470	131.330	21.961	16,72	84.661	64,46	46.670
Indenizações e Restituições	55.058	55.058	1.081	1,96	12.664	23,00	42.394
Receita da Dívida Ativa	6.660	6.660	1.545	23,20	5.869	88,13	790
Receitas Correntes Diversas	632.930	997.781	143.243	14,36	711.587	71,32	286.194
Conta Retif. da Rec. Orçamentária	(1.091.196)	(1.091.196)	(193.511)	17,73	(911.868)	83,57	(179.328)
Receitas de Capital	1.522.353	1.615.087	93.634	5,80	412.248	25,52	1.202.839
Operações de Crédito	583.863	583.863	49.658	8,51	255.589	43,78	328.274
Operações de Crédito Internas	223.706	223.706	15.553	6,95	56.859	25,42	166.847
Operações de Crédito Externas	360.157	360.157	34.104	9,47	198.731	55,18	161.426
Alienação de Bens	282.040	287.214	3.668	1,28	6.392	2,23	280.822
Alienação de Bens Móveis	281.065	281.078	1	0,00	493	0,18	280.585
Alienação de Bens Imóveis	975	6.135	3.668	59,78	5.898	96,13	237
Amortização de Empréstimos	3.470	3.470	(17)	(0,48)	643	18,53	2.827
Amortiz. de Emp. Imobiliários	3.470	3.470	(17)	(0,48)	643	96,13	2.827
Transferências de Capital	652.975	740.536	40.325	5,45	149.620	20,20	590.915
Transferências Intragovernamentais	-	-	-	-	-	-	-
Transferências Intergovernamentais	423.088	492.809	38.823	7,88	73.262	14,87	419.547
Transferências de Inst. Privadas	97	100	-	-	-	-	100
Transferências do Exterior	1.300	1.462	-	-	-	-	1.462
Transferências de Convênios	228.490	246.165	1.502	0,61	76.358	31,02	169.807
Outras Receitas de Capital	5	5	-	-	4	-	1
Outras Receitas	5	5	-	-	4	-	1
Subtotal das Receitas (I)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	15,83	10.675.665	75,13	3.533.154
Operações de Crédito Refinanciamento (II)	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamentos (III)=(I+II)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	15,83	10.675.665	75,13	3.533.154
Déficit (IV)	-	-	-	-	-	-	-
Total (V)= (III+IV)	13.992.157	14.208.819	2.249.895	16	10.675.665	75,13	3.533.154
Saldos de Exercícios Anteriores					159.582		

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Balanco Orçamentário - Despesa Orçamentos fiscal e da seguridade social, Bahia: Jan-Out/2004								
R\$ 1.000								
Despesas	Dotação inicial	Créditos adicionais	Dotação atualizada	Despesas empenhadas		Despesas liquidadas		Saldo
				Bim. Set-Out	No exercício	Bim. Set-Out	No exercício	
Despesas Correntes	11.449.382	169.335	11.618.716	1.871.716	8.676.742	1.884.286	8.546.123	3.072.594
Pessoal e Encargos	5.892.325	28.454	5.920.779	895.992	4.382.082	903.441	4.370.225	1.550.554
Juros e Encargos da Dívida	776.020	(45.000)	731.020	107.473	447.268	107.499	447.044	283.976
Outras despesas correntes	4.781.037	185.880	4.966.917	868.251	3.847.392	873.347	3.728.854	1.238.063
Despesas de Capital	2.530.253	55.494	2.585.747	375.282	1.452.955	328.694	1.372.604	1.213.144
Investimentos	1.342.012	125.629	1.467.642	189.146	599.363	142.559	519.012	948.629
Inversões Financeiras	369.604	(109.714)	259.890	30.898	139.229	30.898	139.229	120.661
Amortização da Dívida	818.637	39.579	858.216	155.238	714.363	155.238	714.363	143.853
Outras despesas de capitais	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Contingência	12.522	(8.167)	4.355	-	-	-	-	4.355
Subtotal das Despesas (VIII)	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	9.918.726	4.290.092
Amortização da Dívida Refinanciamento (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Refinanciamento de outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal com Refinanciamento (X)=(VIII+IX)	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	9.918.726	4.290.092
Superávit (XI)	-	-	-	-	-	-	756.939	-
Total (XII)=X+XI	13.992.157	216.662	14.208.819	2.246.998	10.129.697	2.212.981	10.675.665	4.290.092

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Receita Tributária Mensal - Bahia: Jan/2003 - Out/2004						
R\$ 1.000						
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	491.240	484.463	45.269	37.074	536.509	521.538
Fevereiro	494.620	438.218	37.624	45.857	532.244	484.075
Março	442.068	468.157	40.292	46.489	482.360	514.646
Abril	483.606	699.160	35.434	48.642	519.040	747.802
Maio	447.830	532.332	47.985	54.677	495.815	587.009
Junho	454.843	531.331	47.430	63.295	502.273	594.626
Julho	463.914	554.265	57.400	65.912	521.314	620.176
Agosto	465.528	577.960	55.112	60.630	520.640	638.590
Setembro	491.119	567.226	63.031	57.974	554.150	625.200
Outubro	497.479	649.095	31.450	44.657	528.929	693.752
Novembro	488.485		36.125		524.609	
Dezembro	491.635		53.554		545.190	
Total	5.712.367		432.583		6.263.074	

Fonte: SEFAZ - Balancetes mensais

Elaboração: SEI

Arrecadação mensal da Receita Tributária¹ - Bahia: Jan/2003 - Out/2004						R\$ 1.000
Períodos	ICMS		Outras		Total	
	2003	2004	2003	2004	2003	2004
Janeiro	572.789	531.788	52.784	40.696	625.574	572.484
Fevereiro	567.687	475.869	43.182	49.797	610.870	525.666
Março	499.101	503.683	45.491	50.017	544.592	553.700
Abril	543.762	743.685	39.842	51.739	583.604	795.425
Maiο	506.921	558.075	54.316	57.322	561.237	615.397
Junho	518.475	549.946	54.065	65.513	572.540	615.459
Julho	529.871	567.244	65.561	67.455	595.432	634.699
Agosto	528.429	583.841	62.558	61.247	590.987	645.087
Setembro	551.698	570.239	70.806	58.282	622.504	628.521
Outubro	556.408	649.095	35.175	44.657	591.583	693.752
Novembro	543.744		40.211		583.955	
Dezembro	543.977		59.256		603.233	
Total	6.397.769		616.971		7.014.740	

Fonte:SEFAZ/SICOF/SAF/DICOP

Elaboração:SEI

¹ Valores atualizados a preços de maio 2004 pelo IGP-DI/FGV

Transferências constitucionais da União para a Bahia: Jan/2003 - Out/2004										R\$ 1.000
Períodos	Receitas									
	FPE¹		IPI-EXP		FUNDEF UNIÃO²		Outras³		Total	
	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês
Janeiro 2003	155.457	155.457	7.109	7.109	22.358	22.358	20.271	20.271	205.195	205.195
Fevereiro	163.689	319.146	7.063	14.172	23.298	45.655	19.933	40.204	213.983	419.178
Março	141.978	461.124	6.542	20.714	19.481	65.136	6.301	46.506	174.301	593.479
Abril	135.181	596.305	7.293	28.007	18.713	83.849	6.301	52.807	167.488	760.967
Maiο	189.608	785.912	5.643	33.650	25.012	108.861	6.301	59.108	226.564	987.530
Junho	133.154	919.066	6.307	39.957	18.434	127.294	6.301	65.409	164.195	1.151.726
Julho	111.643	1.030.709	5.960	45.917	19.828	147.123	6.301	71.710	143.732	1.295.458
Agosto	146.466	1.177.175	6.357	52.273	19.997	167.119	6.301	78.011	179.121	1.474.579
Setembro	127.086	1.304.261	5.744	58.018	17.690	184.809	6.301	84.312	156.821	1.631.400
Outubro	131.300	1.435.561	6.984	65.002	16.311	201.120	6.301	90.613	160.896	1.792.296
Novembro	146.264	1.581.825	7.147	72.148	21.987	223.107	6.301	96.914	181.699	1.973.995
Dezembro	152.498	1.734.323	7.688	79.836	26.691	249.798	6.301	103.215	193.178	2.167.173
Janeiro 2004	167.381	167.381	8.168	8.168	16.493	16.493	6.713	6.713	198.756	198.756
Fevereiro	182.797	350.177	8.958	17.126	17.831	34.324	6.713	13.426	216.298	415.054
Março	147.937	498.114	8.358	25.483	14.736	49.060	6.713	20.140	177.744	592.797
Abril	162.956	661.070	10.286	35.769	16.187	65.247	32.539⁴	52.678	221.968	814.765
Maiο	189.788	850.858	10.070	45.840	18.614	83.862	6.713	59.391	225.186	1.039.951
Junho	123.200	974.059	9.851	55.691	12.557	96.419	6.713⁴	66.105	152.322	1.192.273
Julho	128.121	1.102.180	10.563	66.254	39.035	135.454	6.713	72.818	184.432	1.376.705
Agosto	166.683	1.268.862	11.093	77.346	16.562	152.016	9.217	82.035	203.554	1.580.259
Setembro	144.339	1.413.202	10.708	88.054	14.516	166.532	9.217	91.251	178.780	1.759.039
Outubro	154.466	1.567.668	11.230	99.284	15.459	181.991	9.217	100.468	211.476	1.970.515

Fonte: MINFAZ/STN

Elaboração:SEI

¹ Deduzidos 15% para o FUNDEF

² Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC 87/96 e complementação

³ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1579

⁴ Refere-se à desoneração do ICMS/Exportação - LC 87/96 - MP 1773

Município

Balanco Orçamentário ¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Out/2004							R\$ 1.000
Receitas	Previsão inicial	Previsão atualizada (A)	Receitas realizadas				Saldo a realizar (B-C)
			Set-Out 2004 (B)	% B/A	Jan-Out 2004 (C)	% C/A	
Receitas Correntes	1.503.322	1.507.092	212.914	14,1	1.059.056	70,3	448.036
Receita Tributária	527.569	527.569	70.335	13,3	387.108	73,4	140.461
Impostos	451.500	451.500	62.370	13,8	327.379	72,5	124.121
Taxas	76.069	76.069	7.776	10,2	58.851	77,4	17.218
Outras Receitas Tributárias	-	-	189	-	878	-	(878)
Receita de Contribuições	67.700	71.400	10.318	14,5	61.547	86,2	9.853
Contribuições Sociais	31.500	31.500	5.502	17,5	32.877	104,4	(1.377)
Contribuições Econômicas	36.200	39.900	4.816	12,1	28.670	71,9	11.230
Receita Patrimonial	98.289	98.289	6.229	6,3	29.893	30,4	68.396
Receitas Imobiliárias	2.842	2.842	185	6,5	1.304	45,9	1.538
Receitas de Valores Mobiliários	56.620	56.620	1.910	3,4	11.169	19,7	45.451
Receitas de Concessões e Permissões	36.827	36.827	4.134	11,2	17.360	47,1	19.467
Outras Receitas Patrimoniais	2.000	2.000	-	-	60	3,0	1.940
Receita Industrial	-	-	180	-	687	-	(687)
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.454	11,1	8.071	61,4	5.082
Receita de Serviços	13.153	13.153	1.454	11,1	8.071	61,4	5.082
Transferências Correntes	794.064	794.134	112.929	14,2	562.016	70,8	232.118
Transf. Intergovernamentais	744.038	744.038	111.509	15,0	546.176	73,4	197.862
Transf. de Instituições Privadas	452	452	65	14,4	189	41,8	263
Transferências do Exterior	-	-	-	-	11	-	(11)
Transferências de Pessoas	26	26	-	-	-	-	26
Transferências de Convênios	49.548	49.618	1.355	2,7	15.640	31,5	33.978
Outras Receitas Correntes	73.812	73.812	23.774	32,2	65.825	89,2	7.987
Multas e Juros de Mora	29.104	29.104	6.902	23,7	29.778	102,3	(674)
Indenizações e Restituições	4.740	4.740	654	13,8	3.204	67,6	1.536
Receita da Dívida Ativa	32.000	32.000	15.126	47,3	28.597	89,4	3.403
Receitas Correntes Diversas	7.968	7.968	1.092	13,7	4.246	53,3	3.722
Dedução da Receita p/ FUNDEF	(71.265)	(71.265)	(12.305)	17,3	(56.091)	78,7	(15.174)
Receitas de Capital	114.044	114.044	19.144	16,8	63.333	55,5	
Operações de Crédito	26.939	26.939	3.079	-	7.515	27,9	19.424
Operações de Crédito Internas	26.939	26.939	3.079	11,4	7.515	27,9	19.424
Alienação de Bens	3.500	3.500	56	1,6	58	1,7	3.442
Alienação de Bens Móveis	3.500	3.500	56	1,6	58	1,7	3.442
Amortizações de Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Capital	83.505	83.505	16.009	19,2	55.760	66,8	27.745
Transf. Intergovernamentais	3.045	3.045	-	-	-	-	3.045
Transf. de Instituições Privadas	20	20	-	-	-	-	20
Transferências do Exterior	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Pessoas	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de Convênios	80.440	80.440	16.009	19,9	55.760	69,3	24.680
Outras Receitas de Capital	100	100	-	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-	-	-	-	-	-
Receitas de Capital Diversas	100	100	-	-	1	1,0	99
Subtotal das Receitas (I)	1.617.366	1.621.136	232.058	14,3	1.122.390	69,2	498.746
Déficit (II)	-	-	-	-	229	-	-
Total (III)=(I+II)	1.617.366	1.621.136	232.058	14,3	1.122.619	69,2	498.517

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Balço Orçamentário¹ Orçamentos fiscal e da seguridade social - Salvador, Jan-Out/2004									R\$ 1.000
Despesas	Dotação inicial (A)	Créditos adicionais (B)	Dotação atualizada (C)	Despesas					Saldo (C-G)
				Empenhadas		Liquidadas			
				Set-Out (D)	Jan-Out (E)	Set-Out (F)	Jan-Out (G)	% (G-C)	
Despesas Correntes	1.327.272	8.758	1.336.030	146.707	1.111.420	191.100	958.188	71,7	377.842
Pessoal e Encargos Sociais	516.158	9.169	525.327	55.904	431.356	89.194	376.081	71,6	149.246
Juros e Encargos da Dívida Interna	74.693	(356)	74.337	10.138	62.879	11.890	57.780	77,7	16.557
Outras Despesas Correntes	736.421	(55)	736.366	80.665	617.185	90.016	524.327	71,2	212.039
Despesas de Capital	281.094	1.242	282.336	40.208	195.581	35.437	164.431	58,2	117.905
Investimentos	203.715	626	204.341	28.061	140.817	26.517	121.214	59,3	83.127
Inversões Financeiras	4.075	40	4.115	1.200	3.352	1.146	2.652	64,4	1.463
Amortização da Dívida	73.304	576	73.880	10.947	51.412	7.774	40.565	54,9	33.315
Reserva de Contingência	9.000	(1.200)	7.800	-	-	-	-	-	7.800
Subtotal das Despesas (I)	1.617.366	8.800	1.626.166	186.915	1.307.001	226.537	1.122.619	69,0	503.547
Superávit (II)	-	-	-	-	-	5.521	-	-	-
Total (I+II)	1.617.366	8.800	1.626.166	186.915	1.307.001	232.058	1.122.619	69,0	503.547

Fonte: SEFAZ/CGM/SUPIG

¹ Administração Direta e Indireta da PMS

Normas para Publicação de Artigos

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN), aceita colaborações originais, em português, seja sob a forma de artigos versando sobre a conjuntura e planejamento do ponto de vista da economia, seja sob a de resenhas de livros que se enquadrem nesses mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial e os autores são, a seguir, informados sobre a viabilidade ou não da publicação de seus trabalhos.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- formato A4, espaço 1,5, com margens de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12, máximo de 10 e mínimo de 5 páginas, incluindo notas, referências bibliográficas e referências;
- identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome das instituições a que está vinculado, além de endereço para contato, e-mail e telefone;
- cópia impressa e arquivos magnéticos editados em Word, que devem ser entregues à Gerência de Análise Conjuntura (GEAC), na SEI, ou cópia magnética enviada para o e-mail: geac@sei.ba.gov.br;
- tabelas, ilustrações ou gráficos (formato Excel) com legendas numeradas e apresentados no corpo do texto;
- notas de rodapé explicativas ou complementares curtas, numeradas em ordem seqüencial;
- citações, até três linhas, entre aspas, na seqüência do texto; com mais de três linhas, apresentadas em outro parágrafo, com avanço de 1cm e fonte de tamanho 10, sem aspas, preferencialmente identificadas pelo sistema autor-data (NBR. 10.520 da ABNT);
- referências bibliográficas completas e precisas, segundo as normas para Referências Bibliográficas NBR 6.023, da ABNT.

As resenhas devem conter, no máximo, cinco páginas.

O autor terá direito a dois exemplares da publicação em que foi publicado seu artigo.

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores e não refletem a opinião da Instituição.

É permitida a reprodução e/ou citação, desde que citada a fonte.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "publicações".

